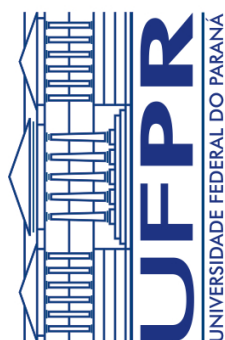


**SETOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

LUIZE MORO

**CONHECENDO OS PARQUES DE CURITIBA E SEUS ESPAÇOS
PÚBLICOS DESTINADOS AS BRINCAIDERS INFANTIS**



**CURITIBA
2012**

LUIZE MORO

**CONHECENDO OS PARQUES DE CURITIBA E SEUS ESPAÇOS
PÚBLICOS DESTINADOS AS BRINCAIDERS INFANTIS**

Dissertação de mestrado
defendida como pré-requisito
para a obtenção do título de
Mestre em Educação Física, no
Departamento de Educação
Física, Setor de Ciências
Biológicas da Universidade
Federal do Paraná.

Orientadora: Prof. Dra Simone Rechia



Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Setor de Ciências Biológicas
Programa de Pós Graduação em
Educação Física



TERMO DE APROVAÇÃO


LUIZE MORO

“Conhecendo os Parques de Curitiba e Seus Espaços Públicos Destinados as Brincadeiras Infantis”

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação Física – Área de Concentração Exercício e Esporte, Linha de Pesquisa Sociologia para o Esporte e o Lazer, do Departamento de Educação Física do Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte Banca Examinadora:


Professora Dra. Simone A. Rechia (Orientadora)


Professor Dr. Alex Branco Fraga
Membro Externo


Professor Dr. Wagner de Campos
Membro Interno

Curitiba, 23 de Março de 2012

“Devemos investir nas Crianças para que as novas gerações tenham,
sobretudo, a coragem para fazer aquilo que nós não fizemos”.

(autor desconhecido)

AGRADECIMENTOS

Não poderia deixar de agradecer ao apoio e ao amor incondicional das pessoas mais importantes da minha vida, minha mãe Sandra e meu pai Luiz, exemplos de pessoas, de integridade, de força e de amor, que há 26 anos me trouxeram ao mundo e deste então tem dedicado suas vidas a me fazer uma pessoa melhor e mais feliz e ao meu irmão André, que assim como meus pais, é meu exemplo, mesmo “críca” e ciumento, sempre esteve ao meu lado e às vezes mesmo de longe nunca me deixou na mão, além de ter me dado o maior e melhor presente que eu podia ganhar nessa vida, meu afilhado Enzo, tão amado e esperado. Tudo que sou é graças a vocês.

Agradeço a Professora Dra. Simone Rechia, por ter acreditado em mim e me oportunizado crescer ao seu lado, tanto como profissional, quanto como pessoa. Você é sem dúvida um exemplo para mim e para todo o GEPEC. Muito obrigada!

Agradeço ao Paulinho, meu companheiro e amigo, pelo carinho, atenção, compreensão e parceria de todos esses anos... *“companheiros de uma viagem que estará recomeçando cada vez que a gente se encontra...”*.

Agradeço a todos os integrantes do GEPEC, por terem me recebido de braços abertos. Aqui encontrei além de um gosto e um caminho profissional, laços de amizade intensos e valorosos. Felizmente, já não é mais possível agradecer um por um, nome por nome, pois hoje somos um time grande demais, que através do trabalho, do esforço, da alegria e do amor ao que fazemos buscamos sonhos utópicos. Muito obrigada time, vocês fazem parte direta desta conquista.

Agradeço ainda as amigas que estão ao meu lado desde sempre, Flavia, Luana, Carol e Fá, vocês são as irmãs que Deus me permitiu escolher, me orgulho muito de ter a amizade de vocês, que nem o tempo, as mudanças ou as ocasiões da vida são capazes de distanciar. Muito obrigada por ao longo de todos esses anos estarem sempre ao meu lado, repartindo crises e alegrias, confusões e confissões, momentos e mais momentos que tornam esse ciclo de amizade tão importante para mim. Amo vocês!

E que venham os próximos desafios!!!

RESUMO

Este trabalho tematiza os espaços de lazer destinados às brincadeiras infantis localizados nos parques públicos da cidade de Curitiba, os chamados Parques Infantis. Teve como objetivo diagnosticar quais são os modelos de espaços e brinquedos infantis presentes nos parques públicos da cidade de Curitiba e sua influência nas práticas lúdicas das crianças. Esta pesquisa foi desenvolvida em uma abordagem de cunho sociológica de metodologia qualitativa. Os instrumentos utilizados foram: (1) revisão de literatura, (2) mapeamento dos dados, (3) aplicação do protocolo para os espaços e equipamentos encontrados, (4) análise por meio de registros em diário de campo e fotográficos da dinâmica dos parques infantis, acompanhado da realização de entrevistas semiestruturadas com responsáveis por crianças presentes no local, (5) entrevista com um responsável da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Cidade. Após análise dos dados coletados, surgiram três categorias de análise: Quanto à infraestrutura do entorno do parque infantil, quanto ao espaço do parque infantil em específico e quanto às formas de apropriação destes espaços. Os resultados decorrentes deste estudo identificaram um conjunto de obstáculos referentes à organização e infraestrutura dos parques infantis e seus brinquedos que podem influenciar as vivências lúdicas das crianças, como a falta de implantação e manutenção de bebedouros e lixeiras; banheiros próximos ao espaço em pouca quantidade e pouco acessíveis; falta de brinquedos adaptados, assim como deficiência no cumprimento das normas da ABNT na construção dos mesmos, apontando a emergência de um trabalho conjunto de profissionais de várias áreas no sentido de criar mais oportunidades e qualidade para tais ambientes, pois atualmente os principais espaços públicos destinados à vivência lúdica de crianças no meio urbano são as praças e parques. Porém, mesmo frente às dificuldades encontradas, identificou-se que seja qual for o espaço ou o controle sobre os quais as crianças estão submetidas, aquelas que têm acesso a estes espaços brincarão, o que não justifica ou minimiza a necessidade de melhorias dos mesmos, para qualificar mais as brincadeiras, dando ainda acesso a mais crianças, como crianças especiais e de regiões mais afastadas do centro da cidade. Salientamos, portanto, que torna-se urgente garantir para todas as pessoas uma cultura de espaços públicos abertos de qualidade, com segurança, respeitando, estimulando e favorecendo o potencial lúdico a partir da infância com reflexos sociais por toda vida.

Palavras-chave: Lazer, Infância, Parque infantil

ABSTRACT

This paper's theme is leisure facilities for children's games in public parks located in the city of Curitiba, called playgrounds. It aimed to diagnose which are the models of spaces and children's toys present in public parks of Curitiba and their influence on children's play practices. This research was conducted in a qualitative methodology of a sociological approach. The instruments used were: (1) literature review, (2) mapping data, (3) applying the protocol to the spaces and equipment found, (4) records' analysis through a field diary and photographs of the dynamics of children parks, accompanied by semi-structured interviews with children's responsible on site, (5) interview with a Municipal Environment City's officer. After analyzing the collected data, there were three categories of analysis: The infrastructure surrounding the playground, the specific playground space and the specific forms of appropriation of these spaces. The results arising from this study identified a number of obstacles related to the organization and infrastructure of playgrounds and their toys that can influence children's play experiences, such as lack of implementation and maintenance of water dispensers and garbage cans; short quantity and inaccessible bathrooms next to the space; lack of adapted toys, as well as failing in compliance with ABNT standards in the construction of the same, pointing to the emergency of a working group of professionals from various areas to create more opportunities and quality for such environments, because nowadays the main public spaces destined to children's play living in urban areas are the squares and parks. However, even in the face of these results, it was identified that whatever the plot or control over which children are subjected, those who have access to these spaces will play, which does not justify or minimize the need for improvement thereof, to qualify the games, giving access to even more children, as special ones and the ones from more remote regions of the city center. We emphasize, therefore, that it is urgently necessary for all people a culture of quality public open spaces, with security, respecting, promoting and encouraging the potential play from the childhood with social consequences for all life.

Keywords: Leisure, Children, Children's Playground

SUMÁRIO

1 . INTRODUÇÃO	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
2.1 Infância: uma balança em constante movimento	19
2.2 Lazer: o gira-gira dos conceitos	23
2.3 Ludicidade, brinquedo e brincadeira: um quebra-cabeça em busca da essência do brincar na infância.	26
2.4 A cidade e seus espaços destinados às brincadeiras infantis.....	31
2.5 A cidade de Curitiba: uma gangorra de altos e baixos entre planejamento urbano e políticas públicas	37
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	47
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	51
4.1 Parques Públicos: revendo e conhecendo o entorno dos parques infantis.....	51
4.1.1 Áreas verdes	51
4.1.2 Mobiliário	53
4.1.3 Outros espaços de lazer.....	62
4.1.4 Segurança	63
4.2. Parque Infantil: lugar para brincar ou acessório para enfeitar?	65
4.2.1 Quanto à organização dos espaços do parque infantil.....	66
4.2.2 Quanto aos modelos de brinquedos instalados nos parques infantis.....	72
4.2.3 Quanto ao cumprimento das normas da ABNT	96
4.3. Limites e possibilidades para apropriação dos parques infantis: apesar de tudo as crianças brincam!	114
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
6. REFERENCIAS.....	134
7. ANEXOS	142

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - MAPA DE PARQUES INFANTIS EM CURITIBA	40
FIGURA 2 - PARQUE BARIGUI – PRESERVAÇÃO DE ÁREA VERDE AGREGADO A ESTRUTURAS CONSTRUÍDAS.....	52
FIGURA 3 - PARQUE BARIGUI – PRESERVAÇÃO DE ÁREA VERDE AGREGADO A ESTRUTURAS CONSTRUÍDAS.....	52
FIGURA 4 - PARQUE PASSEIO PÚBLICO – BEBEDOURO MAL CONSERVADO	55
FIGURA 5 - PARQUE PASSEIO PÚBLICO – BEBEDOURO MAL CONSERVADO	55
FIGURA 6 - PARQUE ATUBA – LIXEIRA PARA SEPARAÇÃO DO LIXO	56
FIGURA 7 - PARQUE BACACHERI – LIXEIRA TIPO SIMPLES	57
FIGURA 8 - PARQUE BACACHERI – MODELO DE BANCO 01.....	59
FIGURA 9 - PARQUE BARIGUI – MODELO DE BANCO 02.....	59
FIGURA 10 - PARQUE TINGUI – MODELO DE BANCO 03	60
FIGURA 11 - PARQUE SÃO LOURENÇO – MODELO DE BANCO 04.....	60
FIGURA 12 - PARQUE SÃO LOURENÇO – BANCO UTILIZADO PARA SENTAR	61
FIGURA 13 - PARQUE SÃO LOURENÇO – BANCO UTILIZADO PARA O COMÉRCIO.	61
FIGURA 14 - PARQUE SÃO LOURENÇO – BANCO UTILIZADO PARA BRINCAR	61
FIGURA 15 - EXEMPLOS DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DO PARQUE.....	67
FIGURA 16 - EXEMPLOS DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DO PARQUE.....	67
FIGURA 17 - PARQUE BARIGUI – CRIANÇA COM O PÉ NA POÇA D'ÁGUA	68
FIGURA 18 - PARQUE PASSEIO PÚBLICO – POÇA D'ÁGUA NA SAÍDA DO ESCORREGADOR	68
FIGURA 19 - PARQUE PASSEIO PÚBLICO – PARQUE DE AREIA SEPARADO	70
FIGURA 20 - MODELO DE BALANÇA COM ASSENTO DE BORRACHA.....	73
FIGURA 21 - MODELO DE BALANÇA COM ASSENTO DE MADEIRA.....	73
FIGURA 22 - MODELO DE GANGORRA – TRONCO DE ÁRVORE.....	74
FIGURA 23 - MODELO DE GANGORRA – TÁBUA DE MADEIRA	74
FIGURA 24 - MODELO DE ESCORREGADOR SIMPLES	75
FIGURA 25 - MODELO DE ESCORREGADOR COM CORRIMÃO NA ESCADA	75
FIGURA 26 - MODELO DE GIRA-GIRA	76
FIGURA 27 - MODELO DE TREPA-TREPA.....	76
FIGURA 28 - MODELO DE LABIRINTO	77
FIGURA 29 - MODELO DE TÚNEL	77
FIGURA 30 - MODELO DE MULTIFUNCIONAL	78
FIGURA 31 - MODELO DE BRINQUEDO MULTIFUNCIONAL	78
FIGURA 32 - MODELO DE ESCORREGADOR EM ALUMÍNIO	79
FIGURA 33 - MODELO DE ESCORREGADOR EM FIBRA.....	79
FIGURA 34 -MODELO DE TREPA-TREPA DE CORRENTE	79

FIGURA 35 - MODELO DE TREPA-TREPA.....	79
FIGURA 36 - MODELO DE TREPA-TREPA.....	80
FIGURA 37 - MODELO DE TREPA-TREPA EM ESPIRAL.....	80
FIGURA 38 - MODELO DE PAREDE DE ESCALADA.....	80
FIGURA 39 - MODELO DE CAIXA DE AREIA	81
FIGURA 40 - MODELO DE PAREDE VAZADA.....	81
FIGURA 41 - MODELO DE PLATAFORMAS	82
FIGURA 42 - MODELO DE BRINQUEDO MULTIFUNCIONAL	82
FIGURA 43 - MODELO DE MULTIFUNCIONAL – VISTA DE FRENTE	83
FIGURA 44 - MODELO DE MULTIFUNCIONAL – VISTA DE TRÁS	83
FIGURA 45 - MODELO DE MULTIFUNCIONAL – VISTA LATERAL.....	84
FIGURA 46 - MODELO DE MULTIFUNCIONAL - VISTA DE TRÁS.....	84
FIGURA 47 - MODELO DE MULTIFUNCIONAL	85
FIGURA 48 - BRINQUEDO MULTIFUNCIONAL - MODELO DE ESCORREGADOR	85
FIGURA 49 - BRINQUEDO MULTIFUNCIONAL - MODELO DE TREPA-TREPA.....	86
FIGURA 50 - BRINQUEDO MULTIFUNCIONAL – BLOCOS DE TRONCO DE ÁRVORE.....	86
FIGURA 51 - BRINQUEDO MULTIFUNCIONAL – MODELO RAMPA, ESCADA E BARRAS DE PENDURAR.....	87
FIGURA 52 - MULTIFUNCIONAL	87
FIGURA 53 – QUANTIDADE DE CRIANÇAS BRINCANDO AO MESMO TEMPO	88
FIGURA 54 - PARQUE LAGO AZUL – BRINQUEDO MULTIFUNCIONAL	89
FIGURA 55 - BRINQUEDO FALTANDO	90
FIGURA 56 - BRINQUEDO FALTANDO	90
FIGURA 57 - BRINQUEDOS EM MÁS CONDIÇÕES	90
FIGURA 58 - BRINQUEDOS DE MADEIRA EM MÁS CONDIÇÕES.....	97
FIGURA 59 - BRINQUEDOS DE MADEIRA EM MÁS CONDIÇÕES.....	97
FIGURA 60 - BRINQUEDOS DE FERRO EM MÁS CONDIÇÕES	97
FIGURA 61 - MODELOS DE BALANÇAS COM PROTEÇÃO LATERAL	98
FIGURA 62 - MODELOS DE BALANÇAS COM PROTEÇÃO LATERAL	98
FIGURA 63 - BALANÇAS SEM ENCOSTO ENCONTRADAS NOS PARQUES INFANTIS PESQUISADOS	99
FIGURA 64 - BALANÇAS SEM ENCOSTO ENCONTRADAS NOS PARQUES INFANTIS PESQUISADOS	99
FIGURA 65 - MODELO DE BALANÇA EUROPEU	100
FIGURA 66 - MODELO DE BALANÇA EUROPEU	100
FIGURA 67 - MODELO DE ALÇA PARA SEGURAR ENCONTRADA NOS PARQUES INFANTIS PESQUISADOS.....	100
FIGURA 68 - MODELO DE GANGORRA EUROPEU	101
FIGURA 69 - MODELO DE GANGORRA EUROPEU	101
FIGURA 70 - VARIAÇÃO NO MODELO DE GANGORRA EUROPEU.....	102

FIGURA 71 - TREPA-TREPA – MODELO UNIFUNCIONAL	102
FIGURA 72 - TREPA-TREPA – VARIAÇÃO EM BRINQUEDO MULTIFUNCIONAL.	103
FIGURA 73 - MODELO DE TREPA-TREPA EUROPEU.....	103
FIGURA 74 - MODELO DE TREPA-TREPA EUROPEU.....	103
FIGURA 75 - ESCORREGADOR UNIFUNCIONAL	104
FIGURA 76 - ESCORREGADOR COM CORRIMÃO DE ACESSO	105
FIGURA 77 - ESCORREGADOR COM GRADE DE PROTEÇÃO NO TOPO	105
FIGURA 78 - ESCORREGADOR COM GRADE DE PROTEÇÃO NO TOPO	105
FIGURA 79 - ESCORREGADOS COM PROTEÇÃO LATERAL.....	106
FIGURA 80 - ESCORREGADOS COM PROTEÇÃO LATERAL.....	106
FIGURA 81 - ESCORREGADOR MULTIFUNCIONAL – COM PEQUENA LATERAL DE PROTEÇÃO.....	107
FIGURA 82 - ESCORREGADOR MULTIFUNCIONAL – COM PEQUENA LATERAL DE PROTEÇÃO.....	107
FIGURA 83 - MODELO DE ESCORREGADOR EUROPEU	107
FIGURA 84 - MODELO DE ESCORREGADOR EUROPEU	107
FIGURA 85 - MODELO DE ESCORREGADOR EUROPEU	108
FIGURA 86 – BRINQUEDO GIRA-GIRA FORA DAS NORMAS.....	109
FIGURA 87 - MODELO DE BRINQUEDO EUROPEU DE PENDURAR.....	109
FIGURA 88 - MODELO DE BRINQUEDO EUROPEU DE PENDURAR.....	109
FIGURA 89 - MODELO DE BRINQUEDO EUROPEU – AMARELINHA PINTADA NO CHÃO.....	110
FIGURA 90 - MODELO DE BRINQUEDO EUROPEU – BRINQUEDOS DE ESCALAR.....	110
FIGURA 91 - MODELO DE BRINQUEDO EUROPEU – PAINEL EM BRAILE.....	110
FIGURA 92 - MODELO DE BRINQUEDO EUROPEU – BRINQUEDO DE SONS.....	111
FIGURA 93 - MODELO DE BRINQUEDO EUROPEU – PENDURAR E ESCORREGAR.....	111
FIGURA 94 - CRIANÇAS APROPRIANDO-SE DOS BRINQUEDOS DO PARQUE PASSEIO PÚBLICO.....	116
FIGURA 95 – CRIANÇAS APROPRIANDO-SE DOS BRINQUEDOS DO PARQUE PASSEIO PÚBLICO.....	116
FIGURA 96 – CRIANÇAS APROPRIANDO-SE DO PARQUE DÁGUA DO PARQUE LAGO AZUL	116
FIGURA 97 - PARQUE SÃO LOURENÇO E LAGO AZUL – FAIXA ETÁRIA MENOR QUE A INDICADA NA PLACA BRINCANDO NO ESPAÇO	118
FIGURA 98 - PARQUE SÃO LOURENÇO E LAGO AZUL – FAIXA ETÁRIA MAIOR QUE A INDICADA NA PLACA BRINCANDO NO ESPAÇO	118
FIGURA 99 - CRIANÇAS BRINCANDO NA AREIA	119
FIGURA 100 - CRIANÇAS BRINCANDO NA AREIA	119
FIGURA 101 – CRIANÇA NO BALANÇO.....	120

FIGURA 102 – CRIANÇA DANDO NOVAS FORMAS DE USO AO BRINQUEDO	121
FIGURA 103 – CRIANÇAS BRINCANDO DE VÁRIAS FORMAS NO ESCORREGADOR	122
FIGURA 104 – CRIANÇA BRINCANDO COM BOLA NO ESCORREGADOR	123
FIGURA 105– CRIANÇA BRINCANDO DE SE ESCONDER	124
FIGURA 106 – CRIANÇA ADAPTANDO O ESPAÇO EM BUSCA DE SOMBRA	124
FIGURA 107 – CRIANÇAS ADAPTANDO O ESPAÇO PARA JOGAR VÔLEI.....	125
FIGURA 108 - CRIANÇA BRINCANDO NA ACADEMIA AO AR LIVRE	126
FIGURA 109 - CRIANÇA BRINCANDO NA ACADEMIA AO AR LIVRE	126
FIGURA 110 – ADULTOS AUXILIANDO NA BRINCADEIRA	128
FIGURA 111 – ADULTOS AUXILIANDO NA BRINCADEIRA	128

1. INTRODUÇÃO

Atualmente o conceito de cidade vai além daquele entendido como espaço físico de estruturas construídas, de casas, prédios e vias de tráfego, povoado por milhares de pessoas. A compreensão sobre tal conceito esta cada vez mais ligada à evolução e ao desenvolvimento dos seres humanos, no entanto, em alguns momentos, vivemos esse espaço sem nos darmos conta da sua relevância no nosso cotidiano.

Para Borja (2003, p. 21),

“[...] a cidade é antes de tudo um espaço público, um lugar aberto e significativo, que conflui todos os tipos de fluxos [...] é um desafio constante, uma torre de babel que mescla línguas, culturas, trabalhos e idéias”.

Para o autor, devemos considerar que:

(1) A Cidade começa e se expressa mediante o espaço público; (2) O espaço público tem um valor funcional (relacional), cultural (simbólico) e cívico-político (representação e expressão da coletividade); (3) O espaço público tem capacidade transformadora sobre seu entorno, o físico e o social, que podem qualificar ou desqualificar (BORJA, 2003, p. 21).

Atualmente, as cidades vivem um período de crise com intensa desvalorização e redução de espaços públicos, o que é considerado uma perda para a sociedade. Segundo Rechia (2007, p. 327), “[...] é no espaço público que se desenvolve a cultura e o contato com o estranho, um contato aceito e tolerado com o outro possibilitando múltiplas trocas de experiências”. É, acima de tudo, um local onde as afinidades sociais e as diferenças são vivenciadas. A autora ressalta que no espaço público exercitamos a

[...] “convivência com aquele que eu não conheço muito bem” (NEGT, 2002, p.22), portanto, lugar onde os indivíduos podem encontrar-se sem se estranhar pelo fato de serem estranhos, tornando-se espaço privilegiado para manutenção de formas de convívio, de civilidade e de cidadania (RECHIA, 2003, p. 10).

Ainda para Rechia (2007), os espaços públicos destinados às experiências no âmbito do lazer sofrem essa desvalorização, causando grande desestímulo para os cidadãos no convívio e na apropriação desses espaços.

Tais fatores afastam os sujeitos dos espaços públicos da cidade impedindo que se estabeleça uma relação de (re)conhecimento e apropriação, que possibilite experiências corporais.

Assim, esta pesquisa baseia-se na ideia de que o modelo arquitetônico dos espaços e equipamentos lúdicos localizados em parques das cidades interfere nas experiências relacionadas à cultura corporal do movimento¹ das crianças, já que os espaços públicos das cidades devem proporcionar o máximo de diversidade para que possam contribuir para o desenvolvimento infantil, considerando a criança de forma integral, capaz de vincular sua ação à representação de mundo que constitui sua cultura.

Para Faria (1999), os espaços públicos infantis² têm como finalidade proporcionar experiências diversificadas, importantes para o desenvolvimento integral das crianças.

Esses espaços vão sendo ampliados a cada etapa da infância, como aponta Tonnuci (2005, p. 44):

[...] depois da casa, a criança pode brincar com o amigo nas escadas do prédio, depois na calçada da frente, logo adiante no campinho da rua, ou na praça, em seguida nas ruas do bairro, praças e parques de toda cidade e em cada uma dessas etapas, sugerindo a autonomia no brincar [...] com o passar do tempo, afrouxam-se as regras, os espaços para brincar são ampliados, novos companheiros de jogo aparecem.

No entanto, hoje, na visão do adulto, muitas vezes o espaço público é sinônimo de medo, insegurança e desconfiança, fatores que aliados às mudanças do mundo resultam na retirada da criança do espaço e da vida públicos, e a coloca sob os domínios do privado (DEBORTOLI *et al.*, 2008).

Borja (2003) reafirma que fatores como insegurança e medo afastam os cidadãos dos espaços públicos, incentivam os sujeitos que possuem recursos econômicos a buscarem casas que mais parecem fortalezas, vivam

¹ O conceito de cultura corporal do movimento foi escolhido para o presente trabalho baseado nas referências do *Dicionário Crítico da Educação Física*, que descreve: "O conceito de cultura corporal do movimento deve ser entendido a partir do processo de ruptura com a visão biologicista-mecanicista do corpo e do movimento situado de forma hegemônica na Educação Física. Assim sendo, o conceito deve representar a dimensão histórico social ou cultural do corpo em movimento. O corpo passa a ser visto como o lócus de inserção do homem na cultura". PICH, S. Cultura Corporal do Movimento In: GONZÁLEZ, F.J.; FENSTERSEIFER, P.E. (Orgs.). *Dicionário crítico de educação física*. Ijuí: Unijuí, 2005.

² Denominados para esta pesquisa de parques infantis.

cercados de segurança privada e em espaços de lazer exclusivos, enquanto aqueles que não possuem capital econômico são forçados a viver de forma precária, vigiando cada qual o seu espaço e aquilo que lhe interessa, atitudes que fazem ambos se afastarem dos espaços públicos.

Observa-se que experiências tão comuns e cotidianas de anos atrás tornaram-se raras nos dias de hoje, “[...] como o simples ato de percorrer as ruas de seu bairro a pé para chegar aos espaços do jogo, da brincadeira, ou à escola” (TONUCCI, 2005, p. 88).

Para Rechia (2006, p. 92),

[...] vivemos em uma sociedade com características pós-industriais, que carregam avanços e retrocessos, que denunciam diversas contradições advindas do maior alcance tecnológico e, conseqüentemente, de todos os seus desdobramentos. Por isso, várias transformações sociais são percebidas e podemos identificar uma sensível mudança nos estilos de vida dos sujeitos, envolvendo especialmente o contexto das práticas corporais.

Essa nova configuração das cidades gerou, para as crianças e jovens, uma redução dos espaços do brincar, que tradicionalmente se dava em quintais ou nas ruas. Hoje, utilizam-se brinquedos industrializados, em espaços reduzidos e pré-determinados para o lazer, com jogos que induzem a estática do corpo e com poucas chances de contato mais aproximado com a natureza, quem sabe, inibidos pela violência urbana (RECHIA, 2006).

A prática do brincar tradicional, o brincar livre, em quintais e ruas está se ausentando do mundo das crianças. A extinção do movimento pelo movimento proporcionado pela ludicidade tem criado uma padronização do comportamento social e um modelo de jovens praticamente robotizados, tal fato tem contribuído para a redução da leveza do brincar (FERREIRA, 2000).

Carvalho (2003) refere-se ao valor do desprendimento infantil no brincar, afirmando que quando a criança alcança este estado de integração corporal ela “como que explode motoramente” e, desse modo, está apta para explorar e conhecer o mundo. Isso ajuda muito no desenvolvimento da inteligência e na aprendizagem. É preciso deixar a criança brincar, jogar, sapatear, pular, mexer, subir, descer, dar cambalhotas, pegar, manipular, abrir, fechar, encher, esvaziar, enfim, desenvolver todas suas habilidades corporais, experimentar e experimentar-se.

Segundo Felipe (2000, p. 169), “[...] os tipos de jogos, brinquedos e brincadeiras que oportunizamos a meninos e meninas, a utilização dos espaços que permitimos a um e a outro, são alguns dos exemplos de como os indivíduos vão se construindo”.

O acesso às praças, parques e outros espaços públicos representa o exercício da cidadania. Esse direito está garantido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal n.º 8.069/90. O artigo 59, do capítulo IV, preconiza que “[...] os municípios, com apoio dos Estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude”. Nesse sentido, o papel ocupado pelo esporte e o lazer no mundo contemporâneo não pode ser outro senão o de instância de emancipação e desenvolvimento humano. É preciso utilizar estratégias que ampliem os fatores facilitadores e reduzam as barreiras para práticas de vivências lúdicas em praças e parques públicos para todas as faixas etárias e grupos sociais, em busca de uma educação para e pelo lazer (BRASIL, 1990, art. 58, § 1.º).

Trabalhos realizados pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer, Espaço e Cidade – GEPLEC³, da Universidade Federal do Paraná, grupo do qual faço arte e que relaciona diretamente as questões de modelo de espaços físicos e Lazer no ambiente urbano, têm demonstrado através de pesquisas quão importante e significativa é esta relação e a fragilidade em que se encontram as políticas públicas nesse sentido. Dessa forma, fizemos um levantamento breve sobre algumas dessas pesquisas:

A primeira delas, a qual deu subsídios para diversas pesquisas do grupo, trata-se da tese de doutorado da Prof.^a Dr.^a Simone Rechia, de 2003, intitulada “Parques Públicos da cidade de Curitiba: a relação da cidade-natureza nas experiências de lazer”, que buscou problematizar o modelo de parques públicos adotados pela cidade de Curitiba, visando compreender como esse modelo se insere dentro de uma proposta moderna de planejamento que se configura a partir de projetos urbanísticos, que criam marcas identitárias por

³ Grupo idealizado e coordenado pela Prof.^a Dr.^a Simone Rechia em 2003, com o intuito de discutir textos acerca do lazer e temas transversais, desenvolver projetos de extensão, programas institucionais e pesquisas relacionando-os com as questões emergentes do cotidiano das sociedades. Hoje o grupo conta com a participação de vários alunos bolsistas da graduação (IC, monitoria, licenciatura, extensão) e pós-graduandos, os quais desenvolvem de forma articulada projetos de ensino, pesquisa e extensão.

meio da produção de espaços que associam equipamentos modernos, lazer, cultura e natureza. Entre outros aspectos evidenciados na pesquisa, pode-se apontar que a criação desses ambientes, além de preservar grandes áreas verdes, oportuniza uma aproximação cotidiana do sujeito com a natureza, pelas experiências no âmbito do lazer e da cultura. Observou-se ainda que a dinâmica destes se efetiva com práticas corporais e lúdicas que promovem novas formas de se relacionar com a natureza, novas relações sociais, novas maneiras de pensar a vida e um certo “sentimento de pertencimento” dos sujeitos à cidade.

A dissertação da Prof.^a Ms. Euza Cagnato, “Praça Afonso Botelho: O foco das observações no âmbito do esporte e do lazer”, de 2007, procura investigar as formas de usos e de apropriação da Praça Afonso Botelho, verificando a organização dos grupos sociais no seu espaço. Demonstra-se que, a partir das formas de uso e apropriação dos espaços públicos no tempo e espaço de lazer, se estabelecem relações significativas de aproximação dos sujeitos com o espaço, com as experiências no âmbito do esporte e lazer e entre os próprios usuários, fazendo deste espaço um lugar propício para o surgimento de diversos grupos.

A dissertação do Prof. Ms. Rodrigo França, intitulada “Diálogos entre oferta e demanda: uma análise da relação entre o poder público e os grupos de ativismos sociais referentes aos parques da cidade de Curitiba”, de 2007, busca investigar a relação entre a oferta e a demanda nos parques da cidade de Curitiba, evidenciando a importância de uma população organizada para uma dinâmica diferenciada nesses espaços. Verificou-se que moradores organizados em associações podem vir a caracterizar um importante elo para minimizar as habituais distâncias entre o poder público e a população no que tange aos seus anseios ou vivências. Podem ainda, na forma de geradores de capital, a partir de um senso de responsabilidade coletiva, (re)criar uma cidade diferenciada, transformando espaços em lugares e produtos em obras.

O estudo de dissertação do Prof. Ms. Felipe Sobczynski Gonçalves, intitulado “Espaço e equipamentos no âmbito do lazer e esporte na Vila Nossa Senhora da Luz”, de 2007, tem como objetivo investigar a apropriação dos espaços e equipamentos supostamente destinados às experiências no âmbito do lazer e do esporte na Vila Nossa Senhora da Luz. Percebe-se que a

dinâmica das relações sociais que se estabelecem nas diferentes praças da vila pode ser influenciada pela composição dos espaços e seus equipamentos. Estes locais podem oportunizar o desenvolvimento da reflexão crítica a respeito do cotidiano, e que existem relações significativas na forma de apropriação das diferentes praças a partir das experiências vivenciadas no âmbito do lazer e do esporte.

O trabalho de dissertação da Prof.^a Ms. Marina Redekop Cassapian, intitulado “Espaços de lazer e acessibilidade”, de 2010, demonstra o atraso da cidade de Curitiba, considerada uma cidade modelo, com relação à acessibilidade nos espaços destinados ao esporte e ao lazer. São inúmeras as barreiras identificadas para as pessoas com mobilidade reduzida para se apropriarem de espaços públicos, principalmente daqueles disponibilizados para vivências no tempo e espaço de lazer, como parques e praças.

Contribuindo para as análises mais aprofundadas em relação à infância, a dissertação da Prof.^a Ms. Aline Tschoke, de 2010, intitulada “Lazer e infância: possibilidades e limites para vivência do lazer em espaços públicos da periferia de Curitiba/Paraná”, busca investigar as possibilidades de apropriação do espaço público de lazer pelas crianças de uma comunidade de vulnerabilidade social. Observou-se, então, um esvaziamento dos espaços destinados às brincadeiras infantis, revelando a grave situação em que se encontra o lazer das crianças na região do Bolsão de pobreza Audi-União, que, conforme apontou a pesquisa, tem seus tempos e espaços de lazer reduzidos por questões de espaço e segurança.

Apresento, ainda, a pesquisa realizada no pós-doutoramento da Prof.^a Dr.^a Simone Rechia, de 2009, “Parques urbanos de Barcelona: relação entre usos principais e combinados, a diversidade nas formas de apropriação e a segurança”, que analisa o modelo de parques, praças e ruas de Barcelona, Espanha, com ênfase na relação entre diferentes formas de apropriação e a segurança desses espaços, com base no conceito de usos principais e combinados de Jacobs⁴ (2000). Essa pesquisa aponta que alguns espaços públicos contemplam tais formas de uso correlacionado e destaca a

⁴ Segundo Jacobs (2000, p. 157), usos principais e combinados referem-se à combinação de diferentes dinâmicas urbanas, as quais incluem diversidade de usos gerados a partir do comércio, atrativos culturais e moradia, atendendo de preferência mais de duas funções, garantindo um número grande de pessoas na rua em horários diferentes.

importância do planejamento urbano, que deve oferecer espaços para garantir diversidade de experiências, segurança, e, como resultado, a “vida pública” nas grandes cidades.

O GEPLEC desenvolve, ainda, desde 2004, o projeto “LICENCIAR: A escola e os espaços lúdicos”, que realiza um estudo aprofundado da composição, do planejamento e da apropriação dos espaços e equipamentos de esporte e lazer das escolas da cidade de Curitiba; e o programa PET – Programa de Educação Tutorial, criado para apoiar atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão. O PET propicia aos alunos participantes, sob a orientação de um tutor, a realização de atividades extracurriculares que complementem a formação acadêmica do estudante e atendam às necessidades do próprio curso de graduação, intensificando ainda mais as discussões sobre os espaços para as experiências no âmbito do lazer.

Portanto, buscando contribuir para o desenvolvimento da sociedade, no âmbito das políticas públicas voltadas para os espaços de lazer e educação na infância, propomos esta pesquisa, acreditando que investigações como esta, que buscam conhecer os espaços públicos destinados às brincadeiras infantis, os chamados parques infantis, popularmente chamados de *playgrounds* ou parquinhos e os modelos de brinquedos nele instalados, podem contribuir para ações reflexivas e orientadoras de novas políticas públicas, no sentido de rever o modelo de espaços destinados às brincadeiras infantis em parques da cidade de Curitiba. Esse processo poderá ampliar o repertório de experiências lúdicas na infância que podem gerar um alicerce para uma vida adulta de qualidade no que se refere à cultura corporal, qual seja: viver o corpo livre na infância possibilita viver um corpo livre na vida adulta. Acreditamos também que este trabalho poderá contribuir substancialmente com a produção científica da área de Educação Física.

Dessa forma, a problemática desta pesquisa procura observar como os modelos de espaços e brinquedos existentes em parques públicos da cidade de Curitiba podem influenciar as práticas lúdicas das crianças.

Buscou-se, portando, como objetivo geral, diagnosticar os modelos de espaços e brinquedos dos parques infantis existentes em parques públicos da cidade de Curitiba e sua influência nas práticas lúdicas das crianças.

Os objetivos específicos foram: selecionar e caracterizar os parques públicos de Curitiba, com ênfase nos parques infantis, verificando quais são as suas características e seus modelos; mapeando as formas de uso e apropriação desses espaços por parte das crianças e observando as relações existentes entre as crianças e os espaços/brinquedos, as crianças e o adulto e entre as crianças.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 INFÂNCIA: UMA BALANÇA EM CONSTANTE MOVIMENTO

“A fascinação pelos anos da infância é um fenômeno relativamente recente” (HEYWOOD, 2004, p. 13), tal fato fez com que o conceito de infância sofresse alterações significativas ao longo da história.

Segundo Debortoli *et al.* (2008, p. 71), “[...] o estatuto e os papéis sociais que são atribuídos à infância mudam de acordo com as formas sociais em que as crianças estão inseridas em função das diversas dimensões sociais”.

Até o século XII, as condições gerais de higiene e saúde eram precárias, o que provocava um índice de mortalidade infantil muito alto.

Ariès (1981) afirma que, antes da modernidade, não existia por parte da sociedade um sentimento ou uma consciência da diferença entre o adulto e a criança.

No século XIII, observou-se nas crianças modos de pensar e sentimentos. A partir daí, foi “dado” aos adultos a responsabilidade de desenvolver nelas o caráter e a razão, ao invés de buscar preservar nelas a originalidade de seu pensamento. Elas eram vistas como páginas em branco a serem preenchidas e preparadas para a vida adulta.

A “descoberta” da infância teria de esperar pelos séculos XV, XVI e XVII, quando então, se reconheceria a necessidade de tratamento especial para as crianças, “uma espécie de quarentena”, para que depois pudessem integrar o mundo dos adultos: a escola (HEYWOOD, 2004, p. 23).

Tem-se a impressão, [...] de que, a cada época corresponderiam uma idade privilegiada e uma periodização particular da vida humana: a “juventude” é a idade privilegiada do século XVII, a “infância”, do século XIX, e a “adolescência”, do século XX. Essas variações de um século para o outro dependem das relações demográficas. São testemunhos da interpretação ingênua que a opinião faz em cada época da estrutura demográfica, mesmo quando nem sempre pôde conhecê-la objetivamente. Assim, a ausência da adolescência ou o desprezo pela velhice, de um lado, ou de outro, o desaparecimento da velhice, ao menos como degradação, e a introdução da

adolescência, exprimem a reação da sociedade diante da duração da vida (ARIÈS, 1981, p. 48).

A infância, então, é um conceito que começa a se desenvolver, segundo Bauman (1998), a partir dos séculos XVI e XVIII, através da Revolução Educacional. Essa revolução ocorreu de três formas diferentes na sociedade, propiciando uma mudança na forma como se enxergava a infância. Primeiramente, incentivou a separação de uma parte do processo da vida como um estágio imaturo, ainda por se desenvolver; em seguida, a separação física destes que se encontravam na fase imatura para que, submetidos aos cuidados de especialistas, se desenvolvessem; e por último, conferiu à família a responsabilidade de supervisionar esta fase educacional. Desta forma, a escolarização das crianças no século XVIII tinha como principais objetivos encontrar meios para ensinar, moralizar e disciplinar.

A partir do século XX,

[...] percebeu-se uma “reflexibilidade institucional” que recodificou os modos dominantes de interpretação da realidade, condicionando olhares, atividades e práticas dos adultos em relação às crianças. Em outras palavras, o conhecimento institucionalizado passou a contribuir de forma decisiva para a produção da realidade social (DEBORTOLI *et al.*, 2008, p. 72).

Nesse contexto, durante a infância, as crianças vivem uma institucionalização da vida cotidiana, absorvidas por atividades formais e não formais.

Para Tonucci (2005), o modelo de adulto proposto à criança como exemplo para o amanhã somos nós, adultos, seus pais e professores. Cumpre-se, portanto, um projeto educacional conservador, que propõe o passado como modelo para o futuro, que tende a garantir que o futuro será o mais semelhante possível ao passado.

Segundo Bauman (2005, p. 37),

[...] o mundo em que vivemos hoje é visto mais como uma máquina de produzir esquecimento do que como um local para desenvolver aprendizagens [...] a aprendizagem está destinada a ser uma corrida sem fim, logo que um objeto seja substituído e um outro começa a fazer-se notar [...].

Contradizendo expectativas e concepções elaboradas na modernidade, que identificavam as crianças como sujeitos de dependência em relação aos adultos, podemos perceber que as mesmas estão cada vez mais sozinhas, institucionalizadas em tempos e espaços específicos, experimentando relações restritas a seus próprios pares: “[...] as crianças se vem envolvidas em um mundo de imagens tecnológicas, produtos e desejos individuais” (DEBORTOLI *et al.*, 2008, p. 76). Enuncia-se, ainda, que a infância está cada vez mais envolvida por um mercado globalizado, fragmentada entre a produção e o consumo. Ao mesmo tempo em que se cria uma concepção de sujeito de direito, de criança cidadã, observam-se novos investimentos e relações de poder.

No momento em que a sociedade reconhecia a progressiva aceitação da necessidade de se preservar e assegurar direitos à infância, elaboraram-se estatutos, declarações e leis, que visavam garantir a todas as crianças os mesmos direitos, independente de condições financeiras, cor, credo, ou demais fatores de discriminação, promovendo e ampliando as condições necessárias para o exercício da cidadania.

No Brasil, atualmente, a fase da infância pode ser compreendida e analisada a partir de alguns documentos que a citam diretamente, como o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, do Ministério da Educação e do Desporto – Secretaria de Educação Fundamental (BRASIL, 1998); o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente; e a Declaração dos Direitos da Criança, adotada pela Assembleia das Nações Unidas em novembro de 1989 e ratificada pelo nosso país.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, as crianças são sujeitos sociais e históricos inseridos em uma sociedade com uma determinada cultura, em um determinado momento. “É profundamente marcada pelo meio social em que vivem, mas também o marca.” São singulares, caracterizam-se como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. Utilizam-se de diferentes linguagens, exercendo uma capacidade de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que procuram desvendar. E assim, constroem o conhecimento a partir das relações que estabelecem com o meio em que vivem (BRASÍLIA, 1998).

Do ponto de vista jurídico, a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, no seu art. 2.º, define criança como a pessoa de até doze anos de idade incompletos, além de reconhecê-la como sujeito de direitos.

O art. 15 confere às crianças o direito à liberdade, que é decifrado no artigo seguinte. Faz-se destaque para os incisos I, que estabelece o direito de “[...] ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários”, e IV, que especifica as ações de “[...] brincar, praticar esportes e divertir-se”. O art. 53 enuncia que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Por fim, o art. 75 menciona que toda criança, ou adolescente, terá acesso às diversões e espetáculos públicos classificados como adequados à sua faixa etária (BRÁSILIA, 1990).

Já a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959) afirma “[...] que a humanidade deve à criança o melhor de seus esforços” e garante no Princípio 4.º “[...] desfrutar de alimentação, moradia, lazer e serviços médicos adequados”. E em seguida, no Princípio 7.º afirma que a criança possuirá “[...] ampla oportunidade para brincar e divertir-se visando os propósitos mesmos da educação; a sociedade e as autoridades públicas se esforçarão para promover o gozo deste direito”.

Percebemos, com base nos estudos sociológicos sobre a infância ao longo dos tempos, somados às regulamentações vigentes de estatutos e declarações, que existe uma sensível preocupação na reflexão dos direitos da infância. Entretanto, percebe-se uma grande dificuldade na materialização dessas ações na vida cotidiana da infância.

Assis (*et al.*, 2007) afirma que embora explícito nas declarações e políticas públicas no contexto brasileiro, os direitos da infância não vêm sendo efetivados nas ações, como se o lazer, o brincar e o lúdico não fossem práticas indispensáveis na qualidade de vida e no desenvolvimento do ser humano.

É o que Marcellino (1990) chama de “o furto do lúdico” na vida das crianças apresentando duas causas principais: a primeira consiste no fato da criança ser vista como “promessa”, alguém que deve ser preparada para o futuro; a segunda consiste na necessidade de trabalhar de algumas crianças para garantir uma renda extra para a família.

É de suma importância a superação da noção da infância que concebe as crianças como folhas em branco, que devem ser preparadas para o mundo adulto, para abrir caminho à ideia de crianças como seres pensantes e participantes da sociedade em tempo integral, que merecem ter seus direitos efetivamente garantidos.

2.2 LAZER: O GIRA-GIRA DOS CONCEITOS

Nas antigas sociedades gregas, o lazer estava diretamente relacionado ao ócio, ao desprendimento das tarefas consideradas de trabalho. Tratava-se, então, de um período destinado à contemplação, à reflexão e à sabedoria. No entanto, longe de significar passividade. Era, na verdade, um tempo importante e precioso para o desenvolvimento integral dos sujeitos. Implicava operações de natureza intelectual e espiritual que se traduziam de forma não utilitária (WERNECK, 2000).

Já o conceito de ócio, que circulou em Roma durante toda a Idade Média, era de que indivíduos muito ocupados buscavam o *otium* em função do *negotium* (DUMAZEDIER, 1979), ou seja, o homem ocupado com diversas atividades encontrava seu descanso e divertia-se pelo lazer/ócio.

Percebe-se a existência de um ponto em comum no entendimento de lazer/ócio nessas duas civilizações. Ambas valorizavam o tempo de não trabalho e atribuíam significado às atividades exercidas neste tempo. Porém, este conceito tomou outros rumos a partir da Revolução Industrial, na segunda metade do século XVIII. Durante o período de industrialização da sociedade, encontrava-se, de um lado, a classe que detinha o poder, acumulava riqueza e mantinha privilégios, dentre eles o lazer, e do outro, a classe operária, que lutava por melhores condições de vida e de trabalho, por uma distribuição de renda mais justa, por mais segurança, redução da jornada de trabalho, entre outras.

Nesse contexto, surgiu o conceito de tempo de lazer, que ao contrário do que significava na Grécia ou na Roma antiga, teve sua essência nas reivindicações dos trabalhadores da classe operária na busca por mais tempo

livre. Afinal, se antes desse período de industrialização, quem controlava o tempo de trabalho eram as condições naturais da vida e o tempo de lazer era suprido de forma natural, a partir dele o tempo passou a ser controlado pelo relógio, de maneira que nem sempre respeitava as condições de vida do homem, visto que o objetivo final era a produção acelerada (GEBARA, 1997).

Segundo Magnani (1994),

[...] para muitas tendências do movimento operário organizado, o tempo livre era de suma importância, pois significava não apenas a necessária reposição da energia gasta, mas ocasião de desenvolvimento de uma cultura própria e independente dos valores burgueses.

Porém, Mascarenhas (2004, p. 12) indica que “[...] o lazer pode significar uma força de reorganização da sociedade, agência educativa capaz de fomentar e colaborar para a construção de novas normas, valores e condutas para o convívio entre os homens”.

Marcellino (1987, p. 19) destaca ainda que o tempo de lazer pode ser:

[...] a alavanca de transformação social, pois é um fenômeno gerado historicamente, do qual podem emergir valores questionadores da sociedade. A admissão da importância do lazer na vida moderna significa, pois, considerá-lo como um espaço privilegiado para a vivência de valores que possam contribuir, enquanto resistência, para mudanças de ordem moral e cultural, imprescindíveis à construção de uma outra realidade social, mais justa e humanizada.

Assim, o tempo e o espaço de lazer passam a configurar no Brasil, na década de 1970, como um direito social.

O artigo 6.º da Constituição Federal, dada pela Ementa Constitucional n.º 64 de 2010, dispõe os “[...] direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. A Carta Magna Brasileira coloca o lazer lado a lado com a educação, saúde, trabalho, segurança, previdência social, proteção à infância e maternidade e assistência aos desamparados. Tratam-se, pois, de direitos humanos fundamentais.

No entanto, para Brhuns (2002), “[...] ao longo do tempo o significado do Lazer separou-se da idéia de liberdade no mundo contemporâneo e se converteu em tempo, afastando-se da vida de contemplação do belo, do refinamento de idéias e do cultivo da mente”.

Werneck (2000) cita ainda que,

[...] nem todo tempo de folga, supostamente “livre” das obrigações, pode ser considerado tempo de lazer, principalmente se assumir como funções básicas a compensação de frustrações, a recuperação de energias para o exercício laboral ou a fuga dos problemas, o que seria apenas uma maneira alienada de contribuir com a manutenção da estrutura social vigente, desprovida de crítica ou reflexão.

Segundo Marcellino (1986), o lazer parece estar restrito à compensação da insatisfação e da alienação causadas pelo trabalho, à recuperação física e psicológica do trabalhador e à possibilidade ingênua de realização humana, desvinculada das questões mais amplas que constituem a dinâmica social.

Para Padilha (2002), o lazer pode ser considerado um privilégio para aqueles que possuem capital social onde as atividades de lazer são transformadas em mercadorias a serem consumidas.

É o que Mascarenhas (2005) define como “mercolazer”, ou seja, o lazer compreendido como mercadoria. A principal consequência de compreender o lazer como tal está relacionado às desigualdades sociais.

O autor divide as classes sociais e as experiências no lazer em:

1) Os com-lazer: compreendidos entre os ricos e endinheirados “que podem pagar pelo melhor das mercadorias e estilos de vida, tendo acesso ao primeiro mundo do lazer”; 2) Classe média: compreendidos entre aqueles que vivem sob a constante pressão econômica e freqüentemente dão “escapadas ao primeiro mundo, afundando-se em dívidas ou liquidando suas economias”, restando-lhes apenas um lazer-genérico; 3) Terceiro mundo do lazer: inseridos os pobres e miseráveis, dos quase sem e dos sem-lazer, os que tem pouco acesso ao lazer que restou de ações filantrópicas geralmente com caráter funcionalista (MASCARENHAS, 2007, p. 30).

No caso da infância, o tempo do lazer pode ser considerado como o tempo do brincar, sociabilizar e se desenvolver enquanto sujeito. Como afirmam Mascarenhas e Marcassa (2005, p. 257), é no momento de lazer que:

[...] os jovens criam e reforçam seus laços de identidade social, que as crianças, por meio da atividade lúdica, interpretam e ressignificam o mundo que as cerca, que os adultos tecem suas relações sociais e renovam valores e comportamentos que fundamentam os princípios éticos, estéticos e políticos que regem a sociedade.

Laufer (2001, p. 16) acrescenta que:

[...] o lazer na infância merece um especial cuidado, pois, a criança dispõe de muito tempo livre e porque a infância é a fase onde se adquire as habilidades motoras, bem como a formação de hábitos de convívio social [...]. Todas as crianças têm o direito de desfrutar do lazer. Elas precisam brincar para o desenvolvimento da aprendizagem, mobilidade e comportamento. Do mesmo modo, o ambiente deve proporcionar segurança e conforto para que a criança desenvolva todo o seu potencial sem riscos.

Torna-se, assim, fundamental que se assegure à criança tempo e espaços para que o caráter lúdico do lazer seja vivenciado com intensidade (MARCELINO, 1996).

2.3 LUDICIDADE, BRINQUEDO⁵ E BRINCADEIRA: UM QUEBRA-CABEÇA EM BUSCA DA ESSÊNCIA DO BRINCAR NA INFÂNCIA

Muitas são as áreas que estudam a ludicidade, como a filosofia, a antropologia, a psicologia, a educação, a educação física, entre outras. Ao longo dos anos esse conceito vem sendo aprimorado e modificado por esses estudiosos.

Para Huizinga (1980), historiador holandês, o homem pode ser classificado sob três diferentes estágios: *Homo sapiens*, o ser dotado de razão e inteligência suficiente para organizar sua própria vida e mantê-la da melhor forma que o faça realizado; o *Homo faber*, aquele que dotado de razão a usa para fabricar objetos necessários ao seu trabalho; e uma terceira classificação, que se verifica tanto na vida humana como na animal, e revela a mesma

⁵ Vale esclarecer que nesta pesquisa, os equipamentos dos parques infantis foram considerados brinquedos, visto que, mesmo em proporções maiores, são igualmente tratados como objetos que incluem funções e significados, convidam a agir e dão sentido às brincadeiras infantis.

importância dos *homo sapiens* e dos *homo faber* que denomina-se *homo ludens*, o homem que brinca. Para o autor, nesse momento, que o lúdico/jogo “[...] ultrapassa a dimensão humana, pois é fato mais antigo que a cultura. Possui um caráter desinteressado, gratuito e provoca evasão do real” (HUIZINGA, 1980).

Brunhs (1993) afirma que o lúdico trata-se de uma dimensão coletiva da vida humana, que possui características como desinteresse, seriedade, prazer, organização e espontaneidade. Para a autora a dimensão corporal é fundamental na compreensão da atividade lúdica.

Marcellino (1997, p. 28) traz suas contribuições no sentido de afirmar que o lúdico é também “[...] componente da cultura historicamente situada”. Na mesma linha de Chateau (1987, p. 14), que refere-se à ludicidade como “[...] algo concernente a cultura do homem”.

Percebe-se que a dimensão lúdica vivenciada pelo indivíduo depende do tempo em que está inserida, das condições da sociedade, das possibilidades e barreiras existentes, pois é uma dimensão dinâmica.

Werneck (2003, p. 37) complementa as discussões sobre o lúdico afirmando que “[...] o mesmo é marcado pela exaltação dos sentidos e das emoções, pressupondo assim, a valorização estética e a apropriação expressiva do processo vivido e não apenas do produto alcançado”. Ou seja, na atividade lúdica o que importa não é apenas o produto da atividade, o resultado, mas a ação em si, possibilitando aos indivíduos momentos de encontro consigo mesmo e com o outro, momentos de fantasia e de realidade. No entanto, essa exaltação dos sentidos vai além daqueles considerados positivos, ou adequados por grande parte das sociedades.

Como afirma Bracht (2003, p. 19),

[...] o lúdico constitui formas diferenciadas de partilhar a vida social, não apenas positivamente, é uma mistura de alegria e angústia, relaxamento e tensão, prazer e conflito, regozijo e frustração, satisfação e expectativa, liberdade e concessão, entrega, renúncia e deleite.

Conforme Rechia (2003, p. 57),

[...] o lúdico vincula-se a práticas e ações que realizam a condição humana, permitindo aos sujeitos enriquecerem suas existências e se comunicarem com a realidade de uma forma mais intensa, na medida em que a fruição criadora e o desfrute da cultura são valorizados.

O lúdico define-se em “brincar por brincar” que leva os seres humanos ao desenvolvimento social. Um exemplo disso são as meninas que durante a infância brincam de casinha, de ser mãe e que, sem perceber, já estão sendo preparadas para o futuro, dentro dos padrões sociais onde estão inseridas. Assim, caracterizamos a brincadeira como uma atividade que se distingue das outras, pois é uma forma de divertimento, uma atividade natural do ser humano, que de início não implica compromisso, planejamento ou seriedade, mas que carrega uma série de sentidos e significados de grande importância para o desenvolvimento infantil, correlacionados com diferentes culturas (BROUGÈRE, 2004).

A brincadeira tem seu papel na socialização das crianças quando permite que ela se aproprie dos códigos culturais da sua sociedade. Segundo Brougère (1995, p. 61), “[...] o círculo humano e o ambiente formado pelos objetos contribuem para a socialização da criança e isso através das múltiplas interações, dentre as quais algumas tomam a forma de brincadeira”. Ao brincar, então, a criança confronta-se com a cultura, apropriando-se dela e transformando-a.

Para Santos (2000, p.18), “ao brincar a criança desenvolve um papel decisivo na evolução dos processos de desenvolvimento humano, como maturação e aprendizagem, promovendo processos de socialização e descoberta do mundo”.

Tonucci (2005) considera que a brincadeira é uma atividade caracterizada pelo desejo de fazer, compreender, experimentar, descobrir coisas novas, de perceber que se sabe fazer alguma coisa a mais, o que produz satisfação, prazer e aprendizado. O ato de brincar consiste ainda:

[...] em forçar vínculos, com uma alternância sutil entre obediência e desobediência. Os vínculos afrouxam-se a medida que as habilidades, a responsabilidade e o respeito as regras o permitem. Os espaços do jogo se ampliam se articulam e enriquecem a esfera social de referência, aumentando os possíveis companheiros de jogo (e possíveis adversários) (TONUCCI, 2005, p. 44).

Para Werner (1994, p. 316), as atividades recreativas, as brincadeiras,

[...] devem ser escolhidas de forma a serem adequadas ao nível de desenvolvimento da criança e ajudá-la a progredir um pouco mais. Elas devem ser difíceis o bastante para serem interessantes, mas fáceis o bastante para serem bem feitas pelas crianças.

Atenta-se, ainda, que “[...] as regras não preexistem à brincadeira, mas são produzidas a medida em que ela se desenvolve” (BROUGÈRE, 1995, p. 101).

Outros fatores influenciam o brincar, para Medeiros (1975, p. 133),

[...] ao se recriarem com os companheiros da mesma faixa etária, por eles próprios escolhidos, as crianças ampliam os contatos sociais, aprendem normas práticas de conduta, discernem melhor os valores morais, enfim, vão se ajustando a vida coletiva.

Ao brincar coletivamente as crianças fazem de suas brincadeiras uma verdadeira prática social, e nessa prática aprendem a jogar, contar, a distinguir e a organizar suas ideias e vidas.

Para Vygotsky (1989), brincando em grupos e sociabilizando, a criança aprende a situar-se entre as outras, a se comunicar e a interagir.

Pedrosa (1996, p. 52) aponta que:

[...] a criança desde seu nascimento integra-se num mundo de significados construídos historicamente. E assim surge a interação com seus parceiros sociais, envolve-se no processo de significação dela própria e de objetos, eventos e situações outras, construindo e reconstruindo ativamente novos e velhos significados.

Sabe-se ainda que a qualidade das brincadeiras pode ser definida pelas relações entre as crianças e que estas dependem estreitamente do material que lhes é proposto. Nesse caso, os brinquedos, carregados de sentido e significado, aparecem como um suporte que estrutura a brincadeira, servem de apoio e orientam a ação lúdica.

Segundo Benjamin (1984, p. 68):

A fabricação especializada de brinquedos partiu efetivamente da necessidade de se produzir objetos de arte menores que pudessem ser utilizados na decoração interna das casas. Todavia, os brinquedos, inicialmente minúsculos, com o tempo ganharam

tamanho e foram perdendo, por conseqüência, seu caráter “discreto, minúsculo e agradável”.

A indústria mundial de brinquedos tem um grande potencial para investimentos, visto que o brinquedo ganha cada vez mais espaço e atenção por conta da significativa e gradual inserção no contexto social. O brinquedo passa a guiar a ação, ajuda a torná-la possível.

Para Brougère (2003, p. 263), o brinquedo é privilegiado, pois, “[...] por intermédio dele, ao brincar, ao agir, ao imaginar, a criança vai perceber certos elementos conhecidos ou desconhecidos da cultura lúdica inseridos na sua cultura”.

Kishimoto (1997, p. 26) entende que o brinquedo “[...] na qualidade de estimulante material para fazer fluir o imaginário infantil, concretiza-se no ‘lúdico em ação’, ou seja, na brincadeira em si”.

Percebe-se atualmente que “[...] muitas vezes o brinquedo deixa de ser um fim em si mesmo e é instrumentalizado em nome da produtividade, assim a criança que brinca é vista como um meio para o adulto que produz” (MARCELLINO, 1986, p. 92).

[...] por melhor que seja a produção cultural, ela não substitui a criação da cultura, de modo particular na infância, a situação fica ainda mais grave quando se examina a qualidade dos “produtos disponíveis no mercado”. E essa não é uma característica exclusiva da televisão: faltam alternativas e diversidade na produção cinematográfica; [...] o teatro infantil é, não raro, confundido com espetáculo mal feito; os museus não apresentam atrativos; os brinquedos são sofisticados e quebram com facilidade, o que dificulta a manipulação etc. Além disso, os equipamentos culturais ficam distantes dos locais de moradia, e a criança necessita da boa vontade do adulto para acompanhá-la, o que implica em palpites e imposição de programas (MARCELLINO, 1986, p. 94).

Daí a importância de se reconhecer e refletir sobre os brinquedos que oferecemos às crianças da nossa sociedade com seriedade e critérios, entendendo que estes contribuem para o desenvolvimento infantil.

Desse modo, os espaços públicos, dotados de equipamentos para o brincar infantil, “[...] precisam ser capazes de atrair a criança por seus aspectos de segurança, forma, cor e ludicidade” (LAUFER, 2001, p. 24).

Senda⁶ (1992, citado por BORGES, 2008) afirma ainda que os brinquedos devem ser desafiantes e instigantes, sendo apropriados pelas crianças em 3 fases:

a) Primeira fase – funcional: quando a criança experimenta a função do brinquedo em si e este processo pode ser repetido várias vezes, sendo que durante a brincadeira ela assimila o ambiente e aprende a lidar com ele. A aquisição destas informações aumenta à medida que ela frequenta este local, até que um dia ele perde a graça. Este é o processo de estímulo e processamento de informações.

b) Segunda fase – técnica: quando a criança diverte-se em improvisar, em criar sua própria maneira de brincar e interagir. Por exemplo, ao invés de sentar no balanço, ela tenta ficar de pé ou tenta escalar o escorregador, ao invés de escorregar. Este é o processo de experimentação e criação.

c) Terceira fase – social: neste momento o brinquedo é apenas um meio no qual a brincadeira se desenvolve, a função específica dele adquire menor importância e significado, tornando-se apenas um cenário, proporcionando oportunidade para a criança conhecer e interagir umas com as outras.

Dessa forma, quanto melhor projetado for um equipamento, mais possibilidades e complexidades de brincadeira ele oferecerá.

2.4 A CIDADE E OS ESPAÇOS PÚBLICOS DESTINADOS ÀS BRINCADEIRAS INFANTIS

A ideia de que as cidades possuem espaços públicos que toda a coletividade pode se apropriar e de espaços privados que apenas alguns têm acesso é bastante antiga. No entanto, estes conceitos só vieram a se definir com clareza a partir do processo de urbanização grega na Antiguidade Clássica. Para os gregos, a ágora (praça principal na constituição da cidade

⁶Mitsuru Senda tem nacionalidade japonesa, é arquiteto e presidente da *Association for Children Environment*, uma organização dedicada ao estudo e pesquisa dos espaços dedicados às atividades infantis.

grega) era o espaço que representava o espírito público almejado pela coletividade onde se exercia a cidadania (BENEVOLO, 1999).

Atualmente para Rechia (2003, p.1),

[...] a cidade, como paisagem artificial criada pelo homem, é um mundo de ruas, casas, edifícios, parques, praças, avenidas, num misto entre espaço natural e criado, formado por objetos e imagens movimentada pela dinâmica entre a vida pública e privada, onde se articulam tempo/espaço, política, trabalho, cultura, consumo, lazer, entre outras dimensões. Portanto, o cotidiano das sociedades urbanas giram em torno de objetos fixos, naturais ou criados, aos quais se aplica o trabalho, cruzado por fluxos de pessoas, produtos, mercadorias e idéias, diversos em volume, intensidade, ritmo, duração e sentido. Desta forma, as grandes cidades contemporâneas constituem-se em múltiplas práticas sociais.

Para Borja (2003, p. 25) a cidade

[...] é uma aventura e uma conquista da humanidade, [...] é um desafio constante, uma torre de babel, que mescla línguas e culturas, ofícios e idéias. A cidade é antes de tudo um espaço público, um lugar aberto e significante, que conflui todos os tipos de fluxos.

No entanto, a presença num espaço público é desconhecida, anônima, pois como elucida Bauman (2005, p. 69) “[...] o espaço é público à medida que permite o acesso de homens e mulheres sem que precisem ser selecionados. Nenhum ingresso é exigido, e não se controlam entradas e saídas”.

Os espaços públicos são ainda locais de atração e rejeição num processo constante e, por este motivo segundo Jacobs (2000), devem possuir o máximo de diversidade, para que mais pessoas possam se apropriar dele.

Harvey (2000) completa afirmando que os espaços públicos devem atender as necessidades da população local, considerando as tradições, histórias locais e a diversidade das pessoas.

Assim, para Cassapian (2011, p. 22),

[...] o respeito à diversidade das pessoas que compõem a cidade está diretamente relacionado ao direito à cidade como obra, ou seja, o direito ao deslocamento e uso da cidade como um espaço público com significado, no qual ocorrem as expressões dos mais diferentes cidadãos.

Dessa forma, ressalta-se que os urbanistas devem estar atentos as necessidade de variação dos modelos arquitetônicos dos espaços públicos, pois estes podem gerar a diversidade de usos, sentimento de pertencimento, a vontade dos usuários dos usuários, apropriação dos lugares ou o esvaziamento. Assim, quanto mais variados forem os modelos arquitetônicos do lugar, mais atrativos eles se tornam. Segundo Jacobs (2000, p.108), “[...] a animação e a variedade atraem mais animação; a apatia e a monotonia repelem a vida”.

Porém, para Rechia (2003, p. 43),

[...] não é necessário ser um especialista em arquitetura ou urbanismo para perceber que muitos espaços públicos urbanos no Brasil estão adotando uma mesma padronização, pela força da evolução das tecnologias e pela imposição dos modismos, os quais podem ser considerados aspectos de um mesmo processo.

Yázigi (2001, p. 15) afirma que, com o desenvolvimento da indústria brasileira de construção, “[...] propagou-se o uso em todas as cidades até mesmo dos mesmos materiais, e muitas vezes, das mesmas tecnologias”.

De fato, Fernandes (2001, p. 317) afirma que

[...] a uniformização do modo de pensar e dos modelos de planejamento urbano parece não mais se colocar apenas como perspectiva, mas como desdobramento concreto de palavras e ações já relativamente corriqueiras nas práticas de nossas cidades.

Em outras palavras, trata-se de uma redução a um só tipo de modelo urbanístico, refletindo em um só tipo de modelo de espaço público (RECHIA, 2003).

Ainda para Jacobs (2000), o planejamento urbano muitas vezes não leva em conta os usos diversificados que um espaço pode oferecer aos sujeitos que vivem na cidade, deixando-os para segundo plano. Percebe-se, então, que as cidades não são planejadas para os cidadãos. O espaço para o convívio torna-se assim cada vez mais raro, dando lugar às ruas, avenidas e estradas, ligando um bairro a outro, uma cidade a outra, em função do comércio.

Rolnik (2004, p. 73), aponta, por exemplo, que “[...] o processo de urbanização se dá, sobretudo, em função de uma ‘revolução nos transportes’”.

Em meio a este processo onde o espaço para o convívio é cada vez menor, Rechia (2007) afirma que as experiências vivenciadas na fase da infância em espaços públicos, de convívio social, se configuram como o pulsar da vida infantil no meio urbano, pois são ambientes privilegiados para potencializar valores éticos indispensáveis ao exercício da cidadania.

Jacobs (2000, p. 88) reforça a importância do espaço público afirmando que:

As crianças da cidade precisam de uma boa quantidade de locais públicos onde possam brincar e aprender [...], no entanto precisam de um local perto de casa, ao ar livre, sem um fim específico, onde possam brincar, movimentar-se e adquirir noções de mundo.

Castro (2001, p. 21) completa afirmando que

[...] os espaços públicos da cidade propiciam relações menos estagnadas, mais desestabilizadoras e flexíveis às crianças, diferentemente de outros locais onde as mesmas se encontram sempre em condições de subordinação, sejam como filho ou aluno.

Os espaços públicos de lazer da cidade podem ser considerados adequados ao lazer infantil, desde que ofereçam segurança, sejam próximos da casa das crianças e possibilitem a vivência de práticas lúdicas (RECHIA, 2003).

No entanto, sabe-se que a preocupação com os espaços públicos infantis, a idealização e criação destes é antiga.

Segundo Borges (2008), os espaços destinados exclusivamente as brincadeiras infantis começaram a ser idealizados no final do século XIX, na Alemanha, em seguida espalhou-se pela Europa e, daí então, para as Américas

A ideia do equipamento urbano que hoje conhecemos como parque infantil surgiu junto aos estudos da pedagogia e da psicologia moderna, que compreendiam o lúdico como uma forma de influenciar positivamente as emoções humanas desde a infância (NIEMEYER, 2002).

Segundo o autor, a evolução dos parques infantis no Brasil não foi muito diferente da Europa e dos Estados Unidos, evoluções ocorridas no fim do

século XIX. Nesta época os espaços públicos estavam geralmente associados à Igreja e eram usados para eventos religiosos. Com a virada do século, novos hábitos foram sendo incorporados à cultura brasileira e, a partir da década de 30, criou-se na cidade de São Paulo um grande sistema de parques infantis de recreação, que tinham como objetivos principais o controle social, a construção de uma identidade nacional, a higienização, a moralização e a civilização não só da criança, mas de toda a população. A intenção era melhorar a imagem do Brasil no exterior.

A proposta inicial dos parques infantis estava relacionada ainda segundo Vieira (2004), à necessidade de ocupação do tempo livre das crianças – filhos e filhas de operários. O objetivo era despertar nelas o gosto por hábitos saudáveis, potencializando o convívio social, valorizando questões de solidariedade e cooperação. O diretor nomeado para o departamento que idealizava esses espaços foi o poeta Mário de Andrade. Ele atuou de 1934 a 1938, e foi um dos principais líderes do Movimento Modernista e renovadores da cultura nacional.

Nessa época os parques infantis se caracterizavam por:

[...] um pátio de aparelhos, para distração ao ar livre de caráter higiênico e educativo: a) gangorra; b) escadas horizontais; c) deslizadores ou planos inclinados grandes e pequenos por onde sobem as crianças para deslizar e cair no tanque de areia; d) balanços, escadas com cordas; e) um carrossel (gira-gira) (RAM, 1936, p. 81, citado por DANAILOF *et al.*, 2009).

Já na década de 70, as propostas de parques infantis de recreação desaparecem completamente e o parque infantil se reduz à forma como o conhecemos hoje, um conjunto de equipamentos padronizados em um espaço de areia (NIEMEYER, 2002).

Debortoli (2008) considera a falta de espaços públicos de qualidade para o convívio infantil como um problema da modernidade. O autor avalia

[...] que a complexidade das transformações dos espaços urbanos, especialmente pela mediação de interesses privados, gera impossibilidades de experiências coletivas, que no caso da infância vão ganhando cada vez mais visibilidade pela privatização, pelo isolamento, por uma vida programada e pela cultura do consumo (DEBORTOLI, 2008, p. 25).

Tonucci (2005) aponta, em seu trabalho, como exemplo a falta de espaços gerada pela quantidade exagerada de automóveis pelas ruas. Parece que hoje os automóveis parados ou em movimento cobrem e privatizam a maior parte da superfície pública de ruas e praças, quando, na verdade, as crianças deveriam ter para brincar a mesma quantidade de espaço que os carros têm para estacionar.

A questão da insegurança é outro fator que também afasta as crianças do brincar no espaço público. Segundo Bauman (2005, p. 16), poderíamos dizer que “[...] a insegurança moderna é caracterizada pelo medo dos crimes e criminosos. Suspeitamos uns dos outros e de suas intenções e, assim, nos tornamos seres cada vez mais individuais e despreparados para o convívio coletivo”.

Segundo Baumann (2005, p. 38), por este motivo:

[...] as cidades atualmente são feitas de muros; barreiras físicas são construídas por todo o lado, ao redor das casas, dos condomínios, dos parques, praças das escolas, a nova estratégia de segurança decide a forma de cada tipo de construção, impondo uma lógica fundada na vigilância a distância.

Segundo Debortoli (2009, p. 5),

[...] a rua, como espaço público, tem perdido, progressivamente, seu significado coletivo tanto em seus significados históricos e sociais tomados de forma ampla quanto materialmente como espaço ocupado por adultos e crianças, lugar de brincadeiras e encontros. Além do espaço-tempo privado da casa e da família, bem como da escola, as crianças eram reconhecidas pelos adultos, pelos moradores, pelos comerciantes de seus bairros, localidades e comunidades. Progressivamente as presenças sociais das crianças vêm se restringindo aos espaços fechados para conviver com alguns poucos amigos e, talvez, alguns poucos adultos, mudando as formas de relação, institucionalizando especializando as normas, as brincadeiras, os usos do espaço, o encontro entre crianças e adultos, implicando outras redes simbólicas de subordinação cultural.

Assim, de um lado, crianças que possuem condições sociais, econômicas e culturais, mas têm seu tempo preenchido por atividades, escolhinhas, aulas e cursos, além de estarem constantemente envolvidas em uma rede de imagens e tecnologias, cercadas por barreiras de segurança. De outro, crianças que também não têm tempo disponível, porque o mesmo é preenchido pelo trabalho precoce, seja em ambiente doméstico, atividades

lícitas ou ilícitas. Apesar da desigualdade nos motivos, o que estas crianças têm em comum é uma infância marcada pela diminuição e restrição do tempo de lazer, que muitas vezes as distanciam da cultura local e as levam a um desenvolvimento fragilizado, comprometendo a sua cidadania infantil, já que consideramos o Lazer como um direito social (ANDAKI; MENDES, 2007).

2.5 A CIDADE DE CURITIBA: UMA GANGORRA DE ALTOS E BAIXOS ENTRE PLANEJAMENTO URBANO E POLÍTICAS PÚBLICAS.

A população de Curitiba, de acordo com o Censo 2010, é de 1.746.896 habitantes (100% urbana; 832.500 homens e 914.396 mulheres) e aponta um crescimento populacional de 10% nos últimos dez anos. O resultado é de uma densidade demográfica de 4.132,3 habitantes por km², conforme os dados coletados pelo IBGE. O Censo Demográfico de 2000 já colocava Curitiba na sétima posição entre as cidades mais populosas do Brasil. No mesmo ano, a cidade foi líder em longevidade entre as metrópoles brasileiras, com esperança de vida ao nascer de 71,6 anos (IBGE, 2010).

Curitiba foi ainda a única cidade brasileira a entrar no século XXI como referência nacional e internacional de planejamento urbano e qualidade de vida⁷. Numa pesquisa feita pela revista americana *Reader's Digest*⁸, foi o município brasileiro melhor colocado no *ranking* das “melhores cidades do mundo para se viver”.

Em novembro de 2011, Curitiba foi considerada referência mundial em boas práticas de planejamento, gestão, transporte público e qualidade ambiental, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano divulgado⁹ pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Atualmente para cada habitante da cidade há 64,4m² de área verde, segundo levantamento realizado em 2010, 13m² a mais que no levantamento anterior, de 2000.

⁷Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/onu-aponta-curitiba-como-exemplo-de-gestao-urbana/24808>>. Acesso em: 21/4/2010.

⁸Disponível em: <<http://www.selecoes.com.br/>>. Acesso em: 21/4/2010.

⁹Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/onu-aponta-curitiba-como-exemplo-de-gestao-urbana/24808>>. Acesso em: 21/4/2010.

Um dos motivos para estes resultados se deve ao fato do governo – já no começo da década de 70, aproveitando-se das várias áreas verdes que a cidade possuía – optar por realizar investimentos nesta área instalando parques em diversos locais da cidade, principalmente ao longo dos leitos dos rios, assim a cidade passou a ser reconhecida por seu grande número de parques e pela maior quantidade de áreas verdes por habitante (ZIRKL, 2003).

Segundo Rechia (2003, p. 59),

[...] os documentos oficiais da Prefeitura Municipal de Curitiba indicam que o projeto urbano curitibano conservou a natureza e integrou os planos diretores. A partir daí, potencializou a criação de parques públicos urbanos nos espaços naturais preservados, agregando a esses ambientes, projetos culturais, que tem como principais funções a apropriação desses espaços pela população, preservação ambiental e cultural.

Esse diferencial de planejamento conferiu à cidade marcas identitárias como: “Capital Ecológica” e “Cidade dos Parques”, pela qual ficou conhecida no país e no exterior (RECHIA, 2003).

Segunda Harvey (2000, p. 69),

[...] as cidades atuais, ao menos aparentemente estão preocupadas em criar uma imagem positiva e de alta qualidade, [...] isto porque dar determinada imagem a cidade por meio da organização dos espaços urbanos se tornou um meio também de atrair capital.

Assim, segundo Rechia (2003), a cidade de Curitiba passou a se destacar pela incorporação da natureza no seu planejamento urbano, que tinha como pano de fundo a preocupação com a relação homem/cidade, com ênfase no “lazer verde”, distinguindo-a de outras capitais do país, criando em torno de si tais marcas identitárias.

Se por um lado a gestão pública por meio de empreendimentos dessa natureza ganhava financiamentos externos, prestígio e reconhecimento nacional e internacional pelo discurso e uma prática política vinculados a imagens urbanas naturais, as novas formas de planejamento urbano, ao *marketing* territorial e ao *city marketing*, de outro a comunidade local ganhava espaços públicos que possibilitam viver um cotidiano menos tensionado na cidade por meio do uso e da apropriação desses espaços construídos (RECHIA, 2003).

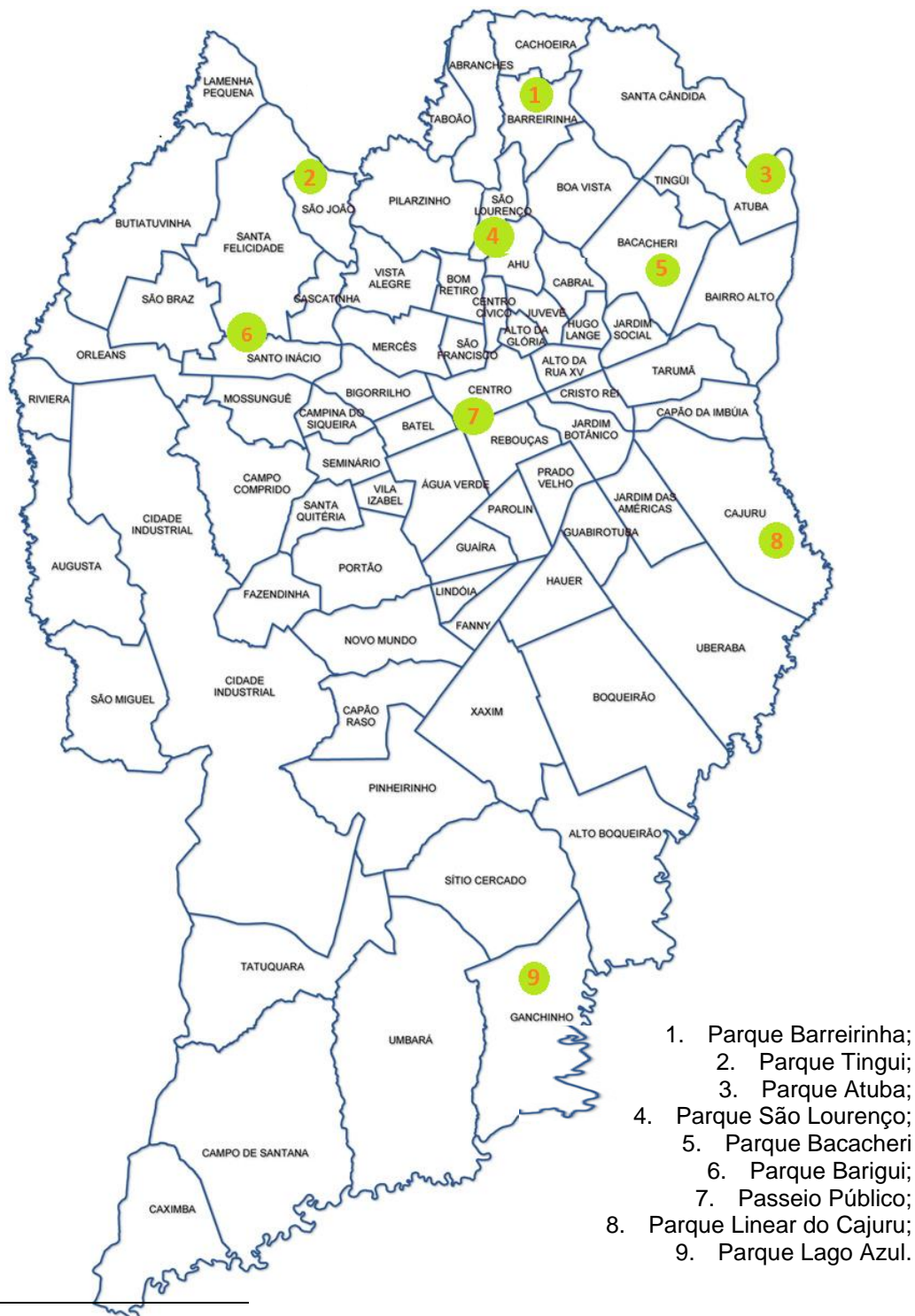
Assim, essa política de planejamento urbano valorizando áreas verdes levou a cidade de Curitiba à marca atual de vinte e um parques, conforme informações retiradas do *site* do IPPUC – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba¹⁰, apresentadas na tabela a seguir.

	Parque	Bairro	Data de fundação	M²
1	Parque Iguaçu	Alto Boqueirão	1976	8.264.316
2	Parque das Pedreiras	Abranches	30/09/1990	103.500
3	Parque General Iberê de Mattos	Bacacheri	05/11/1988	152.000
4	Parque Barreirinha	Barreirinha	1972	275.380
5	Parque Nascentes do Belém	Cachoeira	24/11/2001	11.178
6	Parque Tanguá ⁽¹⁾	Pilarzinho	23/11/1996	235.000
7	Parque Atuba	Atuba	28/03/2004	173.265
8	Parque São Lourenço	São Lourenço	1972	203.918
9	Parque Linear Cajuru	Cajuru	29/03/2003	104.000
10	Parque Municipal Passaúna	Augusta	10/03/1991	6.500.000
11	Parque dos Tropeiros	Augusta	25/09/1994	173.474
12	Parque Tulio Vargas	CIC	2008	65.073
13	Parque Caiuá	CIC	25/09/1994	46.000
14	Parque Diadema	CIC	25/09/1994	112.000
15	Passeio Público	Centro	02/05/1886	69.285
16	Jardim Botânico	Jardim Botânico	05/10/1991	278.000
17	Cambuí	Fazendinha	12/04/2008	99.301
18	Parque Italiano	Butiatuvinha	16/03/2010	82.600
19	Parque Tingui	São João	01/10/1994	380.000
20	Parque Barigui	Santo Inácio	1972	1.400.000
21	Parque Lago Azul	Ganchinho	09/12/2008	126.615

TABELA 1 - PARQUES DE CURITIBA CONFORME IPPUC

¹⁰ Disponível em: <http://www.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/Curitiba_em_dados>. Acesso em: 21/4/2010.

Desses vinte e um parques, apenas nove deles possuem parques infantis, num total de onze¹¹ espaços deste tipo pesquisados, todos em sua maioria localizados na região do centro e norte da cidade. Os mesmos estão identificados na Figura¹² abaixo e brevemente descritos a seguir.



¹¹ Dos nove parques identificados com parques infantis, dois deles – Parque Tingui e Parque Lago Azul apresentaram dois parques infantis, nomeados como Parque Tingui (A) e (B) e Parque Lago Azul (A) e (B), totalizando onze espaços pesquisados.

¹² Mapa elaborado pela autora com base em documentos fornecidos pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente da cidade de Curitiba.

PARQUE DA BARREIRINHA

É um dos primeiros parques do Plano Diretor de Curitiba¹³, implantado em 1972, na região norte da cidade, de colonização polonesa. Ao longo dos seus 725,380m² possui bosques nativos de mais de 200 mil metros quadrados de vegetação típica e três grandes lagos.

O Parque conta com estacionamento, churrasqueiras, cancha de areia, biblioteca e salão de eventos e dois parques infantis.

PARQUE TINGUI

O Parque Tinguí foi inaugurado em 1994. Em seu espaço total de 380 mil m² de área, às margens do rio Barigui, encontram-se lagos, pontes de madeira cobertas, ciclovia, canchas de areia, academia ao ar livre, churrasqueiras, parque infantil e áreas verdes. O Parque conta com a segurança da Guarda Municipal e estacionamento.

PARQUE DO ATUBA

O Parque Atuba nasceu da necessidade de preservação do Rio Atuba, localizado ao nordeste do município e com mais de 170 mil m² de área, o Parque protege o ecossistema do local. Além disso, oferece estruturas como churrasqueiras, academia ao ar livre, pistas de cooper e ciclovia, duas quadras de vôlei de areia, duas quadras de futebol de areia e parque infantil.

PARQUE SÃO LOURENÇO

O Parque São Lourenço foi inaugurado em 1972, com 204 mil m² de área. Sua criação ocorreu após uma enchente do Rio Belém, em 1970, que provocou o rompimento da represa de São Lourenço, paralisando um curtume e a fábrica de cola, que funcionavam no local. O Parque surgiu com as obras

¹³ Plano Diretor disposto no Estatuto da Cidade discorre sobre a delimitação das áreas urbanas onde pode ser aplicado o parcelamento, edificação ou utilização compulsória, considerando a existência de infraestrutura e um sistema de acompanhamento e controle.

de contenção de cheias e de recuperação da área. Nas instalações da antiga fábrica funciona hoje o Centro de Criatividade de Curitiba. O Parque conta ainda com pista de caminhada/ciclovía, de carrinhos de rolimã, churrasqueiras, cancha de vôlei, parque infantil, estacionamento e Guarda Municipal.

PARQUE BACACHERI – IBERÊ DE MATTOS

O Parque Iberê de Mattos conhecido também como Parque Bacacheri foi inaugurado em 1988, possui uma área de 152 mil m², de amplo espaço verde, lagos, canchas de futebol e de vôlei de areia, equipamentos de ginástica, churrasqueiras, bancos de madeiras, lixeiras seletivas espalhadas, um lago artificial de 22 mil m² e lanchonete.

PARQUE BARIGUI

O Barigui é um dos maiores e o mais frequentado parque de Curitiba. Sábados, domingos e feriados o Parque é um dos principais pontos de encontro da cidade e, durante a semana, é muito comum as caminhadas em volta do lago. O Parque possui uma área de 1,4 milhão de m², um grande lago de 400 mil m², muita área verde, equipamentos de ginástica, sede campestre, churrasqueiras, restaurante, canchas poliesportivas, quiosques, Museu do Automóvel, Estação Maria Fumaça, parque de exposições, pista de bicicross e aeromodelismo. O Parque também abriga a sede da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

PARQUE PASSEIO PÚBLICO

É o mais antigo parque público de Curitiba, inaugurado em 1886 por Alfredo D'Estragnolle Taunay, presidente da Província do Paraná. A área era alagadiça e considerada foco de doenças; a construção do Parque foi a solução encontrada para o problema. O portão da entrada principal é cópia fiel do portão do Cemitério de Cães de Asnières-sur-Seine, nas proximidades de Paris.

O Passeio Público tem uma área verde com 69.285 metros quadrados com um terrário que abriga 40 animais, entre serpentes e lagartos de espécies exóticas. Disponibiliza também aquário com mais de 30 variedades de peixes de rios e ornamentais da região amazônica e da África.

O local possui restaurante, sanitários, pista de patinação, ponte pênsil, pedalinhos, pista para caminhadas, ciclovia, parque infantil e bicicletário.

PARQUE LINEAR DO CAJURU

Com 2.100 metros de extensão e uma área de 104 mil metros quadrados, o Parque Linear Cajuru veio resgatar a função ambiental do Rio Atuba, cujas margens foram recuperadas em 2002/2003 pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente com a participação de outras entidades municipais.

O Parque possui campo de futebol, postes para redes de vôlei em um campo de grama e cancha de areia com traves de futebol cercado por rede. No entanto, nada se encontra em boas condições de uso.

PARQUE LAGO AZUL

O Parque Lago Azul preserva o meio ambiente e um pedaço da memória da cidade de Curitiba. A área de 126.615 metros quadrados, antiga propriedade da família Segalla, era usada nas décadas de 1960 e 1970 como parque particular e uma das poucas opções de lazer em área aberta da cidade. O Parque possui um mirante de madeira no ponto mais alto, com vista geral do lago. Equipado com mesa, bancos de madeira, cancha de futebol de areia e de grama, cancha de vôlei, bistrô, sanitários, chafariz, portal, churrasqueira, mirante, estacionamento, deck, trapiche e dois parques infantis.

No entanto, além do oferecimento de áreas verdes aos cidadãos, destacamos a necessidade, discutida por Rechia (2009), das questões de planejamento urbano estarem inter-relacionadas às políticas públicas de lazer e às questões sociais presentes na cidade.

A autora afirma que,

[...] embora o planejamento dos espaços seja de fundamental importância para oportunizar experiências no âmbito do lazer e dos esportes, essas intervenções deverão estar sempre que possível conectadas às políticas públicas que atendam aos anseios do cidadão (RECHIA, 2005, p. 61).

O conceito de “Políticas Públicas”, segundo Teixeira e Ribeiro (2001), é abrangente, mas se refere basicamente a diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público, regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade. São, neste caso, políticas sistematizadas ou formuladas em documentos, leis, programas, projetos que orientam ações que normalmente envolvem recursos públicos.

Para Carvalho (*et al.*, 2002), políticas públicas são construções participativas de uma coletividade, que visam a garantia dos direitos sociais dos cidadãos que compõem uma sociedade.

As diferentes áreas de atuação do poder público demandam diferentes tipos de políticas, isso ocorre devido à necessidade de conhecimento técnico específico e de ações que sanem problemas e atendam carências sociais. Um dos campos de atuação do poder público é o lazer caracterizado por: considerar o lazer como direito constitucional, ser baseado em ações democráticas ou autoritárias por parte dos órgãos de governo e criar programas e atividades direcionadas especificamente ao desenvolvimento de ações no campo de esporte e lazer que sejam interessantes à população (QUEIROZ *et al.*, 2011).

No Brasil, as Políticas Públicas de Lazer vêm crescendo nas reivindicações dos sujeitos pela busca de melhores condições de vida. A participação popular no planejamento torna a gestão democrática e faz com que sociedade e responsáveis pelo planejamento reflitam sobre os projetos, esclareçam objetivos e funções para que o mesmo seja construído com base na realidade, atendendo aos interesses de diferentes grupos, instituições e organizações populares (BRUST *et al.*, 2008).

Partindo desse pressuposto e após levantamento no site da Prefeitura Municipal de Curitiba, observaram-se três programas principais voltados ao Lazer dos cidadãos curitibanos oferecidos pela SMEL – Secretaria Municipal de

Esporte e Lazer: Lazer na cidade, Programa Linha do Lazer e Lazer Comunitário.

O programa Lazer na Cidade objetiva desenvolver a prática de atividades recreativas e culturais, através de eventos aos finais de semana. Este programa possui vários projetos que dão corpo ao programa:

- Recicle e Brinque: Projeto que prevê o oferecimento de atividades lúdicas realizadas em escolas municipais, busca a orientação quanto à educação ambiental e noções de sustentabilidade.

- Brinca Curitiba: Evento realizado quinzenalmente aos sábados, no período da tarde, em diferentes parques da cidade, desenvolvendo atividades recreativas, oficinas de artes e gincanas.

- Brincando na Rua XV: Evento recreativo realizado todos os sábados pela manhã, na Rua XV de Novembro.

- Recreação nas Arcadas: Evento de lazer, realizado aos domingos ao lado da Feira de Artesanato de Curitiba. Tem o intuito de oferecer atividades recreativas aos frequentadores e turistas da Feira.

- BrinCriando com a SMEL: Evento que tem por objetivo a prática de atividades recreativas, desenvolvendo oficinas de construção de brinquedos com a participação da criança e adultos. O evento acontece em espaços das comunidades.

- Brincadeira tem Hora: Evento recreativo realizado aos finais de semana em espaços públicos nas comunidades.

O Programa Linha do Lazer utiliza um ônibus adaptado para levar atividades diversificadas de recreação e lazer a locais desprovidos de infraestrutura.

Por fim, o Programa lazer Comunitário prevê a realização de Festival de Férias que acontece nos períodos de férias escolares. As atividades são desenvolvidas em Ruas da Cidadania, Associações de Moradores, Parques e outros espaços.

Ao buscarmos uma conexão entre os espaços dos parques públicos de Curitiba apresentados no início deste capítulo, tão valorizados nas políticas de planejamento urbano da cidade, e os projetos e programas desenvolvidos pela SMEL, notamos que apenas o Projeto “Brinca Curitiba” de realização quinzenal

e o Programa “Lazer Comunitário” de realização semestral oferecem atividades de lazer nos parques da cidade.

Ao levantar tais dados, notamos que os parques públicos da cidade são utilizados de forma esporádica para ações sistemáticas públicas voltadas para a infância, no âmbito do lazer.

Segundo Reis e Starepravo (2008), a efetivação das políticas públicas de lazer não se dá apenas através da elaboração e oferecimento de projetos, mas baseada em três eixos: a educação das pessoas para o lazer, para que estes compreendam a real importância dele; a disponibilidade de espaços e equipamentos públicos nas diferentes regiões das cidades; e a acessibilidade a esses espaços e equipamentos, garantindo acesso e uso por todos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo Lakatos e Marconi (1991, p.83) procedimentos metodológicos caracterizam-se por “um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia permite alcançar o objetivo [...], traçando o caminho a ser seguido”.

Para esta pesquisa, de cunho sociológico que buscou identificar os modelos de espaços e equipamentos dos parques infantis presentes em parques público da cidade de Curitiba. Para tanto, realizou-se uma pesquisa qualitativa, entendida como aquela onde o ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave que tende a analisar seus dados indutivamente (LAKATOS e MARCONI, 1991).

Para Flick (2009), pesquisas do tipo qualitativa têm como característica comum, entender e explorar fenômenos sociais, analisando experiências de indivíduos ou grupos, com uso de diferentes enfoques.

A pesquisa possui ainda, caráter descritivo, que objetiva conhecer e interpretar a realidade sem nela interferir para modificar (CHURCHIL, 1987).

Para Gil (1999), as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis, utilizando técnicas padronizadas de coletas de dados.

Dessa forma esta pesquisa foi desenvolvida em cinco etapas, (1) revisão de literatura, (2) mapeamento dos dados, (3) aplicação do protocolo para os espaços e equipamentos encontrados, (4) análise por meio de registros em diário de campo e fotográficos da dinâmica dos parques infantis, acompanhado da realização de entrevistas com responsáveis por crianças presentes no local, (5) entrevista com um responsável da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Cidade.

Na primeira etapa fez-se uso da revisão da literatura para basear todas as discussões desta pesquisa, buscando compreender melhor o fenômeno a ser analisado.

Em seguida realizou-se através de informações obtidas no site da Prefeitura Municipal de Curitiba e na Secretaria Municipal de Meio Ambiente –

SMMA¹⁴ e nas pesquisas do GEPEC o mapeamento dos vinte e um parques existentes na cidade de Curitiba, verificando qual deles possuía espaços e brinquedos destinados às brincadeiras infantis.

A partir deste mapeamento, adotou-se como critério de inclusão apenas os parques que possuíam parques infantis, totalizando nove parques selecionados.

Na terceira etapa foram realizadas visitas aos nove parques infantis selecionados para aplicação de um protocolo¹⁵ de análise descritiva sobre os espaços e equipamentos objetivando sistematizar informações sobre as características dos espaços, como: dados de identificação, formas de acessibilidade, descrição dos brinquedos e do entorno do espaço e demais informações relevantes no momento da pesquisa de campo.

Ao término de tais procedimentos foi realizada uma nova visita a cada parque infantil, sempre aos sábados pelo período de cinco horas, buscando-se por meio de registros fotográficos e anotações em diário de campo identificar a dinâmica de tais espaços, no que diz respeito às formas de apropriação, relações de interação entre os usuários e demais informações que ao olhar do pesquisador fossem relevantes. Não foram delimitadas variáveis como sexo e idade para os sujeitos a serem observados.

Para Minayo (2011, p. 71)

o principal instrumento de trabalho de observação é o chamado diário de campo, que nada mais é que um caderninho, um caderneta, um arquivo eletrônico no qual escrevemos todas as informações que não fazem parte do material formal de entrevistas em suas várias modalidades. Respondendo uma pergunta freqüente, as informações escritas no diário de campo devem ser utilizadas pelo pesquisador quando vai fazer análise qualitativa.

Já o uso de imagens permitiu um registro e uma descrição detalhada da realidade do espaço observado, assim como da realidade vivenciada pelos

¹⁴ A Secretária Municipal de Meio Ambiente da Cidade de Curitiba é a responsável pela elaboração, implantação e manutenção das áreas verdes existentes na cidade, sendo composta por um departamento exclusivo dedicado aos parques e praças da cidade, do qual faz parte uma equipe de arquitetos e de outros profissionais de áreas afins.

¹⁵ Protocolo desenvolvido pelo GEPEC em 2004, e que, desde então, é utilizado em pesquisas relacionadas aos espaços reservados para esporte e lazer na cidade de Curitiba. O utilizado nesta pesquisa em específico busca analisar a constituição do espaço, seus objetivos, a acessibilidade, condição do local e dos equipamentos, qualidade ambiental e das instalações, além da descrição densa desses espaços.

sujeitos observados, complementando, portanto as demais formas de coleta de dados (FLICK, 2009).

Esta etapa também contemplou a realização de entrevistas semiestruturadas (em anexo), com os acompanhantes das crianças que brincavam no parque, buscando obter informações sobre o espaço estudado, no que diz respeito às necessidades, sugestões ou críticas que estes, na condição de responsáveis, atribuem aos parques infantis dos parques.

As entrevistas do tipo semiestruturadas, segundo Laville e Dionne (1999, p. 333) consistem em

“[...] uma série de perguntas abertas, preparadas previamente, feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador tem a liberdade de acrescentar perguntas, inverter a ordem das mesmas, assim como solicitar mais esclarecimentos”. Vale ressaltar que este tipo de procedimento não visa generalizações, mas sim descrições ricas e detalhadas da realidade.

Não foi delimitado a priori o número de entrevistados em cada parque, os mesmos foram sendo convidados a participar na medida em que era possível ou que pesquisadora achasse necessário, totalizando ao final, vinte e seis entrevistados.

Segundo França (2007),

Nesse tipo de pesquisa não se visa generalizações, mais sim descrições ricas e detalhadas da realidade. Desta forma, não se trabalha com um número grande de sujeitos, mais sim com participantes eu possam oferecer informações para dar conta da problemática inicial com o maior grau de profundidade e confiabilidade possível. (FRANÇA, 2007, p.44)

Todos aqueles que aceitaram ser entrevistados receberam um termo de consentimento (em anexo), que continha informações e esclarecimentos sobre a pesquisa e um local para assinatura onde o participante autorizava a entrevista e a publicação do conteúdo da mesma.

Na sexta etapa foi realizada outra entrevista semiestruturada, com um responsável da SMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente, visando obter informações sobre a construção e manutenção dos parques infantis presentes nos parques públicos da cidade de Curitiba.

O entrevistado, a data e o local da entrevista formam indicadas pela direção da SMMA.

Quanto à análise dos dados coletados, esta foi de cunho interpretativo, onde sistematizou-se os dados em busca de conexões e complementações para estabelecer as categorias de análise da pesquisa.

Segundo Severino (2002, p. 56)

Interpretar, em sentido restrito, é tomar uma posição própria a respeito das ideias enunciadas, é superar a estrita mensagem do texto, é ler nas entrelinhas, é forçar o autor a um diálogo, é explorar toda a fecundidade das ideias expostas, é cotejá-las com outras, enfim, é dialogar com o autor. Bem se vê que esta última etapa da leitura é a mais difícil e delicada, uma vez que os riscos de interferência da subjetividade do leitor são maiores, além de pressupor outros instrumentos culturais e formação específica.

Gil (1999, p. 70) ressalta que para que a análise seja efetiva é necessário que “a interpretação se faça a partir da ligação dos dados com conhecimentos significativos, originados de pesquisas empíricas ou de teorias comprovadas”.

Assim, a partir do levantamento dos dados obtidos pelos protocolos, das anotações em diário de campo, da análise dos registros fotográficos e após a transcrição e análise do conteúdo das entrevistas, identificaram-se três categorias principais de análise: quanto ao modelo do entorno dos parques infantis, quanto ao modelo dos parques infantis e quanto aos limites e possibilidade para apropriação desses espaços.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 PARQUES PÚBLICOS: REVENDO E CONHECENDO O ENTORNO DOS PARQUES INFANTIS

Para que o espaço público, seja ele qual for, seja bem apropriado numa cidade são certamente necessárias certas condições de infraestrutura¹⁶. Assim, dentre os onze¹⁷ parques infantis pesquisados, nas próximas páginas serão abordadas algumas dessas condições identificadas durante a pesquisa de campo, são elas: áreas verdes, mobiliário, outros espaços de lazer e segurança.

4.1.1 Áreas verdes

Conforme afirma Rechia (2003, p. 28), Curitiba, historicamente, tem privilegiado ações de planejamento urbano com preservação ambiental e cultural. Segundo a autora, a partir da implantação do Plano Agache¹⁸, em 1974, observou-se em Curitiba grande interesse na preservação de áreas verdes urbanas, bem como o desenvolvimento de projetos de parques urbanos. Foi a partir deste e de outros planos que surgiram na sequência que foi institucionalizada a tradição curitibana de preservar grandes áreas verdes.

Ao pesquisar os parques selecionados, com exceção do Parque Linear do Cajuru, foi exatamente com isso que nos deparamos, preservação de

¹⁶O conceito de infraestrutura será entendido para esta pesquisa como um conjunto de instalações que constituem os suportes do funcionamento das cidades e que possibilitam o uso urbano (SAHOP, 1978).

¹⁷ Reforço que dos nove parques identificados com parques infantis, dois deles – Parque Tingui e Parque Lago Azul apresentaram dois parques infantis, nomeados como Parque Tingui (A) e (B) e Parque Lago Azul (A) e (B), totalizando onze espaços pesquisados.

¹⁸O Plano Diretor de Urbanização de Curitiba, conhecido como Plano Agache, estabeleceu diretrizes e normas técnicas para ordenar o crescimento físico, urbano e espacial da cidade, disciplinando o tráfego, organizando as funções urbanas, além de coordenar e zonear as atividades, codificar as edificações, estimulando e orientando desta maneira o desenvolvimento. O Plano previa ainda grande destaque para arborização urbana na área central da cidade e preservação das áreas verdes já existentes, bem como os projetos de futuros parques, fossem para contemplação ou para recreação (RECHIA, 2004, p. 18).

grandes áreas verdes, presença de animais de pequeno porte e preservação de algumas árvores nos espaços que contemplam também infraestruturas construídas, como churrasqueiras, parques infantis, quadras poliesportivas, quadras de areia, pista de caminhada/cooper, academias ao ar livre, mesa de jogos, pista de patinação, bares e restaurantes. Como ilustrado nas Figuras 2 e 3.



FIGURA 2 - PARQUE BARIGUI – PRESERVAÇÃO DE ÁREA VERDE AGREGADO A ESTRUTURAS CONSTRuíDAS
FONTE: Google imagens.



FIGURA 3 - PARQUE BARIGUI – PRESERVAÇÃO DE ÁREA VERDE AGREGADO A ESTRUTURAS CONSTRuíDAS
FONTE: Google imagens.

Segundo Bengtsson (1973), além de infraestrutura construída, os parques devem possibilitar ao máximo o contato com a natureza ao contemplar uma vegetação exuberante e diversificada.

Para Loboda e Angelis (2005, p. 134),

[...] as áreas verdes urbanas são de extrema importância para a qualidade da vida urbana. Elas agem simultaneamente sobre o lado físico e mental do homem, absorvendo ruídos, atenuando o calor do sol; no plano psicológico, atenua o sentimento de opressão do homem com relação às grandes edificações; constitui-se em eficaz filtro das partículas sólidas em suspensão no ar, contribui para a formação e o aprimoramento do senso estético, entre tantos outros benefícios.

Guzzo (1999, p.2) reforça ainda que dentre as inúmeras vantagens das áreas verdes três são consideradas principais: ecológica, estética e social.

[...] as contribuições ecológicas ocorrem na medida em que os elementos naturais que compõem esses espaços minimizam impactos decorrentes da industrialização. A função estética está pautada, principalmente, no papel de integração entre os espaços construídos e os destinados à circulação. A função social está diretamente relacionada à oferta de espaços para o lazer da população.

Assim, acreditamos que a associação entre a preservação das áreas verdes urbanas e as áreas construídas é essencial para a qualidade de vida dos cidadãos, pois possibilita o contato com a natureza, consigo mesmo e com os outros, contribuindo para uma vida de qualidade para todos, principalmente para as crianças, que desde pequenas estarão habituadas a este convívio, ampliando experiências e construindo conhecimentos diversificados sobre o meio social e natural, que futuramente poderão resultar em uma nova geração que conheça e compreenda melhor a natureza, tratando-a com respeito e admiração e reconhecendo-se parte integrante dela.

4.1.2 Mobiliário

O item mobiliário será aqui compreendido a partir das Normas ABNT, que consideram mobiliário urbano “[...] todos os objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem urbana, de natureza utilitária ou não,

implantados mediante autorização do poder público em espaços públicos e privados” (ABNT, 1986, p. 1).

Portanto, para esta pesquisa o conjunto de mobiliários inclui: sanitários, bebedouros, lixeiras, postes de iluminação e bancos.

Quanto aos sanitários notou-se que dos onze parques infantis pesquisados, os parques infantis do parque no São Lourenço, Barigui, Parque Linear do Cajuru e o Parque Tingui “B”, não apresentaram este mobiliário público próximo.

Dos sanitários públicos existentes os dos Parques Bacacheri e Tingui “A”, não são adaptados. Já os dos Parques Barreirinha, Passeio Público, Parque Atuba e os dois do parque Lago Azul, estão identificados com o símbolo internacional de acesso e são considerados pela Prefeitura Municipal de Curitiba como acessíveis a todos, no entanto, pesquisa realizada recentemente¹⁹ em parques da cidade de Curitiba aponta que as adaptações dos sanitários quando encontradas, muitas vezes, não condizem ou não contemplam todas as Normas técnicas da NBR 9050²⁰ de acessibilidade, edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano, portanto não podem ser considerados como sanitários de fato adaptados (CASSAPIAN, 2011).

Percebeu-se ainda que em dias ensolarados e de grande movimento de pessoas, os banheiros tornam-se poucos para a demanda, visto que são compartilhados com todos os usuários do parque não só com os do parque infantil, como cita um dos entrevistados:

[...] acho que precisava de mais banheiro, tem um aqui do centro de criatividade e outro lá em cima, mas em dias de sol é muita gente para usar (Entrevistado 19).

É de suma importância que sejam disponibilizados banheiros próximos aos parques infantis, na quantidade e condições adequadas. Sabe-se que crianças costumam frequentar o banheiro várias vezes ao dia, assim como ao brincar se sujam e vez ou outra precisam lavar as mãos ou a boca. Muitos também são os pais que vão ao parque com mais de uma criança e às vezes necessitam levar uma delas ao banheiro, assim, além de favorecer o uso, a

¹⁹ CASSAPIAN, M. **Da cidade planejada ao lazer para todos**: As experiências no âmbito do lazer vividas pelos cadeirantes do grupo “A união faz a força”. Curitiba, 2011.

²⁰ NBR 9050 siglas para normas de acessibilidade para deficientes físicos.

proximidade deste mobiliário ao parque infantil colabora com a autonomia das crianças, que podem ir ao banheiro sozinhas, o que as torna mais independentes.

O acesso a um banheiro público de qualidade certamente ajuda as crianças a adquirirem hábitos de higiene saudáveis, contribui na educação das mesmas e favorece o momento da brincadeira de forma mais qualificada.

Bebedouros foram encontrados próximos a apenas dois parques infantis, do Parque Passeio Público e Parque Atuba, no entanto, os mesmos não encontravam-se em boas condições de uso, pois continham limo, sujeira, pichações e desgaste do tempo, conforme identificado nas Figuras 4 e 5.



FIGURA 4 - PARQUE PASSEIO PÚBLICO – BEBEDOURO MAL CONSERVADO
FONTE: Moro (2011).



FIGURA 5 - PARQUE ATUBA – BEBEDOURO MAL CONSERVADO
FONTE: Moro (2011).

Não é de hoje que se ouve falar da importância de se beber água durante a realização de práticas corporais por consequência do desgaste do corpo e da necessidade em repor energias.

Assim, o acesso em locais públicos a bebedouros deve ser feito com cuidado, dentro de padrões de higiene que garantam qualidade aos usuários, em especial para as crianças, visto que principalmente em dias quentes elas se movimentam muito durante as brincadeiras, a perda de água através do suor do corpo é maior e, portanto, sua recuperação deve ser constante para manter a hidratação do corpo.

Quanto às lixeiras, as mesmas não foram identificadas apenas próximas ao parque infantil do Parque Linear do Cajuru.

Nos Parques Lago Azul “A” e “B”, Barigui e Bacacheri foram identificadas lixeiras do tipo simples, que não permitem a separação do lixo.

Nos Parques Atuba, Passeio Público, São Lourenço, Barreirinha e Tingui “A” e “B” foram encontradas lixeiras que possuem dois compartimentos, projetados para permitir a separação do lixo orgânico do reciclável. No entanto, identificamos que os dois modelos deste mobiliário são de tamanhos pequenos e em número reduzido, não sendo possível suprir a demanda em dia de parque lotado. Como identificado nas Figuras 6 e 7.



FIGURA 6 - PARQUE ATUBA – LIXEIRA PARA SEPARAÇÃO DO LIXO
FONTE: Moro (2011).



FIGURA 7 - PARQUE BACACHERI – LIXEIRA TIPO SIMPLES
FONTE: Moro (2011).

Conhecida internacionalmente por seu pioneirismo na implantação da coleta seletiva de lixo²¹, acompanhada de uma intensa estratégia de *marketing*, Curitiba vive hoje uma carência de novas campanhas para motivar a população a continuar separando lixo orgânico do reciclável. A última iniciativa efetiva da prefeitura ocorreu em 2006, segundo reportagem do *Jornal Gazeta do Povo*²² (publicado em 03/08/2011).

Dessa forma, notamos a necessidade da retomada por parte do poder público de campanhas que busquem formar uma consciência ambiental, visto que esta preocupação se tornou uma problemática emergente no cotidiano das cidades.

Campanhas como a de separação de lixo podem ser um importante instrumento de mobilização da comunidade para mudança de hábitos e comportamentos, principalmente para as crianças, se partirmos do pressuposto que é nesta fase que adquiri-se boa parte dos hábitos que serão levados por toda vida. No entanto, é necessário que o poder público prepare os espaços públicos de forma que possibilitem a prática da separação do lixo, o que durante esta pesquisa foi identificado de forma deficitária.

²¹ Curitiba foi pioneira em campanhas de separação de lixo, quando em 1989, com o *slogan* “lixo que não é lixo não vai pro lixo” apresentou ao mundo a Família Folhas. Ecologicamente corretos, os personagens ensinaram aos curitibanos o então inovador conceito da reciclagem.

²² Principal jornal de circulação da cidade de Curitiba.

Já para verificar o funcionamento da iluminação dos parques foi realizada uma visita noturna a cada um deles.

Apenas um parque infantil pesquisado não apresentou este mobiliário. Os demais dez parques apresentaram o mesmo funcionando, no entanto, no Parque Passeio Público e Cajuru foram identificadas lâmpadas queimadas. Apesar da presença de iluminação em todos esses parques, consideramos a mesma insuficiente.

Sabemos que a iluminação é essencial nos espaços públicos, pois permite aos sujeitos desfrutar, plenamente, do espaço no período noturno em segurança.

Curitiba é uma cidade que fora do horário de verão costuma escurecer cedo, atrelado a esta fato sabemos que os adultos não dispõem de muito tempo livre durante dia, principalmente em dias de semana, em função da jornada de trabalho, para levarem as crianças para brincar no parque infantil, assim, identifica-se a necessidade do espaço possuir iluminação adequada, pois a presença deste mobiliário possibilita a ampliação do tempo disponível para as crianças frequentarem o parque e os espaços para brincar ao ar livre.

Quanto aos bancos, os mesmos não foram localizados em três parques, no Parque Cajuru, no Parque Tingui “A” e no Parque Lago Azul “A”.

Dos espaços que possuem tal mobiliário, quatro modelos diferentes foram identificados.

Nos Parques Bacacheri e Barigui os bancos estão localizados ao redor dos brinquedos, são de altura mais adequada a um adulto, com encosto e de secagem mais rápida em decorrência da impermeabilidade da tinta usada para colori-lo, como observamos na figura 8.



FIGURA 8 - PARQUE BACACHERI – MODELO DE BANCO 01
FONTE: Moro (2011).

Nos mesmos espaços que apresentam os bancos acima, encontram-se também próximo ao parque bancos com mesas acopladas. Ver Figura 9.



FIGURA 9 - PARQUE BARIGUI – MODELO DE BANCO 02
FONTE: Moro (2011).

Os Parques Tingui “B”, Barrerinha, Lago Azul “B” e Atuba possuem pouca quantidade de bancos, estes são feitos de troncos de árvore, estão posicionados próximos ao chão, sem encosto e sem nenhum tipo de impermeabilizante, o que faz com que em caso de chuva fiquem úmidos por

mais tempo ou em caso de sujeira de animais mais difíceis de limpar, como ilustrado na figura 10.



FIGURA 10 - PARQUE TINGUI – MODELO DE BANCO 03
FONTE: Moro (2011).

Por fim, nos Parques São Lourenço e Passeio Público, os bancos são de cimento e contornam todo o parque infantil, como identificado na Figura 11.



FIGURA 11 - PARQUE SÃO LOURENÇO – MODELO DE BANCO 04
FONTE: Moro (2011).

Percebeu-se que este último modelo de banco apresentado permite grandes possibilidades de uso, contemplando a necessidade de vários usuários ao mesmo tempo, como aqueles se apropriam para sentar e contemplar, para

descansar, os que usam o banco para o comércio, os que se apropriam do banco para olhar e cuidar das crianças e até mesmo as crianças que usam o banco para brincar.

Esse tipo de mobiliário pode ainda ser desenhado em várias formas, servem para delimitar espaços e também podem ajudar na segurança das crianças. Constatam-se essas dinâmicas nas diferentes cenas, nas Figuras 12, 13 e 14.



FIGURA 12 E FIGURA 13 - PARQUE SÃO LOURENÇO – BANCO UTILIZADO PARA SENTAR E PARA O COMÉRCIO RESPECTIVAMENTE
FONTE: Moro (2011).



FIGURA 14 - PARQUE SÃO LOURENÇO – BANCO UTILIZADO PARA BRINCAR
FONTE: Moro (2011).

Como afirma Gehl (2006, p. 169),

[...] é de grande importância notar que os espaços públicos mais habitados são aqueles que oferecem boas condições para os seus utilizadores se sentarem. O mobiliário urbano, neste caso o banco, pode proporcionar inúmeras atividades de atração ao espaço público, como comer, ler, jogar cartas, observar o espaço e as pessoas, entre outras tantas. Estas vivências são determinantes para a qualidade do espaço público.

Por fim, concordamos com Francis (1991), ao afirmar que o projeto e a implantação do mobiliário urbano nos espaços públicos podem trazer oportunidades para melhorar o relacionamento humano. O mobiliário urbano, juntamente com outros fatores associados ao uso do espaço, pode “[...] facilitar a convivência social e o intercâmbio de experiências individuais e coletivas” (MONTENEGRO, 2005, p. 43).

Acreditamos que os tipos de mobiliários pesquisados neste item, influenciam na escolha das pessoas por utilizarem determinados lugares da cidade, assim, se bem planejados poderão contribuir intensificar e melhorar as experiências dos sujeitos nos espaços públicos, principalmente das crianças, pois possibilitam maior diversidade de usos, segurança e um convívio social mais harmonioso.

4.1.3 Outros espaços de lazer

Quanto aos outros espaços de lazer identificados no entorno do parque infantil notou-se com mais frequência:

Canchas de areia com estrutura (travas e postes) para prática esportiva de futebol e vôlei (8)²³, pista de caminhada/cooper (5), churrasqueiras (3), comércio de alimentos como bares e lanchonetes, sorveteiros e pipoqueiros e o comércio de brinquedos infantis, como balões em forma de personagens infantis, bolas, pipas (5).

Outros oito tipos de espaços foram identificados, ainda que com menos frequência, como: barras de alongamento (2), lagos (2), academias ao ar livre

²³ O número entre “()” faz referência à quantidade de vezes que este equipamento foi observado durante a pesquisa de campo. Como exemplo: “churrasqueiras (3)” significa que 3 churrasqueiras foram identificadas no entorno de onze parques infantis pesquisados.

(2), academia fechada (1), mesa de xadrez (1), pista de patinação (1), zoológico (1), quadra de *badminton* (1).

Nota-se, assim, pouca variedade de espaços no entorno do parque infantil e predominância de espaços tradicionais em relação a demais espaços.

Entretanto, como afirma Jacobs (2000), os espaços públicos de lazer devem possuir o máximo de diversidade, pois com mais diversidade, mais pessoas podem se apropriar dele a partir de diferentes escolhas em tempos simultâneos.

Essa afirmação é reforçada por Borges (2008, p. 122), quando diz que “[...] durante cada fase da vida, o ser humano tem necessidades diferentes”, assim, os parques públicos devem contemplar a partir de sua infraestrutura a maior diversidade possível de equipamentos, pois em um parque amplo, com diversidade de equipamentos é possível oferecer aos sujeitos em seu tempo livre destinado ao lazer uma gama de possibilidades de uso.

Bengtsson (1973) alerta que a escassez da variedade de espaços de lazer reflete em todas as fases da vida, pois um local atraente para todas as idades incentiva seu uso como um todo.

Favorecendo essas possibilidades de usos simultâneos, acreditamos que as crianças que normalmente necessitam de um adulto para acompanhá-las terão mais oportunidades de apropriar-se do parque infantil.

Tonucci (2005, p. 46) considera que “[...] se o espaço for apenas um espaço infantil, será pobre e inseguro [...], por isso, muitas vezes se propõe que se instalem campos de bocha, mesas de jogos”, assim, as crianças terão sempre outras pessoas por perto.

4.1.4 Segurança

No item segurança, nos concentramos em observar questões do parque como um todo, seus locais de entrada e saída de pessoas, o horário de funcionamento e formas de delimitação como grades e cercas e a presença de módulos e agentes da Guarda Municipal.

Os Parques Passeio Público, Bacacheri, São Lourenço, Lago Azul e Barreirinha apresentam portões de entrada, horários para abrir e fechar, que em geral vão das 6h às 22h e são cercados por grades.

Os demais parques, Atuba, Cajuru, Barigui e Tingui, não possuem grades ou cercas e portões de entrada e saída, o que permite acesso ao parque de qualquer local, não possuem horário de funcionamento estipulado, ficando disponíveis à população em tempo integral.

Apenas o parque Linear do Cajuru não apresentou posto da guarda municipal. Os parques infantis Atuba “A”, Tingui, Bacacheri e Lago Azul “A” e “B” encontram-se localizados próximos aos postos da Guarda Municipal, porém em nenhum dos momentos da pesquisa de campo observaram-se Guardas Municipais caminhando no entorno do parque.

Na opinião de alguns entrevistados quando indagados sobre o que poderia ser melhorado no parque, alguns deles citaram questões de segurança e policiamento:

[...] mais pessoas e segurança, não vi polícia por aqui (Entrevistado 01).

[...] mais policiamento... quer dizer, não sei bem se mais policiamento, pois aqui é grande, mas às vezes fico preocupado, acho que deveria ter mais (Entrevistado 07).

No entanto, segundo Jacobs (2000), mais importante do que a polícia, para garantir a segurança de determinado espaço, é o trânsito contínuo de usuários, além da existência do que a autora chama de “proprietários naturais da rua”, que nada mais são do que as pessoas que moram perto, observam o movimento de suas casas, usuários que se sentindo pertencentes ao espaço cuidam e zelam do mesmo, ou ainda pessoas que de passagem observam o movimento.

Esses “proprietários de rua”, aqui entendidos como proprietários do espaço público, certamente contribuem para a sensação de segurança que devemos sentir ao frequentar esses espaços.

Ainda para Jacobs (2000, p. 30), “[...] o principal atributo de um distrito urbano próspero é que as pessoas se sintam seguras e protegidas na rua em meio a tantos desconhecidos”.

Nossa intenção ao levantar essa questão não é retirar do poder público a responsabilidade de policiamento dos locais, mas frisar que tão importante quanto o policiamento é ter espaços apropriados para o maior número de

pessoas possíveis, mas para tanto faz-se necessário que os parques tenham infraestrutura adequada quanto aos itens já descritos anteriormente.

Para Marcellino (2006, p. 77), “[...] para que os sujeitos possam usufruir o seu tempo de lazer com qualidade é necessário que ao tempo disponível corresponda um espaço disponível, acessível e de qualidade”.

Por fim, notamos, ao analisar todas essas questões, que os parques infantis pesquisados apresentam condições mínimas de infraestrutura, visto que as áreas verdes estão sendo preservadas mas falhas significativas, no que diz respeito aos mobiliários, como banheiros em pouca quantidade, com barreiras de acessibilidade, falta de conservação e implantação de bebedouros e lixeiras, postes de iluminação com pouca eficiência, bancos em pouca quantidade, pouco confortáveis e convidativos em determinados parques, pouca variedade de espaços de lazer no entorno e a falta de segurança, influenciam diretamente no desenvolvimento integral da criança.

Acreditamos na necessidade de efetivação da tomada de responsabilidade por parte do poder público no que se refere à construção e manutenção dos parques públicos de acordo com as necessidades e anseios dos sujeitos e, no caso específico desta pesquisa, da infância.

4.2 PARQUE INFANTIL: ESPAÇO PARA BRINCAR OU PARA ENFEITAR?

Ao longo desta pesquisa, muitas vezes me perguntei sobre a real importância dada ao um espaço como o Parque Infantil no meio urbano. Seria ele um espaço realmente pensado e idealizado para o brincar, levando em conta seu devido valor e importância, ou apenas um espaço que embeleza o parque como um todo, garante um espaço para as crianças no meio urbano mas não contempla de forma adequada sua importância?

Segundo Rechia (2009, p. 76),

[...] as cidades passaram a ter na sociedade moderna, espaços reduzidos para potencializar experiências lúdicas no âmbito do tempo-espaço do lazer. Tal fato se dá em função das várias

transformações sociais percebidas nas cidades, entre as quais identificamos uma sensível limitação dos espaços destinados as experiências lúdicas dos sujeitos em geral, principalmente das crianças.

Tonucci (2005, p. 51) evidencia esta questão dando como exemplo “[...] a visível falta de oportunidade que as crianças tem de brincar no espaço da rua, em consequência da quantidade exagerada de carros existentes em nossas cidades”.

Diante desse contexto, torna-se relevante investigar quais espaços e brinquedos estão sendo oferecidos às crianças nos parques públicos da cidade de Curitiba, pois, em decorrência dessas significativas mudanças na cidade, o parque infantil e seus brinquedos tornam-se um dos principais lugares disponibilizados e recomendados para o brincar infantil.

Para tanto, analisamos os parques infantis a partir da organização desse espaço, dos modelos de brinquedos presentes nesses espaços e o cumprimento das Normas da ABNT²⁴ na fabricação dos brinquedos. Como base para essas discussões são utilizadas as Normas da ABNT²⁵, bibliografias da área e observações e entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo.

4.2.1 Quanto à organização do espaço do parque infantil

Conforme Rechia (2003), “[...] atualmente não é necessário ser um especialista em arquitetura ou urbanismo para perceber que muitos espaços públicos urbanos no Brasil são dotados de um mesmo modelo”.

²⁴ Fundada em 1940, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é o órgão responsável pela normalização técnica no país, fornecendo a base necessária ao desenvolvimento tecnológico brasileiro. A NBR 14350 consiste no documento que estabelece recursos mínimos de segurança para brinquedos.

²⁵ Segundo o entrevistado da SMMA, as Normas da ABNT é um dos principais fatores levados em consideração para a elaboração dos espaços e implantação dos brinquedos. Essas normas da ABNT foram criadas sob forte tendência das normas europeias quando em meados dos anos 90 o Instituto Brasileiro de defesa do consumidor realizou uma pesquisa na qual observou falta significativa de dispositivos de segurança para o bem-estar infantil em espaços destinados para tal público, em função disso, criou-se uma comissão com integrantes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e a Associação Brasileira de Brinquedos (ABRIQ) para que fossem elaboradas normas para a elaboração e implantação de brinquedos em espaços públicos e privados (DAHROUJ; PASCHOARELLI, 2008).

Concordando com essa afirmação, observamos que os onze²⁶ parques infantis pesquisados possuem um mesmo modelo de organização: instalados em local arborizado, em piso de areia cercado por grama, em formato circular, com a instalação de em média três modelos de brinquedos diferentes, dispostos em espaço reduzido e próximos uns aos outros. Como observado nas Figuras 15 e 16.



FIGURA 15 E FIGURA 16 – MODELOS DE ESPAÇO
PARQUE TINGUI “B” E PARQUE BACACHERI
FONTE: Moro (2011).

Quanto à disposição dos brinquedos no espaço, segundo as Normas da ABNT,

[...] os equipamentos devem ser situados de forma a minimizar a interferência de uma atividade do brinquedo com os usuários e demais brinquedos. Deve-se dispensar atenção também as prováveis correntes de tráfego dentro do parque infantil, a fim de evitar, por exemplo, a necessidade de as crianças passarem próximo a um equipamento ao se deslocarem de um deles a outro (ABNT, 1999).

Quanto a esta questão, notamos que os espaços dos parques são reduzidos, como observado no Parque Bacacheri, que em dias de sol e parque lotado, com grande movimento de crianças, adultos, brinquedos do parque somados às bicicletas, bolas e demais brinquedos, a interferência entre todos esses fatores se torna visível.

²⁶ Como identificado no início desta pesquisa, nove foram os parques públicos encontrados na cidade que apresentam parques infantis, no entanto, dois parques possuem dois parques infantis cada, o que fez com que onze parques infantis fossem analisados nesta categoria.

Outra característica identificada em todos os parques infantis é a predominância do piso de areia, piso que em todos os parques apresentou algum problema quanto à sujeira, mato, buracos, poças d'água ou dejetos de animais.

Identificamos por exemplo que em dias de muito sol ainda predominam poças d'água decorrentes de chuvas do dia anterior, situação identificada nas Figuras 17 e 18:



FIGURA 17 - PARQUE BARIGUI – CRIANÇA COM O PÉ NA POÇA D'ÁGUA
FONTE: Moro (2011).



FIGURA 18 - PARQUE PASSEIO PÚBLICO – POÇA D'ÁGUA NA SAÍDA DO
ESCORREGADOR
FONTE: Moro (2011).

Segundo o entrevistado da SMMA,

[...] estamos procurando novos pisos, emborrachados [...] acho que até uns que são usados lá fora, mas o pessoal nos mandou uma amostra do piso e já chegou soltando, é bom, macio, mas no espaço público ia deteriorar em um mês [...] aí acabamos nas mesmas coisas, que já sabemos que dá certo.

Percebe-se na fala do entrevistado que o mesmo reconhece os benefícios do piso emborrachado, mas afirma dar preferência para aquele que supostamente vem dando certo, no entanto, observa-se falta de clareza por parte do poder público sobre a atual condição da areia nos parques infantis, pois como apontam pesquisas recentes²⁷

[...] a areia como cobertura de parques, que por sua vez são utilizados como recurso de lazer pelas crianças, as quais mantêm um contato direto e intenso representa uma fonte potencial de reservatório de fungos prejudiciais a saúde dos sujeitos (RIBEIRO, 2009, p. 43).

[...] a contaminação de áreas de recreação infantil por parasitas constitui grande problema de saúde pública, uma vez que tais áreas estão sempre abertas e descobertas, à disposição de gatos, cachorros e outros animais veiculadores de doenças (RODRIGUES *et al.*, 2004, p. 02).

Alguns pais durante as entrevistas também ressaltaram as problemáticas com o piso de areia.

[...] acho que deviam limpar a areia com mais frequência, pois tem gente que trás cachorro aqui (Entrevistado 08).

[...] acho que deviam dar um jeito nessa coisa do “cocô” dos animais na areia, não sei como, porque nem sempre o animal tem dono, mas isso incomoda muito (Entrevistado 12).

Acreditamos, ainda, que a opção pelo piso de areia se dá em função de um menor custo, visto que a implantação e manutenção deste tipo de piso é muito mais econômica.

No entanto, mesmo com os problemas identificados com este tipo de piso, foi possível notar durante todas as visitas a grande quantidade de

²⁷ RIBEIRO, T. **Fungos queratinofílicos em areia de parques escolares de Boa Vista, Roraima.** UFRR, Roraima, 2009. RODRIGUES *et al.* **A Importância das Condições de Higiene em Áreas de Recreação Infantil.** Belo Horizonte, 2004.

crianças que se apropriam dela, sentadas com seus baldinhos, pазinhas, carrinhos e demais brinquedos.

Nesse caso, a troca total do piso de areia, por outro tipo de piso, seria possivelmente uma perda para as crianças, visto que é um local de constante apropriação das mesmas e inclusive dos adultos, que para ficarem mais próximos das crianças ou para participarem das brincadeiras também se apropriam desses ambientes.

Partindo desse fato, notou-se, entre os parques infantis pesquisados, um único parque com outra forma de planejamento para a utilização da areia.

No Parque Passeio Público em um dos locais destinados às brincadeiras infantis reformado recentemente encontramos um espaço exclusivamente destinado às brincadeiras com areia, separado do espaço de passagem das pessoas, o que conseqüentemente isola o espaço da sujeira material, como a sujeira de calçados, palitos de sorvete, embalagens de demais alimentos e outros, mesmo que ainda não o isole de problemas como os dejetos de animais e água das chuvas.



FIGURA 19 - PARQUE PASSEIO PÚBLICO – PARQUE DE AREIA SEPARADO
FONTE: Moro (2011).

Essa é uma boa sugestão para essa problemática, a possibilidade dos parques possuírem um espaço exclusivo dedicado às brincadeiras com areia, desvinculado da função de piso, em consequência disso os demais espaços poderiam ser contemplados com materiais mais adequados, que suprissem os

problemas identificados, de sujeira, mato, poças d'água, sem que as crianças perdessem a possibilidade de brincar na areia.

No entanto, mesmo esse espaço exclusivo destinado às brincadeiras com areia sugerido também necessita de cuidados, como ressalta Bengtsson (1973), é importante que em locais que contemplam espaços de areia haja sombra e que sejam cercados por muretas ou bancos que podem servir tanto para proteger do vento, quanto para provocar uma sensação de proteção, inibindo ainda a entrada de animais e permitindo a acomodação de adultos.

Rodrigues *et al.* (2004, p. 6) reforça ainda que

[...] a simples troca de areia das áreas de recreação infantil é insuficiente para controlar a contaminação por fungos e larvas. Uma medida preventiva seria cobrir as caixas de areia com lonas durante o período de sua não utilização, além de manter a área sempre cercada.

Segundo a APIS – Associação para a Promoção da Segurança Infantil, as vantagens que o piso de areia apresenta em termos de segurança e em termos lúdicos devem ser levadas em consideração. Segundo a Associação, trata-se de uma possibilidade de uso, quando higienizado e desinfetado com periodicidade regular (APIS, 2009).

Dessa forma, acreditamos que os parques infantis podem sofrer melhoras significativas se o espaço de areia for mais valorizado e desvinculado da ideia de piso ou local de passagem, tratado como espaço significativo para as brincadeiras infantis, que necessita de cuidados especiais. Em contrapartida, o piso efetivo do parque poderia sofrer alterações quanto ao material utilizado, visando mais higiene, conservação e comodidade para os usuários.

Outro fator importante identificado foi o fato de que dos onze parques infantis pesquisados, apenas os Parques infantis Tingui 2 e Lago Azul 1 apresentaram rampas ou calçadas de acesso. O que evidentemente contraria a constituição dos direitos da pessoa com deficiência, que afirma:

[...] a construção de praças e equipamentos esportivos e de lazer, públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executados de modo que sejam ou se tornem acessíveis à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (Decreto n. 3298/99, art. 52).

O direito à acessibilidade dos espaços da cidade é garantido por lei desde 2004, a legislação brasileira, por meio do Decreto n. 5.296/04, determinou que a partir da publicação do referido decreto²⁸ todo projeto de construção deve atender às normas de acessibilidade, já as edificações existentes tinham prazo para realizarem as adaptações até os anos de 2007 e 2008 (CASSAPIAN, 2010), no entanto, não percebemos tais adaptações nos espaços dos parques infantis pesquisados.

Entendemos que um espaço público deve considerar a diversidade de seus usuários, garantindo a todos a acessibilidade por meio do acesso à informação, deslocamento, uso de equipamentos e comunicação.

4.2.2 Quanto ao modelo dos brinquedos instalados nos parques infantis

Inicialmente, em vista da quantidade de brinquedos encontrados e para melhor entendimento, caracterizamos os mesmos para esta pesquisa em dois modelos: **unifuncionais**, aqueles criados com um fim em específico, separados no espaço, e **multifuncionais**, caracterizados por um conjunto de brinquedos acoplados, organizados de várias formas, possibilitando mais de um fim.

Os materiais utilizados para a fabricação de ambos os tipos variam entre madeira, ferro e alumínio, com cores predominantemente vermelho, azul e amarelo.

Dos onze parques infantis pesquisados, três apresentam apenas brinquedos multifuncionais, três apresentam apenas brinquedos unifuncionais e cinco apresentam tanto um modelo quanto o outro.

A seguir, todos os modelos de brinquedos identificados serão descritos, acompanhados de imagem.

²⁸ Estes prazos foram determinados a contar da data de publicação do Decreto n. 5.296 em 2004 e diferem para edificações de uso público e edificações para uso coletivo.

- Modelo unifuncional 1 – Balança com assento de borracha



FIGURA 20 - MODELO DE BALANÇA COM ASSENTO DE BORRACHA
FONTE: Moro (2011).

- Modelo unifuncional 2 – Balança com assento de madeira



FIGURA 21 - MODELO DE BALANÇA COM ASSENTO DE MADEIRA
FONTE: Moro (2011).

Balanças foram encontradas nos Parques Bacacheri, Barigui, Barreirinha, São Lourenço e Passeio Público.

Todas com estrutura de ferro possuem variação apenas quanto ao tipo de material do assento, que no Parque Passeio Público é de borracha (Figura 20) e nos demais é de madeira (Figura 21).

- Modelo unifuncional 3 – Gangorra de tronco de árvore



FIGURA 22 - MODELO DE GANGORRA – TRONCO DE ÁRVORE
FONTE: Moro (2011).

- Modelo unifuncional 4 – Gangorra de tábuas de madeira



FIGURA 23 - MODELO DE GANGORRA – TÁBUA DE MADEIRA
FONTE: Moro (2011).

Esse brinquedo foi encontrado em todos os parques, exceto no Parque Lago Azul.

Nos Parques Tingui, Bacacheri e Barigui o modelo é de tronco de árvores, sua extensão mantém o formato arredondado, com o local plano para

sentar. Possui ainda um pneu enterrado pela metade que favorece o amortecimento (Figura 22).

Nos Parques Barreirinha, São Lourenço, Passeio Público, Cajuru e Atuba, a gangorra é composta por tábua com extensão para assento de madeira plana e retangular (Figura 23).

- Modelo unifuncional 5 – Escorregador simples



FIGURA 24 - MODELO DE ESCORREGADOR SIMPLES
FONTE: Moro (2011).

Esse modelo de brinquedo foi encontrado nos Parques Tingui “B”, Barreirinha, Cajuru e Atuba. Todos na cor azul, em ferro e alumínio.

- Modelo unifuncional 6 – Escorregador com corrimão



FIGURA 25 - MODELO DE ESCORREGADOR COM CORRIMÃO NA ESCADA
FONTE: Moro (2011).

No Parque Barrerrinha, o escorregador possui de diferente o corrimão na escada de acesso e alças de proteção no topo (Figura 25).

- Modelo unifuncional 7 – Gira-gira



FIGURA 26 - MODELO DE GIRA-GIRA
FONTE: Moro (2011).

Esse brinquedo foi encontrado apenas no Parque Passeio Público, de ferro, possui quatro assentos com encosto nas cores amarela e vermelha.

- Modelo unifuncional 8 – Trepa-Trepa



FIGURA 27 - MODELO DE TREPA-TREPA
FONTE: Moro (2011).

Esse tipo de brinquedo foi identificado nos Parques Tingui “B”, Barreirinha, São Lourenço, Cajuru e Parque Atuba. Todos com a mesma estrutura, na cor vermelha e de ferro.

- Modelo unifuncional 9 – Labirinto



FIGURA 28 - MODELO DE LABIRINTO
FONTE: Moro (2011).

Estrutura de labirinto, construído de cimento com peças vazadas nas cores branca, vermelha e verde.

- Modelo unifuncional 10 – Túnel



FIGURA 29 - MODELO DE TÚNEL
FONTE: Moro (2011).

Um túnel de ferro, vazado, fazendo alusão a uma serpente, nas cores verde e vermelho, com plataforma interna de madeira.

- Modelo multifuncional 11



FIGURA 30 - MODELO DE MULTIFUNCIONAL
FONTE: Moro (2011).

Brinquedo encontrado no Parque Tingui “A”, de cor predominantemente vermelha, composto por duas escadas, uma de ferro e uma de madeira que dão acesso a uma plataforma também de madeira e um escorregador de alumínio.

- Modelo multifuncional 12



FIGURA 31 - MODELO DE BRINQUEDO MULTIFUNCIONAL
FONTE: Moro (2011).

Esse brinquedo colorido de grande estrutura foi encontrado no Parque Passeio Público, possui um balão que fica no centro do complexo de brinquedos do qual saem:

- Quatro escorregadores de alumínio nas cores vermelho e azul, e um modelo de escorregador de fibra em espiral na cor verde com vermelho.



FIGURA 32 E FIGURA 33 - MODELO DE ESCORREGADOR EM ALUMÍNIO E FIBRA RESPECTIVAMENTE
FONTE: Moro (2011).

- Quatro modelos de trepa-trepa.



FIGURAS 34 e 35-MODELOS DE TREPA-TREPA
FONTE: Moro (2011).



FIGURAS 36 E 37 - MODELO DE TREPA-TREPA
FONTE: Moro (2011).

- Parede de escalada.



FIGURA 38 - MODELO DE PAREDE DE ESCALADA
FONTE: Moro (2011).

- Caixa de areia.



FIGURA 39 - MODELO DE CAIXA DE AREIA
FONTE: Moro (2011).

- Vãos entre paredes de cimento para passar.



FIGURA 40 - MODELO DE PAREDE VAZADA
FONTE: Moro (2011).

- Plataformas para caminhar e correr.



FIGURA 41 - MODELO DE PLATAFORMAS
FONTE: Moro (2011).

- Modelo multifuncional 13



FIGURA 421 - MODELO DE BRINQUEDO MULTIFUNCIONAL
FONTE: Moro (2011).

Brinquedo encontrado no Parque São Lourenço, composto por uma estrutura de ferro, de arcos redondos e coloridos, com escorregador em alumínio, “poste de bombeiro” e escada.

- Modelo multifuncional 14



FIGURA 43 E 44 - MODELO DE MULTIFUNCIONAL \\
VISTA DE FRENTE E TRAS
FONTE: Moro (2011).

Brinquedo presente nos Parques Bacacheri e Barigui, constituído de escorregador de alumínio na cor azul, uma escada de acesso de troncos de árvore e paredes laterais de grades coloridas.

- Modelo multifuncional 15



FIGURA 45 - MODELO DE MULTIFUNCIONAL – VISTA LATERAL
FONTE: Moro (2011).



FIGURA 46 - MODELO DE MULTIFUNCIONAL - VISTA DE TRÁS
FONTE: Moro (2011).

Brinquedo fabricado de madeira, troncos de árvore e ferro, constituído de uma plataforma com duas laterais vazadas, uma lateral de grade fixa, uma lateral de grade de ferro e uma rampa de escalada em madeira.

- Modelo multifuncional 16



FIGURA 47 - MODELO DE MULTIFUNCIONAL
FONTE: Moro (2011).

O segundo parque é fabricado de troncos de madeira e ferro de cor predominantemente azul. De uma plataforma coberta saem:

- Três escorregadores de alumínio fabricados com ferro e alumínio.



FIGURA 48 - BRINQUEDO MULTIFUNCIONAL - MODELO DE ESCORREGADOR
FONTE: Moro (2011).

- Um trepa-trepa.



FIGURA 49 - BRINQUEDO MULTIFUNCIONAL - MODELO DE TREPA-TREPA
FONTE: Moro (2011).

- Blocos de tronco de árvores.



FIGURA 50 - BRINQUEDO MULTIFUNCIONAL - BLOCOS DE TRONCO DE ÁRVORES
FONTE: Moro (2011).

- Rampas, escadas, barras para pendurar e escorregar.



FIGURA 51 - BRINQUEDO MULTIFUNCIONAL –
MODELO RAMPA, ESCADA E BARRAS DE PENDURAS
FONTE: Moro (2011).

- Multifuncional 17

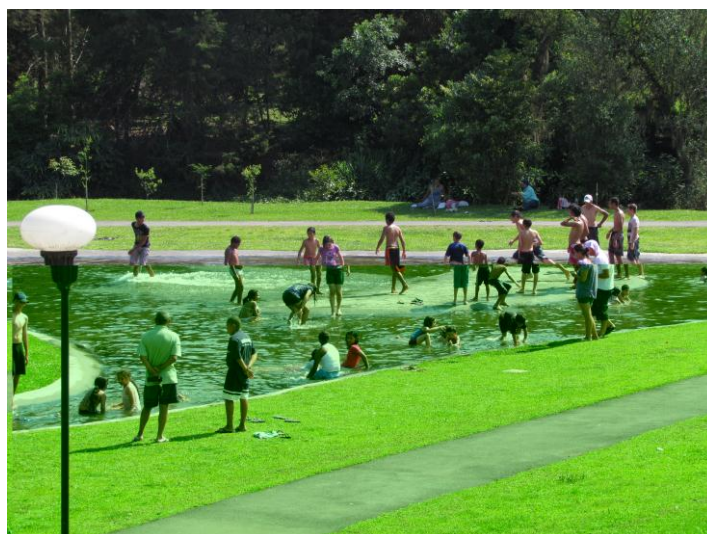


FIGURA 52 - MULTIFUNCIONAL
FONTE: Moro (2011).

Um grande lago denominado “Parque D’água”, encontrado no Parque Lago Azul, destinado a brincadeiras com água para crianças acompanhadas de adultos. O lago não é fundo e é cercado por grama.

Ao analisarmos ambos os modelos – unifuncionais e multifuncionais, baseados nas literaturas existentes e na pesquisa de campo, notamos que os brinquedos caracterizados como multifuncionais apresentaram-se de maneira estimulante, são coloridos, com diferentes formas, possibilitam mais a diversidade de brincadeiras, formas de exploração do corpo, além de possibilitarem um convívio mais coletivo das crianças, que ao mesmo tempo em que exploram os brinquedos têm a chance de se sociabilizarem entre si, criando certas normas de convívio, como a necessidade de esperar a vez, de dividir o espaço e de ajudar um colega, fundamentais para o desenvolvimento futuro.

Conforme registros em Diário de campo.

[...] o brinquedo grande e colorido parece um formigueiro de crianças, há crianças de todos os tamanhos, elas sobem e descem por todos os lados e lugares possíveis. Nesse momento há em média doze delas brincando ao mesmo tempo (Diário de campo 04 – 15/10/2011).



FIGURA 53 - PARQUE SÃO LOURENÇO – BRINQUEDO MULTIFUNCIONAL
QUANTIDADE DE CRIANÇAS BRINCANDO AO MESMO TEMPO
FONTE: Moro (2011).

Esse fato reforça a afirmação de Laufer (2001, p. 24), de que “[...] os espaços de lazer precisam ser capazes de atrair as crianças por seus aspectos de segurança, forma, cor e ludicidade”.

Um modelo interessante de brinquedo multifuncional encontrado foi o Parque d’água, único brinquedo desse tipo observado, que explora as

condições naturais do local e estreita a possibilidade das crianças de brincar em ambiente diferenciado em contato direto com a natureza (ver Figura 54).

Um dos entrevistados comenta que:

[...] meu filho adora vir aqui porque raramente vê tanta água, a única coisa que faltava é um escorregador (Entrevistado 17).



FIGURA 54 - PARQUE LAGO AZUL
BRINQUEDO MULTIFUNCIONAL
FONTE: Moro (2011).

Para Bengtsson (1973), a água é considerada um forte elemento lúdico, que sempre atrai as crianças para brincar. Seja a água que fica na rua depois da chuva, dos lagos ou dos rios. Em um parque infantil, mesmo não havendo fluxos naturais de água, é possível criar diversos espaços aquáticos, sejam espelhos d'água, lagos artificiais, fontes e chafarizes.

Segundo as Normas da ABNT, deve-se ter o cuidado durante as fases do projeto e da construção dos parques infantis de se preservar recursos naturais ou mesmo tirar a maior vantagem possível dessas categorias.

Curitiba não é uma cidade com clima propício para atividades aquáticas ao ar livre, porém, iniciativas como a implantação desse brinquedo demonstram que outros brinquedos são possíveis.

Podem ser locais de mergulho ou só para molhar os pés, mas equipamentos como este possibilitam que as crianças desenvolvam mais habilidades, percam o medo d'água e principalmente vivenciam algo novo.

Mas ressaltamos que para que esse tipo de brinquedo desenvolva efetivamente sua função e contribua para o desenvolvimento das crianças, também necessita atender normas de segurança e de higiene rígidas.

Já os brinquedos unifuncionais identificados nos parques pesquisados apresentaram-se em sua maioria de forma menos estimulante, são pouco coloridos, apresentam grande desgaste do tempo na pintura e problemas de infraestrutura, como falta de peças e condições de uso, como registrado nas Figuras 55, 56 e 57.



FIGURA 55 E FIGURA 56 - BRINQUEDO FALTANDO
FONTE: Moro (2011).



FIGURA 57 - BRINQUEDOS EM MÁS CONDIÇÕES
FONTE: Moro (2011).

Um ponto específico observado quanto aos brinquedos unifuncionais foi a respeito das balanças. Brinquedo muito apropriado por parte das crianças, um dos pais sugere que:

[...] as balanças deveriam ter encosto, pois minha filha é pequena e não consegue brincar (Entrevistado 03).

Em Diário de campo também há inclusive o registro do momento em que uma criança se desequilibra no brinquedo e é socorrida pelo responsável.

[...] neste momento umas das crianças menores quase cai para trás no balanço por conta da falta de encosto, mas foi auxiliada pelo responsável que a acompanhava de perto (Diário de campo 09 – 03/12/2011).

Segundo o entrevistado da SMMA,

[...] a balança está sendo extinta, pois é um brinquedo perigoso, até aconteceu um caso de uma criança morreu a anos atrás, porque correu na frente da balança e bateu a cabeça, o pai processou a prefeitura, então não se coloca mais balança, mas as balanças que ainda existem são disputadíssimas.

Ao mesmo tempo em que há repetidos registros sobre a apropriação das balanças.

[...] poucas crianças brincam nos brinquedos do parquinho, exceto nas seis balanças que não ficam vazias (Diário de campo 03 – 08/10/2011).

[...] mais dois meninos chegam para brincar, passam por todos os brinquedos e acabam nas balanças (Diário de campo 09 – 03/12/2011).

[...] com a chuva do dia anterior, embaixo das balanças há poças d'água, mesmo assim, as mesmas não param, é o brinquedo mais disputado (Diário de campo 09 – 03/12/2011).

Percebemos, assim, um conflito de interesses, pois ao mesmo tempo em que a prefeitura reconhece a procura pelas balanças, retira dos espaços.

O receio dos órgãos públicos em serem vinculados a processos ocasionados por problemas nos brinquedos não pode ser motivo para retirar das crianças oportunidades de brincar em um equipamento como a balança.

Entendemos também a preocupação com a segurança das crianças, no entanto, durante a pesquisa notamos que em determinados parques a retirada das balanças não significou a implantação de um novo brinquedo. Assim, ao mesmo tempo em que a criança fica protegida do perigo aparente da balança, também fica desprovida da oportunidade de apropriar-se dela ou outro de um brinquedo substituto.

Acreditamos que a balança é um dos brinquedos mais disputados justamente pelo ar de liberdade e aventura que desperta, assim, caso comprovado o perigo em mantê-las, as mesmas deveriam ser substituídas por outro brinquedo tão estimulante quanto ou por uma balança mais segura, seguindo padrões mais rigorosos de segurança, ao invés de simplesmente optar-se pela extinção das mesmas, como citou o entrevistado.

Outros entrevistados sugerem quanto aos brinquedos unifuncionais que:

[...] poderia haver outros brinquedos para as crianças, estes são muito batidos (Entrevistado 02).

[...] eu era a favor de brinquedos mais interessantes (Entrevistado 23).

O responsável da SMMA explica que,

[...] alguns modelos de brinquedos são os mesmos há trezentos anos e não mudam na intenção de preservar a história do local [...] os modelos novos são idealizados pela nossa equipe baseados nas normas da ABNT e no que achamos que seja interessante para uma criança.

Identificamos na fala do entrevistado que não existem bases científicas que norteiem o trabalho desses profissionais, além daquelas de cunho técnico estabelecidas pelas Normas da ABNT.

É necessário que haja uma equipe com profissionais de várias áreas, dialogando constantemente para planejar os espaços e brinquedos dos parques infantis, assim como necessita contar com a participação de pais, crianças e demais interessados no assunto, para que baseados nas produções científicas e no desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre tal temática, busquem o planejamento e a implantação de espaços e brinquedos significativos, que as crianças possam re-significar, transformar, propor, recriar,

explorar e modificar. É um trabalho que requer escuta e diálogo, teorias, estudos e observação das necessidades e dos interesses.

De acordo com Rechia (2007, p. 12),

[...] as experiências vivenciadas na fase da infância em espaços públicos se configuram como um pulsar da vida infantil no meio urbano, os quais devem ser ambientes privilegiados para potencializar o desenvolvimento das crianças, sendo assim, não se pode negligenciar a importância do planejamento para estes espaços e brinquedos, visto que vão muito além de construções arquitetônicas, são espaços de momentos significativos de influência direta no desenvolvimento infantil

Quanto a manutenção dos brinquedos, sejam eles em modelo unifuncional ou multifuncional, o responsável da SMMA explica que:

[...] os parques mais centrais da cidade possuem um fiscal designado para cuidar de todo o parque, então, quando algo quebra ou é trocado na hora pelo fiscal ou as pessoas já ligam para reclamar [...] e nesses do diadema²⁹ por exemplo, que não tem uma pessoa específica para cuidar, o parque infantil foi sumindo, sendo depredado, sendo roubado e como ninguém reclama, entende-se que as crianças não usam, ninguém se interessou em procurar melhor, comunicar que o parquinho estava sumindo [...] nos parques que não possuem este fiscal tem uma pessoa da regional que faz uma vistoria anual para manutenção, troca de areia, limpeza e alguma coisa de pintura geral, mas acredito que seja mais fácil quando as pessoas reclamam, caso contrário é sinal que ninguém sentiu falta.

Percebe-se na fala do entrevistado duas situações distintas, a primeira demonstra a diferença de tratamento dada aos parques da cidade que variam de acordo com a região onde estão instalados: para os parques mais centrais um sistema de manutenção constante, para os mais afastados um sistema de manutenção anual.

Para Frey (1996, p. 112),

[...] a atenção do governo de Curitiba, desde a gestão de Jaime Lerner³⁰ na década de 70, se voltou consideravelmente para uma

²⁹ O Parque Diadema trata-se de um parque público da cidade de Curitiba localizado na periferia, no bairro Cidade Industrial, de população de classe média baixa. O parque infantil deste parque não existe mais.

³⁰ Jaime Lerner exerceu o cargo de Prefeito de Curitiba por três vezes, mas sua participação influenciando o desenvolvimento da cidade se dá desde a década de sessenta, quando em 1965 foi um dos responsáveis pela criação e estruturação do Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba (Ippuc) e participou do desenvolvimento do Plano Diretor de Curitiba, que resultou no processo de transformação física, econômica e cultural da cidade.

política de desenvolvimento urbano, tendo como referência geral o centro da cidade, correspondendo à idéia de que o desenvolvimento do centro beneficiaria toda cidade.

Notamos na fala do entrevistado que essa premissa permanece ainda nos dias de hoje, no entanto, segundo Maranhão (2011), de certa forma, a diferença de tratamento dada pelo poder público aos espaços de lazer nos bairros de Curitiba pode estar refletindo no sentimento de não pertencimento e abandono desses locais por partes dos sujeitos moradores dessas áreas. Fato que tem ligação direta com a segunda situação apontada pelo entrevistado, da necessidade do contato entre os sujeitos e o poder público com o objetivo de reivindicar os serviços de manutenção e melhoras dos parques.

Rechia (2009, p. 81) afirma que “[...] muitas vezes a negligência com determinados parques da cidade é agravada pela falta de ação política dos sujeitos”. Pesquisas³¹ apontam que não há reivindicações acentuadas de usuários por equipamentos de esporte e lazer, e assim os mesmos não são entendidos como uma das prioridades da gestão pública.

França (2007), na conclusão de sua pesquisa, evidencia a importância de uma população organizada para uma dinâmica diferenciada nesses espaços, visto que o autor identificou, por exemplo, que moradores organizados em associações podem vir a se caracterizar como um importante elo para minimizar as habituais distâncias entre o poder público e a população, no que tange aos seus anseios ou vivências a partir de um senso de responsabilidade coletiva.

Visualizamos então um problema de mão dupla, uma gestão pública que dá preferência a determinadas regiões da cidade em detrimento de outras e sujeitos que muitas vezes desestimulados por essa divisão ou pela falta de conhecimento e educação não reivindicam seus direitos.

Para Pelegrin (1996, p. 35),

[...] cabe as prefeituras, secretarias e aos órgãos públicos da administração em geral, a busca de soluções para realizar transformações e adaptações necessárias no espaço de lazer, de forma que a população seja envolvida no processo, que seja levada em conta a apropriação que os cidadãos estabelecem com o espaço urbano como um todo e, mais especificamente, com o espaço de

³¹ Pesquisa divulgada no jornal “Gazeta do Povo”, dia 14 de setembro de 1998, sessão “Vida pública”.

lazer. E para que isso se viabilize, é necessário trabalhar com estratégias de ação que privilegiem a participação da população.

Dessa forma percebe-se a necessidade de campanhas de educação e orientação da população para que exerça sua cidadania, reivindicando seus direitos, como a construção de novos espaços de lazer e conservação e manutenção dos já existentes (RECHIA, 2009).

A gestão pública tem o dever de fomentar a participação popular e oferecer as mesmas condições de estrutura a todos os parques da cidade, independente dos locais onde estão localizados.

Analizando ainda ambos os modelos de brinquedos, notou-se que nenhum deles apresenta brinquedos adaptados, o que contradiz a lei n.º 11.982/09 de abrangência nacional, que garante que os brinquedos e equipamentos dos parques públicos ou privados deverão ser adaptados para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, em ao menos cinco por cento de cada brinquedo. Assim como devem possuir identificação de brinquedos adaptados.

Segundo Laufer (2001, p. 01), na introdução de seu trabalho,

[...] para a criança deficiente, a importância das brincadeiras ao ar livre é ainda maior, pois além de ser um modo de lazer, é também uma forma de reabilitação. Contudo, para que a criança deficiente usufrua do lazer com segurança, deve-se adequar os locais e equipamentos para transformá-los em ferramentas úteis, em vez de obstáculos aos seus usuários, eliminando a discriminação as pessoas incapazes, ocasionadas por barreiras físicas e/ou sociais.

Partindo da afirmação de Laufer (2001), fica evidente a necessidade em se repensar os brinquedos instalados nos parques infantis, na tentativa de contemplar todas as crianças, principalmente porque o espaço urbano é um ambiente, como afirma Rechia (2003, p. 10), “[...] de encontro com o estranho, um encontro aceito e tolerado”, e na medida em que crianças puderem conviver umas com as outras, identificando e superando suas diferenças e dificuldades, potencializando as relações, estabelecendo laços de afeto, de solidariedade, todas serão beneficiadas e, com certeza, aos poucos estarão mais preparadas para minimizar as diferenças e conviver de forma harmoniosa em sociedade.

4.2.3 Quanto ao cumprimento das Normas da ABNT na construção dos brinquedos

Para este item selecionamos para análise apenas as Normas da ABNT que consideramos relevantes ao desenvolvimento deste trabalho, deixando de lado ângulos e alturas.

As normas a seguir são descritas primeiramente de forma geral, aplicadas a todos os brinquedos (unifuncionais e multifuncionais), em seguida são analisados separadamente os brinquedos para os quais a ABNT tem normas específicas: balança, gangorra, trepa-trepa, escorregador, escorregador e gira-gira.

Buscando qualificar ainda mais este item, trazemos alguns exemplos de brinquedos presentes em parques da cidade de Barcelona/Espanha, visto que está é considerada uma cidade exemplo de planejamento urbano. A coleta dessas imagens foi realizada no ano de 2009 e fazem parte do banco de imagens de parques do grupo GEPLEC da UFPR, e da que serão aqui utilizadas, para dar uma ideia de novas possibilidades de modelos para os brinquedos tradicionais.

Normas Gerais

Esta parte da NBR 14350 estabelece requisitos mínimos de segurança que visam evitar perigos apresentados por equipamentos para brincar, projetados para instalação permanente ao ar livre.

- As estruturas devem possuir cantos arredondados, sem cantos afiados ou agudos que representem perigo às crianças.

Notou-se que todos os modelos de brinquedos encontrados atendem esta norma.

- O brinquedo não deve exibir trincas, deformações ou danos permanentes.
- As superfícies e cantos de madeira devem ter acabamento liso, livre de lascas, rebarbas ou farpas.

Quanto a estas duas normas, percebemos que alguns brinquedos de madeira, tanto no modelo unifuncional como multifuncional não as cumprem

(conforme Figuras 58 e 59), assim como localizamos no Parque Cajuru brinquedos unifuncionais enferrujados, contrariando as normas acima (conforme Figura 60).



FIGURA 58 E FIGURA 59 - BRINQUEDOS DE MADEIRA EM MÁS CONDIÇÕES
FONTE: Moro (2011).



FIGURA 60 - BRINQUEDOS DE FERRO EM MÁS CONDIÇÕES
FONTE: Moro (2011).

Balanços

Nenhum brinquedo multifuncional apresentou balanços acopladas. Para os modelos unifuncionais encontrados nos Parques Barigui, Bacacheri, Barreirinha, São Lourenço e Passeio Público as normas indicam que:

- Os balanços devem ser construídos com no máximo dois assentos, lado a lado, por conjunto (ABNT, 1999).

Apenas os balanços do Parque São Lourenço não atendem esta norma, visto que neste Parque o conjunto foi idealizado para três balanços, ainda que no dia um balanço estivesse faltando.

- Para desencorajar crianças a correrem para dentro da área de trajeto dos balanços em movimentos, devem ser erguidas barreiras de segurança em torno do grupo de balanços (ABNT, 1999).

Apenas os Parques Bacacheri, Barigui e Passeio Público atendem a esta exigência (conforme Figuras 61 e 62), nos demais dois parques que contêm este brinquedo nenhuma forma de barreira de segurança foi identificada.



FIGURA 61 E FIGURA 62 - MODELOS DE BALANÇAS COM PROTEÇÃO LATERAL
FONTE: Moro (2011).

- É preciso que o balanço apresente assentos para crianças maiores e também para as de primeira idade (até três anos), estes devem ser em forma de “calça”, para proteção da coluna dorsal (ABNT, 1999).

Nenhum dos parques apresentou balanços com encosto (conforme Figuras 63 e 64).



FIGURA 63 E FIGURA 64 - BALANÇAS SEM ENCOSTO
FONTE: Moro (2011).

Buscando outros modelos desse tipo de brinquedos nos parques de Barcelona, encontramos um modelo interessante, maior, que possibilita o uso de mais de uma criança por vez, assim como um segundo modelo com assento em forma de calça, como indicado nas normas.



FIGURA 65 E FIGURA 66 - MODELO DE BALANÇA EUROPEU
BARCELONA, ESPANHA
FONTE: Rechia (2009).

Gangorra

Este brinquedo foi encontrado apenas no modelo unifuncional, porém instalado em oito dos onze parques infantis pesquisados.

A norma de segurança para este brinquedo indica:

- Deve ter uma alça para a criança segurar com firmeza (ABNT, 1999).

De todos os brinquedos desse tipo identificados, nenhum apresentou a alça indicada, no lugar, há uma estrutura de ferro, em formato de “t” para segurar, como ilustrado na Figura 67.



FIGURA 67 - MODELO DE ALÇA PARA SEGURAR
ENCONTRADA NOS PARQUES INFANTIS PESQUISADOS
FONTE: Moro (2011).

Ainda segundo as normas,

- Os “melhores modelos de gangorra devem ter uma cadeira para aumentar a segurança e o conforto” (ABNT, 1999).

Nenhum brinquedo com essa característica foi encontrado.

Encontramos dois desses brinquedos em outros modelos em parques de Barcelona, o primeiro com dois assentos de cada lado, que permite o uso mais confortável de um adulto no caso de auxílio a uma criança, ou da possibilidade de mais de duas crianças brincarem (Figura 68), e o segundo modelo, em um desenho mais moderno, com alças dos dois lados para segurar (Figura 69).



FIGURA 68 - MODELO DE GANGORRA EUROPEU
BARCELONA, ESPANHA
FONTE: Rechia (2009).



FIGURA 69 - MODELO DE GANGORRA EUROPEU
BARCELONA, ESPANHA
FONTE: Rechia (2009).

Encontramos também uma terceira opção, uma variação de gangorra, que preservando o intuito do brinquedo de “balancear, subir e descer”, contempla o uso de uma ou até quatro crianças ao mesmo tempo. A base do brinquedo de mola permite ainda que a qualquer movimento da criança o brinquedo balance (Figura 70)

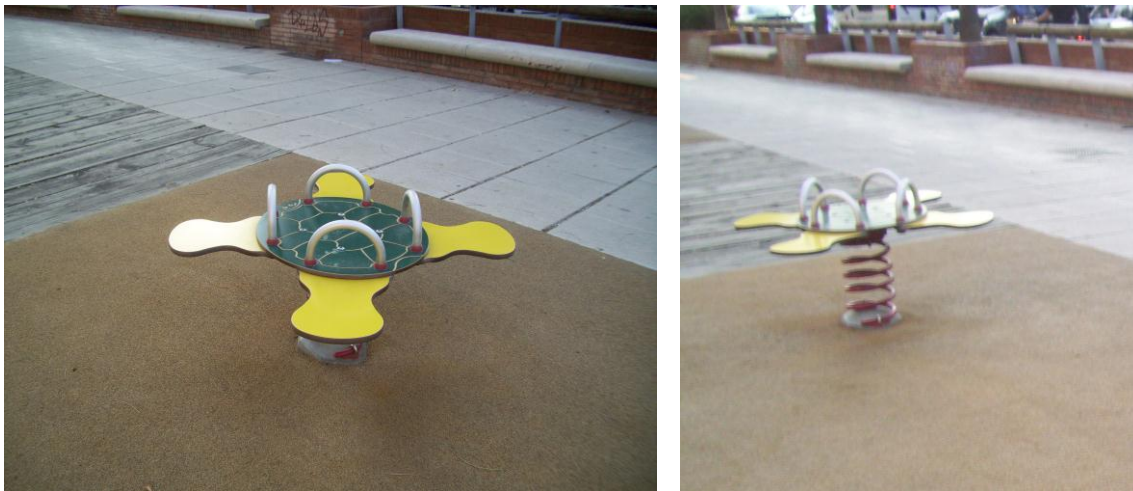


FIGURA 70 - VARIAÇÃO NO MODELO DE GANGORRA EUROPEU
BARCELONA, ESPANHA
FONTE: Rechia (2009).

Trepa-trepa

Este brinquedo foi encontrado em dez dos onze parques pesquisados, seja no modelo unifuncional (Figura 71) ou em variações acopladas a brinquedos multifuncionais, todos com estrutura básica de ferro.



FIGURA 71 – MODELO DE TREPA-TREPA – UNIFUNCIONAL
FONTE: Moro (2011).



FIGURA 72 - TREPA-TREPA – VARIAÇÃO EM BRINQUEDO MULTIFUNCIONAL
FONTE: Moro (2011).

Segundo as normas,

- Para minimizar o perigo de quedas, a altura total destes equipamentos não deve exceder 2,5 metros, devem ser abertos e de cantos arredondados (ABNT, 1999).

Todos os brinquedos encontrados cumprem essa norma.

Em busca de variações desse brinquedo, encontramos vários em Barcelona (Figuras 73 e 74), em sua maioria, com grandes estruturas, feitas de material sólido e cordas.



FIGURA 73 E FIGURA 74 - MODELO DE TREPA-TREPA EUROPEU
BARCELONA, ESPANHA
FONTE: Rechia (2009).

Escorregadores

Este modelo de brinquedo foi encontrado em dez dos onze parques infantis pesquisados, tanto nos modelos unifuncionais como acoplados a modelos multifuncionais.

Para esses brinquedos as normas indicam que:

- O acesso deve ser guarnecido de corrimão³² ou grades protetoras, exceto quando o mesmo se dá por estruturas de escalar (ABNT, 1999).

Dos modelos unifuncionais encontrados, apenas o brinquedo do Parque Barreirinha cumpre essa norma (conforme figura 75).



FIGURA 75 - ESCORREGADOR UNIFUNCIONAL – DENTRO DA NORMA QUE ESTABELECE A NECESSIDADE DE CORRIMÃO
FONTE: Moro (2011).

Já quando acoplados em brinquedos multifuncionais observou-se o cumprimento dessa norma, como exemplo na Figura 76.

³² Barra de superfície lisa e arredondada que acompanha as laterais das escadas e rampas. Tem como finalidade auxiliar aqueles que caminham pela escada ou rampa. É um apoio para o corpo, que traz mais equilíbrio e segurança ao subir e descer os desníveis. Fonte: Normas da ABNT, 9077/1993.



FIGURA 76 - ESCORREGADOR COM CORRIMÃO DE ACESSO
FONTE: Moro (2011).

- No topo do escorregador deve ser instalada uma grade de proteção alta o suficiente para a criança segurar (ABNT, 1999).

Todos os brinquedos encontrados apresentaram grade de proteção lateral no topo, porém em dois diferentes tipos, um considerado pela pesquisadora mais adequada, conforme Figura 77, e outro menos, conforme Figura 78.



FIGURA 77 E FIGURA 78 - ESCORREGADOR COM GRADE DE PROTEÇÃO NO TOPO
FONTE: Moro (2011).

A rampa de descida precisa ser feita de uma chapa única e, no final, ligeiramente inclinada para o alto. Isso evitará o impacto violento contra o solo (ABNT, 1999).

Todos os brinquedos desse tipo encontrados atendem essa norma.

As plataformas ou superfícies devem ser projetadas de tal maneira que a criança não possa cair livremente de um escorregador no chão (ABNT, 1999).

Apenas no Parque Passeio Público observamos brinquedos que atendem a essa norma (Figuras 79 e 80).



FIGURA 79 E FIGURA 80 - ESCORREGADOS COM PROTEÇÃO LATERAL
FONTE: Moro (2011).

Todos os demais brinquedos possuem laterais, porém considerado pela autora de tamanho insuficiente para a proteção de uma criança (conforme Figuras 81 e 82).



FIGURA 81 E 82 - ESCORREGADOR MULTIFUNCIONAL
COM PEQUENA LATERAL DE PROTEÇÃO
FONTE: Moro (2011).

Modelos europeus interessantes foram encontrados desse brinquedo, como, por exemplo, todos fabricados também de alumínio, como os encontrados nos parques de Curitiba, porém com diferentes tamanhos, larguras e formatos, como ilustrado nas Figuras 83, 84 e 85.



FIGURA 83 E FIGURA 84 - MODELO DE ESCORREGADOR EUROPEU
BARCELONA, ESPANHA
FONTE: Rechia (2009).



FIGURA 85 - MODELO DE ESCORREGADOR EUROPEU
BARCELONA, ESPANHA
FONTE: Rechia (2009).

Gira-gira

Este brinquedo foi encontrado apenas no Parque Passeio Público, seguindo as normas o mesmo:

- Deve possuir encaixe perfeito da parte giratória com o eixo do brinquedo, com um dispositivo que limite a velocidade (ABNT, 1999).
- Deve existir uma barreira física para evitar acesso indevido de outras crianças e possuir alças para a criança se segurar em todo local de acesso (ABNT, 1999).

Mesmo sendo esse um dos parques recentemente reformados, notamos que o brinquedo deixa de atender as normas selecionadas para esta pesquisa, visto que não possui dispositivo de limite de velocidade e nem barreira física ao redor para inibir a aproximação de outras crianças.



FIGURA 86 – BRINQUEDO GIRA-GIRA FORA DAS NORMAS
FONTE: Moro (2011).

Não foram encontrados no banco de dados do GEPLC modelos europeus desse brinquedo, no entanto, outros modelos interessantes foram identificados nos parques de Barcelona, Espanha, que serão aqui ilustrados como anteriormente citado para dar uma ideia de novas possibilidades de modelo para os brinquedos.

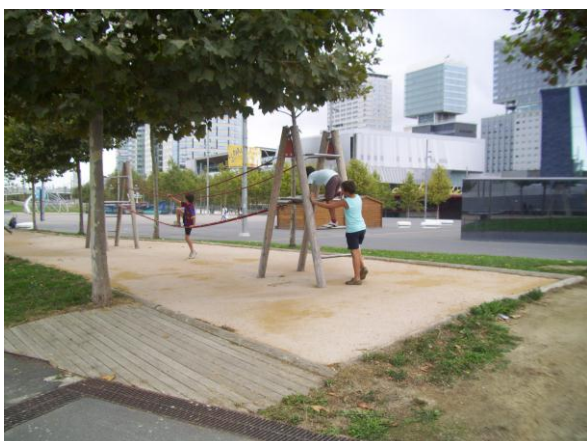


FIGURA 87 E 88 - MODELOS DE BRINQUEDOS EUROPEUS “DE PENDURAR”
BARCELONA, ESPANHA
FONTE: Rechia (2009).



FIGURA 89 - MODELO DE BRINQUEDO EUROPEU
AMARELINHA PINTADA NO CHÃO – BARCELONA, ESPANHA
FONTE: Rechia (2009).



FIGURA 90 - MODELO DE BRINQUEDO EUROPEU
BRINQUEDOS DE ESCALAR - BARCELONA, ESPANHA
FONTE: Rechia (2009).



FIGURA 91 - MODELO DE BRINQUEDO EUROPEU
PAINEL EM BRAILLE - BARCELONA, ESPANHA
FONTE: Rechia (2009).



FIGURA 92 - MODELO DE BRINQUEDO EUROPEU
BRINQUEDO DE SONS – BARCELONA, ESPANHA
FONTE: Rechia (2009).



FIGURA 93 - MODELO DE BRINQUEDO EUROPEU
PENDURAR E ESCORREGAR – BARCELONA, ESPANHA
FONTE: Rechia (2009).

Por fim, ao levantar dados sobre o cumprimento das Normas da ABNT nos brinquedos dos parques infantis dos parques públicos de Curitiba, concluímos que algumas normas básicas de segurança ainda não são cumpridas, principalmente no que diz respeito aos modelos de brinquedos unifuncionais.

Segundo o entrevistado da SMMA, existe uma sensível preocupação por parte dos responsáveis pela elaboração dos brinquedos em atender às normas, porém notamos que isso acontece com mais frequência nos

brinquedos multifuncionais, mais novos, o que certamente tem relação com o fato dos brinquedos unifuncionais terem sido implantados antes da normatização.

Conforme indica o responsável pela SMMA,

[...] como tem toda essa responsabilidade técnica e segurança, nós procuramos aplicar as normas, mas nos novos, nos que a gente já tem, temos feito adaptações para melhorar.

Em suma, ao reunirmos informações sobre os três itens tratados neste tópico, quanto à organização do parque infantil, ao modelo de brinquedos instalados e ao cumprimento das Normas da ABNT na elaboração dos mesmos, notamos que em todos os casos o parque encontra-se instalado em espaço pequeno, delimitado por grama, com predominância do piso de areia, material que exerce grande atração nas crianças para o desenvolvimento de brincadeiras, no entanto, em vista da forma como é mantido nos parques infantis pesquisados, com função principal de piso destinado ao amortecimento de possíveis quedas e local de passagem, agregado a problemas com os dejetos de animais, sujeira, umidade e poças d'água decorrentes das chuvas, não é considerado o local mais adequado para as brincadeiras infantis.

Acreditamos que as crianças merecem um lugar exclusivo para as brincadeiras com areia, que mantenha todo o cuidado com a higienização e manutenção. Neste caso, os demais espaços do parque infantil poderiam ser contemplados com outro tipo de piso mais adequado, livre dos problemas anteriormente identificados.

Notamos também que dos onze parques infantis pesquisados, somente dois apresentam rampa ou calçada de acesso ao parque infantil, o que certamente ocasiona a exclusão de determinada parcela da sociedade e em consequência distancia a possibilidade de sociabilização entre diferentes sujeitos.

Gonçalves *et al.* (2007, p. 8) afirmam que:

[...] tão importante quanto a disponibilização de novos espaços públicos de lazer, é a necessidade do desenvolvimento de políticas de recuperação e manutenção dos espaços já disponíveis no meio urbano, pois a falta de cuidados com os espaços influencia

diretamente no uso, dificultando a apropriação efetiva por parte dos usuários.

Quanto ao modelo dos brinquedos encontrados nos parques infantis, os mesmos foram caracterizados para esta pesquisa como unifuncionais e multifuncionais.

Os unifuncionais apresentaram pouca variedade quanto à cor e modelo, grande desgaste do tempo e problemas quanto à falta de peças.

Os modelos multifuncionais apresentaram formas mais variadas, são coloridos, e demonstraram atrair bastante as crianças para brincar. Damos destaque ao brinquedo multifuncional do Parque Passeio Público, reformado recentemente, e ao Parque D'água do Parque Lago Azul, inaugurado recentemente, ambos possuem boa estrutura, são diferenciados e possibilitam a apropriação de várias crianças ao mesmo tempo.

Não foram encontrados brinquedos adaptados e tanto brinquedos unifuncionais como multifuncionais demonstraram falhas de segurança quanto ao cumprimento das Normas da ABNT.

Ainda segundo o responsável da SMMA não existem bases científicas que norteiam o trabalho de elaboração e implementação dos parques infantis e seus brinquedos, assim como não existe uma forma de planejamento participativa para esses espaços.

Segundo Borges (2008, p. 142), “[...] há diferentes maneiras de se projetar um espaço e uma dessas diferenças diz respeito ao tipo de relação que é estabelecida entre o usuário e o responsável projetista”, e se esses usuários são crianças, os mesmos podem e devem ser ouvidos.

Para Tonucci (2005), pensador, psicólogo e autor de vários livros sobre o papel das crianças no sistema urbano, que há 11 anos participa do projeto “A cidade das crianças”³³:

[...] conceber a palavra as crianças não significa fazer-lhes perguntas e fazer com que responda aquela criança que levantou a mão primeiro [...] conceder a palavra as crianças, pelo contrário significa dar a elas as condições necessárias de se expressar [...] mas é preciso que os adultos tenham paciência para ouvir (TONUCCI, 2005, p. 18).

³³ Projeto iniciado no ano de 1991, na cidade do Fano, na Itália, do qual o autor foi diretor científico e que oportunizava a crianças fazer propostas diretamente nos conselhos das crianças sobre seus anseios e interesses.

Destacamos, portanto, a necessidade de reorganizar e qualificar mais os espaços dos parques infantis e seus brinquedos, destacando a importância do poder público oferecer meios de participação de crianças, adultos e especialistas preocupados com o desenvolvimento infantil no planejamento desses espaços.

Assim, infere-se a importância da conexão entre o usuário e o responsável pela implantação dos espaços para atender as necessidades da infância, visto que são “[...] as pessoas que dão utilidade aos espaços e fazem deles um sucesso, ou então não os usam e os condenam ao fracasso” (JACOBS, 2000, p. 97).

Acreditamos que as políticas públicas no âmbito do esporte e lazer, nas quais devem estar incluídas ações voltadas à infância no que se refere ao planejamento de espaços e brinquedos e suas influências na vida cotidiana das grandes cidades, devem atender fatores diferenciados de estimulação sensorial, perceptivas, motoras, cognitivas e sociais, para que influenciem positivamente na prática lúdica e social das crianças.

4.3 LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A APROPRIAÇÃO DOS PARQUES INFANTIS PÚBLICOS DE CURITIBA: APESAR DE TUDO AS CRIANÇAS BRINCAM!

Para iniciarmos esta discussão devemos compreender que a apropriação do espaço se dá a partir das formas de estar e de interação dos sujeitos em um determinado lugar, em um determinado tempo.

Segundo Pol (1996, p. 45), “[...] la apropiación del espacio – con toda su complejidad – aparece como uno de los núcleos centrales en la interacción entre el ser humano y su entorno físico”.

Podemos considerar também, como afirma Codina (2007, p. 210), que a apropriação do espaço é “[...] el sentimiento de poseer y gestionar un espacio, independientemente de su propiedad legal, por uso habitual o por identificación”

Smolka (2000, p. 28) acrescenta a esses conceitos questões de normas e valores atreladas às formas de apropriação, afirmando que “[...] o

termo apropriação refere-se a modos de tornar próprio, de tornar seu; também, tornar adequado, pertinente, aos valores e normas socialmente estabelecidos”.

Assim, para esta pesquisa, os sujeitos são as crianças, o espaço o parque infantil e o tempo é o de lazer.

Para Laufer (2001, p.16),

[...] todas as crianças têm o direito de desfrutar do lazer. Elas precisam brincar para o desenvolvimento da aprendizagem, mobilidade e comportamento. Do mesmo modo, o ambiente deve proporcionar segurança e conforto para que a criança desenvolva todo o seu potencial sem riscos.

Dessa maneira, a prática lúdica nos permite perceber os sujeitos em interação se relacionando por meio das formas de sociabilização, que acontecem nesse tempo e espaço de lazer, tais experiências lúdicas nesse tempo e espaço podem favorecer a interação com o meio e a articulação entre sujeitos e espaços.

Nessa perspectiva, foi possível observar nos parques infantis dos parques da cidade de Curitiba diferentes formas de apropriação que, como citados pelos autores, variam de acordo com a relação existente entre o usuário e o parque.

Dos onze parques infantis pesquisados, notou-se que os identificados com maior número de crianças se apropriando do espaço infantil foram: o Passeio Público e o Parque Lago Azul.

O parque Passeio Público localizado na região central da cidade, foi recentemente reformado, possui um brinquedo multifuncional enorme e colorido que atende as Normas da ABNT. No dia da pesquisa o mesmo encontrava-se cheio, apropriados por crianças e adultos, cercados de animais do zoológico e demais usuários (ver figura 94 e 95).



FIGURA 94 e 95 – CRIANÇAS APROPRIANDO-SE DO PARQUE INFANTIL
DO PASSEIO PÚBLICO
FONTE: Moro (2011).

O chamado Parque d'água, Parque 2, do Parque Lago Azul, localizado na região sul da cidade, foi encontrado lotado, como já apresentado trata-se de uma espécie de piscina pública, de pouca profundidade, destinado às brincadeiras infantis com água. (Ver figura 96).



FIGURA 96 – CRIANÇAS APROPRIANDO-SE DO PARQUE D'ÁGUA
DO PARQUE LAGO AZUL.
FONTE: Moro (2011).

Nos Parques Bacacheri, São Lourenço, Barigui e Parque Lago Azul 1, todos com brinquedos tanto unifuncionais como multifuncionais, também foi

possível identificar grande movimento, ainda que menor do que dos parques citados anteriormente.

Nos Parques Infantis Tinguí 1 que apresenta apenas um brinquedo multifuncional e Tinguí 2, que apresenta apenas brinquedos unifuncionais, assim como no Parque Atuba, notou-se o parque infantil como um ponto de referência de local onde as crianças podem brincar, visto que poucos foram os momentos observados de apropriação do parque infantil, mas grande foi a concentração de crianças no entorno desse espaço, ou seja, as crianças não brincam no parque infantil e seus brinquedos, mas se apropriam do seu entorno para soltar pipa, jogar bola, correr.

O Parque Barreirinha, que também apresenta apenas brinquedos unifuncionais, estava bem vazio, sendo possível observar movimento de crianças apenas a partir do momento em que chegou ao local uma excursão de aproximadamente cem crianças, coroinhas de uma congregação religiosa da cidade, mas que não demonstraram interesse em brincar com os brinquedos do parque infantil, mas sim em outros espaços do parque.

Por último, o Parque Linear do Cajuru, que apresenta apenas brinquedos unifuncionais, estava vazio, não sendo possível observar nenhuma forma de apropriação.

Dessas observações, outras questões interessantes quanto às formas de apropriação desses espaços foram identificadas, como a necessidade ou não de placas de indicação com idade para uso, as formas de apropriação e (re)apropriação dos brinquedos e do espaço baseadas na classificação de Senda (1992, citado por BORGES, 2008), e a relação que se estabelece entre as crianças, entre elas e os adultos.

Dos onze parques observados três deles, São Lourenço, Passeio Público e Parque Lago Azul, apresentaram placa de indicação de idade para uso, no entanto, percebeu-se que por diversas vezes esta indicação não é respeitada, visto que frequentemente os espaços e equipamentos são atrativos para diversas faixas etárias. Conforme podemos perceber nas Figuras 95 e 96, em que a placa indica uma determinada faixa etária para uso que não é respeitada no momento da brincadeira.



FIGURA 97 - PARQUE SÃO LOURENÇO E LAGO AZUL – FAIXA ETÁRIA MENOR QUE A INDICADA NA PLACA BRINCANDO NO ESPAÇO
FONTE: Moro (2011).



FIGURA 98 - PARQUE SÃO LOURENÇO E LAGO AZUL – FAIXA ETÁRIA MAIOR QUE A INDICADA NA PLACA BRINCANDO NO ESPAÇO
FONTE: Moro (2011).

Porém, como afirma Bengtsson (1973), acreditamos que o espaço público, seja ele qual for, deve ser amplo, para que seja possível oferecer uma gama de possibilidades de usos para todas as idades, o espaço não precisa necessariamente estar dividido por grupos, pois mesmo quando pensado para

um público em específico é interessante deixar o local aberto, convidativo e não segregador.

Partindo da ideia de que o lugar deve oportunizar a aproximação de diferentes sujeitos, identificamos nos espaços dos parques infantis dois grupos principais apropriando-se desse espaço, cada qual com seus interesses; primeiro o grupo de crianças, que como era de se esperar dão significado ao parque infantil a partir das brincadeiras, em segundo, o grupo de adultos que sempre presentes dão significado ao parque infantil a partir da noção de necessidade de cuidar das crianças.

Notou-se, inicialmente, que crianças até aproximadamente 6 anos de idade demonstraram grande atração por brincar na areia e com brinquedos menores trazidos de casa, como bonecas, panelinhas, carrinhos, bolas, entre outros (Figuras 99 e 100), assim como passam a maior parte do tempo brincando no mesmo lugar, utilizando pouco o espaço como um todo.



FIGURA 99 e 100 - CRIANÇAS BRINCANDO NA AREIA
FONTE: Moro (2011).

Nesse sentido, Brougere (2004, p. 258) considera que

[...] muitas brincadeiras se originam do contato com o brinquedo, que ele funciona como um meio de introduzir a brincadeira, mas não esquecendo que para ele se tornar objeto de brincadeira é necessária a decisão da criança em brincar. O brinquedo não pode impor-se na brincadeira sem essa decisão de quem brinca de interagir com ele.

Quando a criança brinca, além de combinar materiais e brinquedos (pedra, areia, madeira e papel), faz construções da realidade e desenvolve seu potencial criativo, transforma a função dos objetos para atender seus desejos. Assim, uma caixa de papelão pode virar um barco, uma colher um avião, uma porção de areia um bolo (BENJAMIN, 2002).

Já no intuito de compreender as formas de apropriação das crianças em relação aos brinquedos a partir das observações de campo, as análises apresentadas aqui serão baseadas nas três fases de utilização dos brinquedos citadas por Senda, (1998, citado por Borges, 2008) funcional, técnico e social.

A **fase funcional**, entendida como aquela onde a criança experimenta a função do brinquedo em si, processo que pode ser repetido várias vezes, foi notada ao observamos as crianças apropriando-se das balanças e escorregadores. Sejam no modelo unifuncional ou multifuncional estes estão entre os brinquedos mais apropriados por crianças de todas as idades, repetidas vezes. Como identificado em passagem do Diário de campo e na Figura 101.

[...] as crianças não deixam de brincar nos escorregadores e nas balanças, a cada pouco elas saem brincar de outra coisa e retornam para estes brinquedos (Diário de campo 05 – 22/1/2011).



FIGURA 101 - PARQUE PASSEIO PÚBLICO – CRIANÇAS NO BALANÇO
FONTE: Moro (2011).

É ainda nessa fase funcional que durante a brincadeira a criança assimila o ambiente e aprende a lidar com ele. A aquisição destas informações aumenta à medida que ela frequenta este local, até que um dia ele se torna enfadonho (SENDA, 1992, citado por BORGES, 2008).

A segunda fase é compreendida pelo autor como **técnica**, aquela onde a criança diverte-se em improvisar, em criar sua própria maneira de brincar e interagir com o brinquedo. Por exemplo, ao invés de sentar no balanço, ela tenta ficar de pé ou tenta escalar o escorregador, ao invés de escorregar. Este é o processo de experimentação e criação.

Repetidas vezes identificaram-se crianças utilizando os brinquedos do parque infantil de formas diferentes daquelas para as quais os mesmos foram idealizados, como por exemplo, nos parques infantis do Parque Bacacheri e Barigui que possuem rampa de escalar, na qual as crianças brincam subir/escalar, mas também brincam de escorregar, como ilustrado na Figura 102.



FIGURA 102 - PARQUE BACACHERI
CRIANÇA DANDO NOVAS FORMAS DE USO AO BRINQUEDO
FONTE: Moro (2011).

Ou, como no caso do escorregador do Parque Tingui, onde crianças brincavam de escorregar de diferentes formas. Conforme registros fotográficos (Figura 103) e diário de campo.

[...] com a pouca opção de brinquedos no parque, dois meninos se divertem subindo e descendo o escorregador de todas as formas possíveis (Diário de campo 01 – 24/09/2011).



FIGURA 103 - PARQUE TINGUI
CRIANÇAS BRINCANDO DE VÁRIAS FORMAS NO ESCORREGADOR
FONTE: Moro (2011).

Identificaram-se inclusive outras formas inusitadas de brincadeira a partir da apropriação do escorregador, como no Parque Barreirinha, onde mãe e filha jogavam bola no brinquedo (Figura 104).

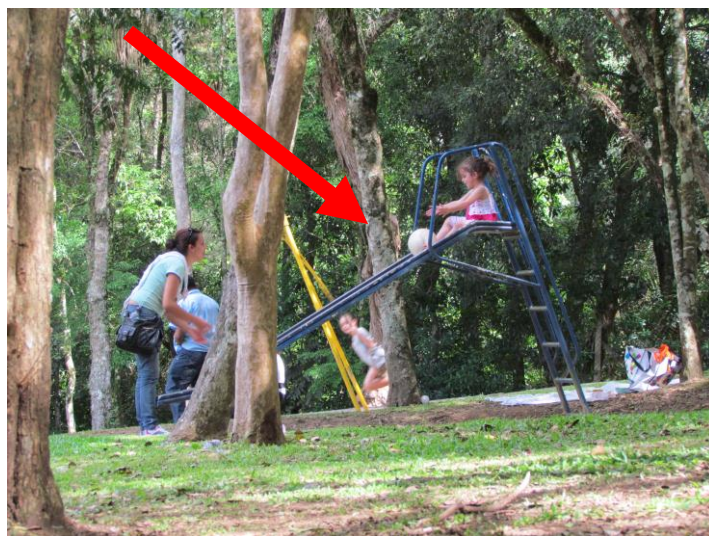


FIGURA 104 - PARQUE BARREIRINHA
CRIANÇA BRINCANDO COM BOLA NO ESCORREGADOR
FONTE: Moro (2011).

A última fase caracterizada como **social**, é aquela onde o brinquedo é apenas um meio no qual a brincadeira se desenvolve, ou seja, sua função específica adquire menor importância e significado, tornando-se apenas um cenário, proporcionando oportunidade para a criança conhecer e interagir umas com as outras (SENDA, 1992, citado por BORGES, 2008).

Esta fase foi identificada ao observamos algumas crianças usando a imaginação, fantasiando situações a partir da apropriação dos brinquedos, como exemplo do registro feito em Diário de campo.

[...] duas crianças, uma em cada brinquedo, brincam como se estivessem em barcos, gritando e fantasiando Jack Sparrow – um pirata dos filmes de ficção e imaginando bombas e espadas guerreiam entre si (Diário de campo 02 – 01/10/2011).

As crianças também apropriam-se dos brinquedos para outras brincadeiras, como as tradicionais de pega-pega e esconde-esconde.

Na Figura 105, um dos meninos do trio presente no local brinca de esconde-esconde entre os brinquedos do parque infantil.



FIGURA 105 - PARQUE LAGO AZUL
CRIANÇA BRINCANDO DE SE ESCONDER
FONTE: Moro (2011).

Outro aspecto interessante notado nos parques infantis foi a necessidade e a desenvoltura das crianças em adaptar os espaços e os brinquedos.

Como identificado tanto em passagens do Diário de campo quanto em registros fotográficos (Figuras 106 e 107):

[...] o dia está muito sol e sob o parque infantil não há sombra. Duas meninas, pequenas que brincam na areia começam a se mexer bastante, parecendo estarem incomodadas com o calor [...] agora as duas meninas resolvem levantar e levar seus brinquedos para debaixo do escorregador, na sombra (Diário de campo 02 – 01/10/2011).



FIGURA 106 - PARQUE BACACHERI
CRIANÇA ADAPTANDO O ESPAÇO EM BUSCA DE SOMBRA
FONTE: Moro (2011).

[...] duas meninas estão tentando amarrar uma corda encontrada no chão do parque infantil, em dois postes de pendurar redes, elas pretendem jogar vôlei (Diário de campo 03 – 08/10/2003).



FIGURA 107 - PARQUE BARRINHA
CRIANÇAS ADAPTANDO O ESPAÇO PARA JOGAR VÔLEI
FONTE: Moro (2011).

Alguns equipamentos situados no entorno dos parques infantis também demonstraram exercer atração sobre as crianças, como, por exemplo, os aparelhos das academias ao ar livre³⁴.

Seja pela novidade das formas ou pelos movimentos que produz com aparelhos de roldana, tornou-se forte concorrente dos brinquedos do parque infantil (Figuras 108 e 109).

³⁴ Segundo a Prefeitura Municipal de Curitiba, as Academias ao Ar Livre visam a melhoria da condição física, qualidade de vida e saúde das pessoas. Os equipamentos não têm peso e usam apenas a força do corpo para exercícios de musculação e alongamento. São indicados para maiores de 12 anos e principalmente para pessoas da terceira idade, mas podem ser usados por qualquer pessoa.



FIGURA 108 E FIGURA 109
CRIANÇA BRINCANDO NA ACADEMIA AO AR LIVRE
FONTE: Moro (2011).

Tonucci (2005, p. 45) considera que

[...] a brincadeira é uma atividade caracterizada pelo desejo de fazer, compreender, experimentar, descobrir coisas novas, de perceber que se sabe fazer alguma coisa a mais, o que produz satisfação, prazer e aprendizado.

Assim, notamos que, como afirma Rechia e França (2006), o espaço e os equipamentos mesmo sendo planejados para serem apropriados de determinada maneira, podem a qualquer momento serem (re)significados pelos sujeitos que os apropria.

Portanto, mesmo os brinquedos sendo planejados para um fim em específico, caberá a partir da iniciativa de cada criança que se apropriar dele aceitar ou alterar essa função, daí a importância em oferecer a maior variedade possível de brinquedos para as crianças, para que elas possam apropriar-se e (re)apropriar-se deles, incorporando durante estes momentos valores morais e culturais.

Outro aspecto importante notado foi a influência dos adultos nas formas de apropriação das crianças em relação aos brinquedos, pois ao mesmo tempo em os adultos ajudam a manter o bem-estar das crianças, ajudam a transpor barreiras, incentivam a brincadeira, também impõem limites para não sair de perto, não sujar muito a roupa, não falar com estranhos, não brincar em determinado brinquedo, de determinada forma, ou até mesmo,

mediando situações entre grupos de crianças que elas próprias poderiam resolver, como quem está na vez no brinquedo ou o empréstimo de outro.

Segundo Tonucci (2005, p. 79),

[...] nas últimas décadas parece ter mudado a interpretação do papel dos pais, antes era claro que o bom genitor era aquele que favorecia de todas as maneiras a autonomia dos filhos para torná-lo cada vez mais capaz de enfrentar dificuldades [...] hoje parece que o bom pai, pelo contrário é aquele que sabe tutelar e proteger seu filho, expondo-o o menos possível aos perigos do mundo externo.

Ou seja, aquele tempo de lazer, disponibilizado às crianças, que deveria ser livre para vivenciar experiências lúdicas, passa a não ser tão livre assim, na medida em que é diretamente influenciado e controlado pelos adultos.

Ainda para Tonucci (2005, p. 71),

[...] o verdadeiro desenvolvimento é promovido pelo encontro pessoal com as coisas novas, que não se compreendem, não se conhecem ou não se sabem fazer, pela vontade de dominá-las, pelo encontro com o obstáculo novo e pela satisfação de superá-lo.

Mas isso não acontece se o adulto, antecipando a busca de tentativas, ensina a criança e toma a frente resolvendo situações que poderiam ser mediadas pelas próprias crianças (TONUCCI, 2005).

Trazemos aqui passagens do Diário de campo de exemplos da forma como os adultos interferem nas formas de interação das crianças com os brinquedos e no próprio ato de brincar.

[...] nesse momento uma mãe fala alto com seus filhos, um menino menor e um maior, para que tomem cuidado ao brincar no escorregador ou vão se machucar (Diário de campo 05 – 22/10/2011).

Em outro momento, uma mãe se exalta com um grupo de crianças que brinca de pega-pega no parquinho e o ameaça dizendo:

[...] se vocês não pararem de bagunça no parquinho eu vou chamar o guarda (Diário de campo 08 – 26/11/2011).

Notamos nessa última passagem que o adulto em questão interpreta a brincadeira de pega-pega como bagunça, desqualificando e subestimando a importância desta ação.

Entretanto, entendemos que a brincadeira é uma necessidade no desenvolvimento do ser humano e não deve ser vista como mera diversão ou bagunça, uma vez que potencializa o desenvolvimento pessoal, social e cultural das crianças.

Para Tonuci (2005), os adultos deveriam ser mais infantis no sentido de estarem dispostos a aprender e compreender que as crianças vão além da simplicidade com que se expressam, pois não é pelo fato de ser simples que deixa de ser importante.

Durante as observações percebeu-se também em alguns momentos a necessidade da presença do adulto para que a brincadeira se efetivasse, como no caso da grande dificuldade que as crianças apresentaram para apropriarem-se sozinhas de determinados brinquedos, como, por exemplo, a gangorra, brinquedo presente em todos os parques pesquisados e que demonstrou necessitar quase sempre da participação/intervenção de um adulto, seja para ajudar no movimento de subir e descer ou para compor a dupla para brincar, conforme observado nas Figuras 110 e 111.



FIGURA 110 E 111 - PARQUE BACACHERI
ADULTOS AUXILIANDO NA BRINCADEIRA
FONTE: Moro (2011).

Sabemos da importância da presença do adulto nos espaços, visto que os mesmos são elementos fundamentais para segurança da criança, contribuem com o processo de cidadania, são importantes estimuladores das brincadeiras, entre outros, mas partimos do pressuposto que as crianças devem conseguir interagir sozinhas com os brinquedos e com as demais crianças, desenvolvendo suas próprias maneiras de brincar, sendo o adulto um elemento potencializador, mas não indispensável.

Assim, em geral, ao realizarmos observações sobre as formas de apropriação dos parques infantis, identificamos dois grupos principais de usuários: crianças que como era de se esperar dão significado ao parque infantil a partir das brincadeiras; e adultos que sempre presentes dão significado ao parque a partir da noção da necessidade de cuidar das crianças.

Notou-se ainda, a partir das observações que as crianças possuem grande desenvoltura para adaptar os espaços às suas necessidades assim como para dar novos sentidos e significados aos brinquedos.

Concluimos também que os parques que possuem brinquedos multifuncionais são mais apropriados pelas crianças, mais atrativos e proporcionam mais momentos de sociabilização, ainda que tenhamos notado que independente do modelo de espaço e/ou brinquedo frequentemente as crianças só interagem umas com as outras se esta já for conhecida, ou se o adulto que a acompanha estabelece relação com a outra criança ou incentiva uma aproximação, nos demais momentos as crianças dividem os brinquedos, mas pouco interagem entre si.

Ressaltamos que durante o desenvolvimento desta pesquisa, não foram observadas crianças especiais apropriando-se dos parques infantis, fato que pode ter relação com o modelo de espaço que é oferecido, que muitas vezes não contempla tal público, reforçando assim a necessidade de repensar tais espaços no intuito de favorecer e fortalecer o direito de ir e vir, de saúde, de educação, e de lazer de todas as crianças, possibilitando em consequência, a inserção social de crianças especiais, resultando em um convívio harmônico entre diferentes frequentadores, facilitando o desenvolvimento de uma vida saudável e de uma sociedade inclusiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato que, nos últimos anos as mudanças no estilo de vida das populações alteraram significativamente as formas de brincar na infância.

No âmbito do tempo e espaço de lazer, entende-se por brincar o processo de dar liberdade à criança para exprimir a sua alegria e a necessidade de explorar o seu envolvimento com o próprio corpo e com o mundo social sem constrangimentos, investigando e testando experiências e possibilidades diversificadas de ações. Um grande número dessas vivências podem ser proporcionadas na exploração do espaço aberto e livre em que manifestam-se percepções e relações entre ordem e desordem, organização e caos, equilíbrio e desequilíbrio, e outras situações sociais diversas.

Autores como Rechia³⁵ (2003, 2009), Mascarenhas³⁶ (2004), Debortoli³⁷ *et al.* (2008), entre outros, apresentam teorias sobre temas relativos aos efeitos positivos das atividades lúdicas na melhora da autoestima, da interação social e de outros fatores importantes para a vida em sociedade. O significado da dimensão lúdica integrada com a natureza demonstra uma elevada correlação com a saúde física, psicológica e emocional das crianças.

Contudo, o conjunto de obstáculos que enunciamos nos capítulos desta pesquisa, referentes à organização do espaço do brincar infantil nos parques públicos da cidade de Curitiba, como a falta de implantação e manutenção de bebedouros e lixeiras; banheiros próximos aos espaços em pouca quantidade e pouco acessíveis e obstáculos quanto aos modelos dos brinquedos instalados, como a pouca quantidade, a falta de brinquedos adaptados e deficiência no cumprimento das normas da ABNT na construção dos mesmos, apontam a emergência de um trabalho intenso da gestão pública, no sentido de criar mais oportunidades e qualidade para os espaços e brinquedos dos parques da

³⁵ RECHIA, S. **Parques públicos de Curitiba: A relação cidade-natureza nas experiências de lazer.** Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

_____. Planejamento dos espaços e equipamentos de lazer nas cidades: uma questão de “saúde urbana”. In: FRAGO, Branco (Org.). **Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos.** Porto Alegre: Ed. Gênese, 2009.

³⁶ MASCARENHAS, Fernando. **Lazer como prática de liberdade.** Goiânia-Goiás: Editora UFG, 2004.

³⁷ DEBORTOLI, José; MARTINS, Maria; MARTINS, Sérgio. **Infâncias na metrópole.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

cidade, visto que, atualmente, os principais espaços públicos dedicados às vivências lúdicas da criança do meio urbano são as praças e os parques.

Identificamos ainda que a maioria dos parques infantis presentes nos parques públicos estão concentrados na região central e norte da cidade, o que aponta a importância da existência de projetos relacionados à criação de áreas verdes protegidas para o divertimento, a aventura e o brincar espontâneo em bairros afastados dos centros da cidade. Nesse caso, as crianças com menos acesso também terão novas oportunidades de potencialização das dinâmicas lúdicas e sociais em meio à natureza.

Percebeu-se assim que, ainda que os parques infantis existentes estejam sendo apropriados, entendemos que parcela significativa das crianças da cidade estão sendo impedidas de frequentar e brincar nesses espaços, seja pela localização do parque ou pelas barreiras físicas que o mesmo apresenta, e ao olharmos mais de perto, notaremos que as crianças que estão tendo a oportunidade de apropriar-se desses espaços, estão muitas vezes sendo controladas e envolvidas em brincadeiras previamente estipuladas pelos adultos, pelo brinquedo e pelo espaço.

Dessa forma, apontamos a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas que tenham como foco intervenções mais precisas com referência à infância e aos espaços públicos destinados a esta fase, com a interação entre pais e educadores e o desenvolvimento de estratégias de melhoria do envolvimento lúdico das crianças, respeitando as diferenças, as assimetrias sociais e o contexto social multicultural.

Para tanto, Neto (1996) sugere a criação de um novo paradigma de ação, que considere as dinâmicas físicas e simbólicas do corpo. São elas (1) as motivações (linguagens e discursos) da criança e do jovem com tendência para se orientar em função da valorização do confronto com o espaço natural; (2) uma atração por atividades em que exista maior imprevisibilidade do meio; (3) atividades em que o risco e a aventura corporal estejam presentes; (4) liberdade de escolha de atividades lúdicas, de acordo com o seu tempo e suas próprias regras de ação; (5) uma cultura de criação de grupos de amigos baseada em relações de solidariedade e convivência. Dessa forma, as atividades lúdicas, os espaços e o tempo de lazer necessitam ser descobertos

e/ou reinventados, pois a melhoria da oferta dos espaços e equipamentos pode gerar uma nova concepção quanto ao conceito de espaço/tempo do brincar.

Novos modelos de políticas de desenvolvimento urbano no que se refere ao planejamento dos espaços, à educação ambiental, à preservação e à segurança tornam-se emergentes e devem considerar as necessidades e motivações das populações locais, permitindo uma participação mais democrática na construção do processo. Deve-se, ainda, aliar a modernização dos espaços e brinquedos, cumprindo, para esses, as normas de segurança, manutenção e supervisão.

Porém, mesmo frente às dificuldades encontradas, identificou-se que seja qual for o espaço ou o controle sobre os quais as crianças estão submetidas, aquelas que têm acesso aos parques infantis se apropriarão e brincarão, o que não justifica ou minimiza a necessidade de melhorias desses espaços, para qualificar mais as brincadeiras, dando ainda, acesso a mais crianças, como crianças especiais e de regiões mais afastadas do centro da cidade. Salientamos, portanto, que torna-se urgente garantir para todas as pessoas uma cultura de espaços públicos abertos de qualidade, com segurança, respeitando, estimulando e favorecendo o potencial lúdico a partir da infância com reflexos sociais por toda vida.

No entanto, essas mudanças só serão efetivadas quando a sociedade observar e entender dois pontos importantes: o primeiro de que as crianças são atores sociais de pleno direito, sujeitos que interagem com o mundo criando formas próprias de interação e compreensão, tornando-se parte da sociedade, e não pessoas de menor importância, sujeitos passivos que absorvem e aprendem apenas com a vida adulta; e o segundo quando for possível compreender o espaço infantil como espaço essencial para o desenvolvimento, e não como acessório opcional, ou como aponta Tonucci, como um “estacionamento de crianças”,

[...] os parques, como são atualmente, servem para o controle, o estacionamento de crianças, e são, por isso, absolutamente distantes de seus interesses e de suas necessidades de criatividade, invenção, movimento, risco, encontro, aventura (TONUCCI, 2005, p. 45).

Salienta-se, por fim, a importância do poder público compreender que “[...] investir na qualidade do espaço público, de seu desenho, de seu

enriquecimento e de sua manutenção nunca será um luxo, será cumprimento de uma justiça democrática” (BORJA, 2006, p. 12).

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14350-1: Segurança de brinquedos de *playground***. Parte 1: requisitos e métodos de ensaio. Rio de Janeiro: ABNT, 1999.

_____. **NBR 9283: Mobiliário Urbano**. Rio de Janeiro: ABNT, 1986.

ALVES, V. F. N. **O corpo lúdico Maxakali**: Segredos de um “programa de índio”. Belo Horizonte: FUMEC-FACE, C/ Arte, 2003.

ANDAKI, A; MENDES, E.L, **Reflexões sobre lazer e trabalho no contexto da infância**. Revista Digital EFDeportes - Buenos Aires - Ano 12 - N° 112 - Setembro de 2007

APIS. **Associação para Promoção da Segurança Infantil**. 2009.

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ASSIS, S. **Lazer familiar**: um estudo sobre a percepção de pais de crianças com deficiência. Disponível em: <[http://www.mackenzie.br/fileadmin/Pos_Graduacao/Mestrado/Disturbios do Deenvolvimento/Publicacoes/volume V/lazer_familiar.pdf](http://www.mackenzie.br/fileadmin/Pos_Graduacao/Mestrado/Disturbios_do_Deenvolvimento/Publicacoes/volume_V/lazer_familiar.pdf)>. Acesso em: 12/1/2012.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **Revue Diogène**: une anthologie da la vie culturelle au XXè siècle. Paris: PUF, 2005.

BENEVOLO, L. **A história da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

BENGTTSSON, A. **Parques y Campos de Juego para Niños**. Barcelona: Blume, 1974.

BENJAMIN, W. **Reflexões**: a criança, o brinquedo e a educação. São Paulo: Summus, 1984.

_____. **Rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

BOARINI, M. L.; BORGES, R. F. Demanda Infantil por Serviços de Saúde Mental. In: A Demanda Infantil à Saúde Mental: Reflexo de uma Crise. **Estudos de Psicologia**, 1998.

BORGES, M. **Diretrizes para Projetos de Parques Infantis Públicos**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Santa Catarina, 2008.

BORJA, J. **La ciudad conquistada**. Barcelona: Alianza, 2003.

_____. J. Urbanismo e cidadania. In: *Civismo: Las claves de la convivencia*. Barcelona, 2006.

BRACHT, V.. Educação Física Escolar e lazer. In: WERNECK, Christianne Luce Gomes; ISAYAMA, Hélder Ferreira (Org.). **Lazer, Recreação e Educação Física**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

BRAMANTE, A. C. Lazer: concepções e significados. **Licere**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 9-17, 1998.

BRASIL. **Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da criança e do adolescente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 15/4/2011.

BRASÍLIA. **Constituição Federal, ementa n.º 64**. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm>. Acesso em: 17/4/2011.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume2.pdf>>. Acesso em: 17/4/2011.

BRHUNS, H. T. (Org.). **Lazer e Ciências Sociais: Diálogos pertinentes**. São Paulo: Chromos, 2002.

_____. **O corpo parceiro e o corpo adversário**. Campinas: Papyrus, 1993.

BROUGÈRE, G. **Brinquedo e cultura**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Brinquedos e Companhia**. São Paulo: Cortez, 2003.

CARVALHO, A. M. C. *et al.* (Org.). **Brincadeira e cultura: viajando pelo Brasil que brinca**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. v. 1 e 2.

CASSAPIAN, M. **Da cidade planejada ao lazer para todos**. As experiências no âmbito do lazer vividas pelos cadeirantes do grupo “A união faz a força”. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, 2011.

CASTRO, L. R. de. Da invisibilidade à ação: crianças e jovens na construção da cultura. In: _____ (Org.). **Crianças e jovens na construção da cultura**. Rio de Janeiro: Nau/FAPERJ, 2001.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. (Artes de fazer). Petrópolis: Vozes, 1995.

CHÂTEAU, J. **O jogo e a criança**. São Paulo: Summus, 1987.

CHURCHILL JR., G.A. **Marketing research: methodological foundations**. Chicago: The Dryden Press, 1987.

CODINA, N. Entre el ocio, el turismo y el consumo. El tiempo y la apropiación del tiempo. In: MARTINEZ, J. R. (Org.). **Perspectivas y retrospectivas de la Psicología Social en los albores del siglo XXI**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2007. p. 205-214.

CURITIBA. **Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba**. Disponível em: <www.ippuc.org.br>. Acesso em: 21/4/2011.

DAHROUJ, L. S.; PASCHOARELLI, L. **Considerações sobre a segurança de playgrounds: uma contribuição do Design Ergonômico**. Estudos em Design, v. 15, p. 1-18, 2008.

DANAIOLOF, K.; DALBEN, A. **Natureza Urbana: Parques Infantis ao ar livre em São Paulo (1930-1940)**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 31, 2009.

DEBORTOLI, J.; MARTINS, M.; MARTINS, S. Infância e lazer na cultura do consumo: um estudo sobre os Shoppings centers em uma nova espacialidade urbana. In: Anais XV Congresso brasileiro de ciências do esporte, 2009.

_____. **Infâncias na metrópole**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

DUMAZIDIER, J. **Sociologia Empírica do Lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

FARIA, A. **A contribuição dos parques infantis de Mário de Andrade para a construção de uma pedagogia da educação infantil**. Educação & Sociedade, ano XX, n. 69, dez. 1999.

FELIPE, J. **Governo, mulheres e crianças: Jardins de infância em Porto Alegre, na primeira metade do século XX**. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

FERREIRA, C. **Psicomotricidade da Educação Infantil**. São Paulo: Lovise, 2000.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANÇA, R. **Diálogos entre a oferta e a demanda: uma análise da relação entre o poder público e os grupos de ativismo sociais referentes aos parques da cidade de Curitiba**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

FRANCIS, M. Urban Open Spaces. In: ZUBE, E.; MOORE, G. (Orgs.). **Advances in Environment, Behavior and Design**, v. 1, p. 71-106, 1991.

FREY, K. **Crises de estado e estilos de gestão municipal, 1996.** Revista Lua Nova, nº 37, São Paulo, 1996.

GEHL, J. **La humanización del espacio urbano:** la vida social entre los edificios. Barcelona: Reverté, 2006.

GIL, A. C, **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GONÇALVES, F. *et al.* As praças que a gente viu! As praças que a gente quer. In: Anais XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, Salvador, 2007.

GUZZO, P. Estudos dos espaços livres de uso público e da cobertura vegetal em área urbana da cidade de Riberão Preto – SP. Dissertação (Mestrado em Geociências) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1999.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança da cultura. São Paulo: Loyola, 2000.

HEYWOOD, C. **Uma história da infância:** da Idade Média à época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HUIZINGA, J. **Homo ludens:** o jogo como elemento da cultura. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1980.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010.** Disponível em: <www.ibge.gov.br/censo2010>. Acesso em: 21/4/2011.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KISHIMOTO, T. **Jogo, brinquedo, brincadeira e educação.** São Paulo: Cortez, 1997.

KUHLMANN, M. **Infância e Educação Infantil:** uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 2001.

KWOK, L. Y. J. **Children Art Centre.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade de Hong Kong, 1999.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo: Ed. Atlas, 1986.

LAUFER, A. M.. **Recomendações para projeto de brinquedos de recreação e lazer existentes em playgrounds adaptados à criança com paralisia cerebral.** Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A Construção do Saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LOBODA, C. R.; DE ANGELIS, B. L. D. **Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções**. Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais, Guarapuava, v. 1, n. 1, 2005.

MAGNANI, J. G. Cantor. **O lazer na cidade**. Texto apresentado ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico para fundamentar o processo de tombamento do Parque do Povo. São Paulo, 4 de julho de 1994. Disponível em: <<http://www.n-a-u.org/Magnanilazer.html>>. Acesso em: 12/4/2011.

MARANHO, M.; RECHIA, S.; TSCHOKE, A. **Caminhando pelos bairros da periferia de Curitiba: o (des)cuido com os espaços públicos de lazer**, 2011. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd154/curitiba-o-descuido-com-os-espacos-publicos-de-lazer.htm>>. Acesso em: 5/2/2012.

MARCELLINO, N. C. **Estudos do lazer: uma introdução**. São Paulo: Autores Associados, 1996.

_____. **Lazer e Educação**. Campinas: Papirus, 1987.

_____. **O lazer e o uso do tempo na infância**. Comunicare, IAC, ano 4, n. 7, 1986.

_____. **Pedagogia da Animação**. Campinas: Editora Papirus, 1997.

_____. **Pedagogia da animação**. Campinas: Papirus, 1990.

MARQUES, R. *et al.* **Participação Social em Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: O Exemplo das Conferências Nacionais do Esporte**. In: GUTIERREZ, L. (Org.). Políticas Públicas, Qualidade de Vida e Atividade Física. Campinas: Editora IPES, 2011.

MASCARENHAS, F. **Lazer como prática de liberdade**. Goiânia-Goiás: UFG, 2004.

_____. Outro lazer é possível? Desafios para o esporte e lazer na cidade. In: CATELLANI, Lino (Org.). **Gestão pública e políticas de lazer: a formação de agentes sociais**. Campinas: Autores associados, 2007.

_____. In: GONZALES, F. J.; FENSTERSEIFER, P. E. (Org.). **Dicionário Crítico da Educação Física**. Ijuí: Unijuí, 2005.

MEDEIROS, E. B. **O lazer no planejamento urbano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975.

MINAYO, M. **O desafio da pesquisa social**. In: MINAYO, M. (Org.). Pesquisa Social Teoria método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.p.9-29.

MONTENEGRO, G. **A produção do mobiliário urbano em espaços públicos**: o desenho do mobiliário urbano nos projetos de reordenamento das orlas do RN. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

NIEMEYER, C. A. da C. **Parques Infantis de São Paulo**. Lazer Como Expressão de Cidadania. São Paulo: Anna Blume: Edusp, 2002.

PADILHA, V. **Tempo livre e capitalismo**: um par perfeito. Campinas: Alínea, 2002.

PEDROSA, M. I. A emergência de significados entre crianças nos anos iniciais de vida. **Coletâneas da ANPEPP**: Investigação da criança em interação social, Recife: Editora Universitária da UFPE, v. 1, n. 4, p. 49-67, 1996.

PELEGRIN, A. O espaço de Lazer na Cidade e a Administração Municipal. In: MARCELLINO, N. **Políticas Públicas Setoriais de Lazer**. Campinas: Autores Associados, 1996.

POL, E. La apropiación del espacio. In: ÍÑÍGUEZ, L.; POL, E. (Coords.). **Apropiación, Cognición y Representación Ambiental**. Monografías PsicoSocioAmbientales. Barcelona: PUB, 1996. p. 45-62.

QUEIROZ, N. *et al.* **Brincadeira e desenvolvimento infantil: um olhar sociocultural construtivista**. Revista Pandeia, Vol 16 - Nº 34, 2006

RECHIA, S. **Como São Pensados os Espaços e Equipamentos de Esporte e Lazer nas Cidades? “Pistas” para possíveis respostas**. In: MARCELLINO, Nelson; FERREIRA, Almeida (Orgs.). Brincar, Jogar, Viver. Brasília: Ministério do Esporte, 2007. v. II.

_____. **O Jogo do espaço e o espaço do jogo em escolas da cidade de Curitiba**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 27, n. 2, 2006.

_____. **Parques públicos de Curitiba**: A relação cidade-natureza nas experiências de lazer. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

_____. **Planejamento dos espaços e equipamentos de lazer nas cidades: uma questão de “saúde urbana”**. In: FRAGO, Branco (Org.). Políticas de lazer e saúde em espaços urbanos. Porto Alegre: Ed. Gênese, 2009.

_____. Univer-cidade: Um Giro Pela Cidade Brincando, Aprendendo e Preservando. In: anais XIX Encontro Nacional de Recreação, Esporte e Lazer, 2007, Recife, 2007.

RECHIA, S.; BETRÁN, J. O. **Parques urbanos de Barcelona: a relação entre a diversidade nas formas de apropriação e a segurança a partir de usos**

principais e combinados. Movimento, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 181-202, 2010.

RECHIA, S.; FRANÇA, R. **O espaço do Paraná e seus espaços públicos de esporte e lazer: apropriação, desapropriação ou reapropriação.** In: MEZZADRI, Fernando (Org.). Esporte e Lazer: subsídios para o desenvolvimento e gestão de Políticas Públicas. Jundiaí: Fontoura, 2006.

RIBEIRO, T. **Fungos queratinofílicos em areia de parques escolares de Boa Vista.** Dissertação (Mestrado) – UFRR, Roraima, 2009.

RODRIGUES, M. *et al.* **A importância das condições de higiene em áreas de recreação infantil.** In: Anais Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, Belo Horizonte, 2004.

ROLNIK, RI. **O que é a cidade.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTINI, R. de C. G. **Dimensões do lazer e da recreação:** questões espaciais, sociais e psicológicas. São Paulo: Angelotti, 1993.

SANTOS, S. M. P. **Brinquedoteca:** A criança, o adulto e o lúdico. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2000.

SENDA, Mitsuru Man. Process Architecture No. 79, Environment Design, Strategies of man Senda. Environment Design Institute, Tokyo: Bunji Murotani, 1988.

SEVERINO, A. J, **Metodologia do trabalho científico.** 22.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SMMA. **Sistema de Parques e Praças da Secretaria Municipal do Meio Ambiente.** Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/parques-e-bosques-smma-secretaria-municipal-do-meio-ambiente/267>>. Acesso em: 21/4/2011.

SMOLKA, A. L. B. **O (im)próprio e o (im)pertinente na apropriação das práticas sociais.** Caderno Cedes, Campinas, v. 20, n. 50, abr. 2000.

TONUCCI, F. **Quando as crianças dizem chega.** São Paulo: Artmed, 2005.

UNICEF. **Convenção sobre os Direitos da Criança,** 20 de novembro de 1989. Disponível em: <http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf>. Acesso em: 15/4/2010.

_____. **Declaração Universal dos direitos da criança,** 20 de novembro de 1959. Disponível em: <http://198.106.103.111/cmdca/downloads/Declaracao_dos_Direitos_da_Crianca.pdf>. Acesso em: 17/4/2010.

VIEIRA, S. **Revista de iniciação científica da FFC**, Unesp, v. 4, n. 1, 2004.

VYGOTSKY, L. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

WERNECK, C. L. G. Lazer, trabalho e qualidade de vida. **Revista Motricidade**, 2000. Disponível em:
<http://www.motricidade.com/index.php?option=com_content&view=article&id=170:lazer-trabalho-e-qualidade-de-vida&catid=50:gestao&Itemid=90>. Acesso em: 12/4/2011.

_____. Recreação e lazer: **Apontamentos históricos no contexto da educação física**. In: WERNECK, Christianne Luce Gomes; ISAYAMA, Hélder Ferreira (Orgs.). Lazer, recreação e educação física. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

WERNER, D. **Guia de deficiências e reabilitação simplificada**. Brasília: Corde, 1994.

YÁZIGI, E. S. **A alma do lugar**: turismo, planejamento e cotidiano. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA**PAIS / RESPONSÁVEIS**

1. Qual o bairro vocês moram?
2. Qual a distancia da sua casa aqui?
 - () Até duas quadras
 - () De duas a quatro quadras
 - () De quatro a seis quadras
 - () De seis a dez quadras
 - () Mais de dez quadras
3. Qual o meio de transporte que vocês utilizaram para vir para cá?
 - () Ônibus
 - () Carro
 - () Bicicleta
 - () A pé
4. Qual a idade do seu(s) filho(s)?
5. Com qual frequência você os trás para brincar aqui?
6. Eles pedem para vir ou você que os trás?
7. Que outras atividades eles gostam de fazer aqui?
8. O que você acha das condições estruturais deste local?
9. Que outros equipamentos você gostaria que tivessem aqui?
10. Que outras atividades você gostaria que fossem oferecidas aqui?
11. Quais as suas sugestões para potencializar este espaço?

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA

GESTOR

Função:

Contato:

1. Há um modelo único de equipamentos ou há diversidade?
2. Como são escolhidos os locais e os modelos que serão instalados em cada parque?
3. Com que frequência é realizada a manutenção e limpeza desses espaços e brinquedos?
4. Quanto custa para manter um espaço deste tipo?
5. Como é o processo de elaboração e instalação desses espaços e brinquedos?
6. Existe formas de participação comunitária na elaboração e gestão desses espaços?
7. Pensando sobre uma gestão para a apropriação desses espaços, são realizadas intervenções (projetos, eventos) objetivando incentivar a comunidade a apropriar-se desses locais? Se sim, de que forma? Quem é o responsável pelo planejamento dessas ações?

PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS DOS PARQUES INFANTIS

QUANTO A OBSERVAÇÃO:

- Data da observação:___/___/___
- Horário da observação:_____

QUANTO AO PARQUE

- Nome do parque:
- Endereço:
- Data de Fundação:

QUANTO AO ESPAÇO DO PARQUE INFANTIL E SEU ENTORNO

- Tipo de piso da área do parque infantil:
- Encontra-se limpo? () sim () não. Se não, porque?
- Possui rampas de acesso? () sim () não
- Possui brinquedos adaptados? () sim () não
- O Local é: Delimitado por grades () Sem delimitação () Outro_____
- Possui bancos? () sim. Quantos _____ () não
- O local é arborizado? () sim () não
- Possui banheiros? () sim Quantos _____ () não
São adaptados? () sim () não
Possui rampa de acesso? () sim () não
Piso regular, firme e estável? () sim () não
- Possui bebedouros? () sim () não
- Possui lixeiras? () sim () não
Permitem a separação do lixo? () sim () não
- Possui postes de iluminação? () sim () não
- Que outros equipamentos são percebidos no entorno?

QUANTO AOS BRINQUEDOS

- Brinquedo A

Cor:

Material de fabricação:

Quantidade:

Descrição de formas de uso primárias (Ex. Balançar, escorregar):

Estão em perfeito estado de uso? () sim () não. Se não, porque?

A limpeza é satisfatória? () sim () não. Se não, porque?

- Brinquedo B

Cor:

Material de fabricação:

Quantidade:

Descrição de formas de uso primárias (Ex. Balançar, escorregar):

Estão em perfeito estado de uso? () sim () não. Se não, porque?

A limpeza é satisfatória? () sim () não. Se não, porque?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisador responsável:

Profª Drª. Simone Rechia,

Profª Luíze Moro

Fone: (41) 9665.1020

Endereço: Rua: Jornalista Octavio Secundino, 207.

E-mail: luizemoro@yahoo.com.br

Este documento é um termo de consentimento de sua participação no estudo intitulado "**Conhecendo os parques de Curitiba e seus espaços públicos destinados as brincadeiras infantis**" que tem por objetivo observar de que maneira os modelos de espaços e equipamentos destinados às brincadeiras infantis existentes em parques públicos da cidade de Curitiba, atendem ou não, de forma global as necessidades da infância, no que diz respeito a cultura corporal.

Este estudo poderá contribuir muito com a produção científica da área de Educação Física, assim como poderá gerar importantes reflexões sobre o planejamento urbano de Curitiba e o modelo de espaços e equipamentos infantis adotados em parques da cidade, contribuindo para uma vida de mais qualidade para toda população.

▪ PROCEDIMENTO

Para efetivarmos o estudo, buscaremos identificar por meio de entrevistas realizadas com pais de crianças entre os 2 e 6 anos, necessidades, sugestões ou críticas que estes na condição de pais/responsáveis atribuem aos parques infantis dos parques públicos de Curitiba.

▪ PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA

A sua participação neste estudo é voluntária e você poderá se recusar a participar em qualquer momento sem nenhum prejuízo a você.

▪ GARANTIA DE SIGILO E PRIVACIDADE

Todas as informações relacionadas a este estudo são confidenciais e qualquer informação divulgada em relatório ou publicação será feita de forma a não identificar o participante. O pesquisador garante que seu nome não será divulgado sob hipótese alguma.

Aprovado pelo Comitê de Ética
em Pesquisa do Setor de Ciências
da Saúde/UFPR.

Em, 27 / 10 / 2011

Rubricas:

Sujeito da Pesquisa e /ou responsável legal: _____

Pesquisador Responsável: _____

▪ **ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS**

Você pode e deve fazer todas as perguntas que julgar necessárias antes de concordar em participar do estudo.

Diante do exposto acima eu, _____ aceito participar deste estudo, declarando que fui esclarecido(a) sobre os objetivos, procedimentos e benefícios do mesmo

Curitiba, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do responsável: _____

Assinatura da Pesquisadora

Responsável: _____

Curitiba, ____ / ____ / _____

Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR
Telefone: (41) 3360-7259 e-mail: cometica.saude@ufpr.br

Aprovado pelo Comitê de Ética
em Pesquisa do Setor de Ciências
da Saúde/UFPR.

Em, 27 / 10 / 2011

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisador responsável:

Profª Drª. Simone Rechia,

Profª Luíze Moro

Fone: (41) 9665.1020

Endereço: Rua: Jornalista Octavio Secundino, 207.

E-mail: luizemoro@yahoo.com.br

Este documento é um termo de consentimento de sua participação no estudo intitulado **"Conhecendo os parques de Curitiba e seus espaços públicos destinados as brincadeiras infantis"** que tem por objetivo observar de que maneira os modelos de espaços e equipamentos destinados às brincadeiras infantis existentes em parques públicos da cidade de Curitiba, atendem ou não, de forma global as necessidades da infância, no que diz respeito a cultura corporal.

Este estudo poderá contribuir muito com a produção científica da área de Educação Física, assim como poderá gerar importantes reflexões sobre o planejamento urbano de Curitiba e o modelo de espaços e equipamentos infantis adotados em parques da cidade, contribuindo para uma vida de mais qualidade para toda população.

▪ PROCEDIMENTO

Para qualificarmos ainda mais este estudo, buscaremos identificar por meio de entrevista com um arquiteto responsável da SMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente, as formas e condições de planejamento desses espaços.

▪ PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA

A sua participação neste estudo é voluntária e você poderá se recusar a participar em qualquer momento sem nenhum prejuízo a você.

▪ GARANTIA DE SIGILO E PRIVACIDADE

Todas as informações relacionadas a este estudo são confidenciais e qualquer informação divulgada em relatório ou publicação será feita de forma a não identificar o participante. O pesquisador garante que seu nome não será divulgado sob hipótese alguma.

Aprovado pelo Comitê de Ética
em Pesquisa do Setor de Ciências
da Saúde/UFPR.

Em, 27 / 10 / 2011 ✓

Rubricas:

Sujeito da Pesquisa : _____

Pesquisador Responsável: _____

▪ ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS

Você pode e deve fazer todas as perguntas que julgar necessárias antes de concordar em participar do estudo.

Diante do exposto acima eu, _____ aceito participar deste estudo, declarando que fui esclarecido(a) sobre os objetivos, procedimentos e benefícios do mesmo

Curitiba, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do responsável: _____

Assinatura da Pesquisadora

Responsável: _____

Curitiba, ____ / ____ / _____

Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde da UFPR
Telefone: (41) 3360-7259 e-mail: cometica.saude@ufpr.br

Aprovado pelo Comitê de Ética
em Pesquisa do Setor de Ciências
da Saúde/UFPR.

Em, 27 / 10 / 2011